



**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT**  
**DIIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**LUCIANO MATOS NOBRE**

**MODELO DE GESTÃO ESCOLAR**  
**IMPLEMENTADO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ARACAJU, DE 1993 A 2002**

**ARACAJU – 2014**

**MODELO DE GESTÃO ESCOLAR  
IMPLEMENTADO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ARACAJU, DE 1993 A 2002**

**LUCIANO MATOS NOBRE**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na linha Educação e Formação Docente – Universidade Tiradentes.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra

**ARACAJU - 2014**

**MODELO DE GESTÃO ESCOLAR  
IMPLEMENTADO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ARACAJU, DE 1993 A 2002**

**LUCIANO MATOS NOBRE**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de Pesquisa Educação e Formação Docente – Universidade Tiradentes.

APROVADO EM: 17 de fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra (Orientador)

Profa. Dra. Maria Helena Santana Cruz (Membro Externo da Banca)

Profa. Dra. Andrea Cristina Versuti (Membro Interno da Banca)

**ARACAJU – 2014**

## FICHA CATALOGRÁFICA

N754m Nobre, Luciano Matos

Modelo de gestão escolar implementado na educação municipal de Aracaju, de 1993 a 2002 / Luciano Matos Nobre ; orientação [de] Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra. – Aracaju, 2014.

121 f.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Tiradentes, 2014

1. Eleições escolares. 2. Gestão educacional. 3. Análise crítica de discurso. I. Bezerra, Ada Augusta Celestino (orient.). II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 37.014.5

## **DEDICATÓRIA**

A uma pessoa especial, a minha mãe Diana de Aquino Matos Nobre, que sempre orientou os filhos para os estudos, como a essencialidade da vida.

“Aceitar o que não se pode mudar revela sabedoria. Confie na vida. Ela sempre sabe o que é melhor para você”.

(Zibia Gasparetto, 2011)

## AGRADECIMENTOS

À energia superior denominada **Deus** e a todas as forças superiores que regem o universo; a minha família (Diana de Aquino Matos Nobre, José Nobre Filho, Luis Anselmo Matos Nobre, Lusérgio Matos Nobre): especialmente à orientadora Profa. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra e demais integrantes da banca examinadora (Profa. Dra. Maria Helena Santana, Profa. Dra. Andrea Cristina Versuti): à Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Diretora de Pesquisa e Extensão da Universidade Tiradentes; à Profa. Josevanda Mendonça Franco (Secretária Municipal de Educação de Aracaju - 2012); à Daise Lima de Meneses (do Arquivo da Câmara Municipal de Aracaju); à Profa. Maria Antônia (Conselho Municipal de Educação de Aracaju). De modo muito particular agradeço ao Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju, através dos professores integrantes de sua Direção que nos atenderam e subsidiaram, e aos sujeitos da pesquisa, ex-gestores do município de Aracaju (três ex-prefeitos, um ex-vice-prefeito e uma ex-secretária municipal de educação). Sou-lhes grato pelo trabalho conjunto nesta construção!

Aos amigos e Professores Ailton Rocha Araujo, Raylane Andreza, Dinamara Feldens, Giovana Scareli, Andrea Karla, Cristiane Diniz Panta, Mariângela Dias, Yone Santiago, Laura Estrela, Leilane Lima, Josevânia Teixeira Guedes, Márcia Alves de Carvalho Machado, Soane Maria Santos Menezes Trindade Silva, Anne Rozell de Oliveira, Merivan Silveira, Marilene Batista Nascimento, Márcio Carneiro, Emerson Lima, Fátima Passos, Rosilda Maltez e Marta Bomfim, minha sincera gratidão.

Os amigos que não foram citados encontram-se no coração... por essa proximidade, como ser humano, acabei esquecendo... esta foi uma das partes mais difíceis deste estudo... Perdoem-me e recebam meu abraço fraterno!

NOBRE, Luciano Matos. **Modelo de gestão escolar implementado na educação municipal de Aracaju, de 1993 a 2002**. Aracaju, 2014. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes.

## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em Educação da linha de pesquisa Educação e Formação Docente, tem como objetivo geral contribuir na sistematização da memória histórica da evolução da gestão educacional no município de Aracaju, período de 1993 a 2002, a partir das representações dos prefeitos da época, de modo a preencher lacunas da produção do conhecimento acadêmico. A revisão da literatura referente ao período anterior, a exemplo de Bezerra (2007), acentuam avanços do sistema municipal de educação de Aracaju em relação ao movimento docente, ao contato com a comunidade, com o exercício da democracia, desenvolvendo etapas progressivas que se configuram como democratização, inclusive no sentido da instalação e funcionamento dos Conselhos Escolares e das Eleições Diretas para a direção das escolas da rede. Estudos subsequentes ao período delimitado apontam para mudanças ocorridas nessa concepção e prática de gestão, não se configurando necessariamente como avanço, uma vez que se passa a falar de eleição de uma equipe de coordenadores, sendo visível a fragmentação entre o pedagógico e o administrativo na gestão das escolas, como se pode inferir a partir da leitura de Paro (2011b). Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, com inspiração histórico-dialética, pois a investigação considera a relação macro e micro, com seus conflitos, avanços e retrocessos, identificando os diferentes segmentos envolvidos ou excluídos dos processos de gestão. Na abordagem qualitativa destaca-se como etapa fundamental da pesquisa a análise documental que considera a legislação vigente nesse período, a estrutura da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/PMA, as resoluções que regularam as eleições de diretores ou coordenadores, bem como os decretos das respectivas eleições e outros documentos de planejamento e normatização da SEMED e do Conselho Municipal de Educação – CONMEA. Outro instrumento básico de abordagem qualitativa do qual se faz uso nesta investigação é a entrevista semiestruturada, aprofundada, com executivos municipais da Prefeitura de Aracaju e/ou da SEMED, atuantes no espaço de tempo demarcado, à luz do marco teórico aqui esboçado (em especial da Análise Crítica de Discurso, segundo DIJK, 2012) e da política de gestão educacional estabelecida na conjuntura do país, no estado e no município nesse período. Nas considerações finais são sintetizados os achados da pesquisa no sentido de que o modelo de gestão democrática escolar, implantado progressivamente desde 1985, foi fruto do trabalho de uma elite simbólica e começou a sofrer significativas deformações a partir de 1994, por abuso de poder, distanciando-se cada vez mais do modelo e ideologia de origem, assumindo marcas da fragmentação e da regulação do Estado Neoliberal.

**Palavras-chave:** Eleições Escolares. Gestão Educacional. Análise Crítica de Discurso. Abuso de Poder. Elites Simbólicas.

NOBRE, Luciano Matos. **School management model implemented in the city of Aracaju education, 1993-2002.** Aracaju, 2014. Dissertation, Graduate Program in Education of the Universidade Tiradentes.

## **ABSTRACT**

This Master's thesis in Education Research Education and Teacher Training line, has the general objective to contribute to the systematization of the historical memory of the evolution of educational management in the city of Aracaju, the period from 1993 to 2002, from the representations of the mayors of the time, to fill gaps in the production of academic knowledge. The literature review for the previous period, like Bezerra (2007), emphasize advances the municipal system of education in relation to Aracaju teacher movement, the contact with the community, with the exercise of democracy, developing progressive steps that configure as democratization, including towards the installation and operation of school Boards and direct elections for the leadership of the schools network. Subsequent studies point to the limited time-period changes in this design and management practice, not necessarily setting as forward, since it goes on to talk of electing a team of engineers, with visible fragmentation between the pedagogical and administrative management of schools, as can be inferred from the reading of Paro (2011b). Methodologically, it is a case study, inspired historical-dialectical, because the research considers the relationship macro and micro, with its conflicts, advances and setbacks, identifying the different segments involved or excluded from management processes. In the qualitative approach stands out as a fundamental part of the research document analysis that considers current legislation in this period, the structure of the Municipal Education – SEMED/PMA, the resolutions that regulated the election of directors or coordinators, and the decrees of respective elections and other planning documents and standardization of SEMED and the City Board of Education – CONMEA. Another basic tool for qualitative approach which makes use of this research is semi-structured, in-depth interviews with municipal executive of the Municipality of Aracaju and/or SEMED, acting in the space of time marked in the light of the theoretical framework outlined here (in particular Critical Discourse Analysis, according Dijk, 2012) and educational management policy established the conjuncture of the country, the state and the municipality during this period. The final considerations are summarized research findings in the sense that the democratic model of school, management implemented gradually since 1985, was the result of the work of a symbolic elite and began undergoing significant deformations from 1994 for abuse of power, distancing increasingly the source model and ideology, assuming marks fragmentation and regulation of the Neoliberal State.

**Keywords:** School Elections. Educational Management. Critical Discourse Analysis. Abuse of Power. Symbolic Elites.



## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

#### 01. GESTÃO EDUCACIONAL, TIPOS DE PODER E DEMOCRACIA

1.1 Estado Atual do Conhecimento sobre a Questão do Poder .....	23
1.2 Gestão Democrática .....	34
1.3 A Gestão Educacional em Aracaju .....	47

#### 02. IDEOLOGIA NA GESTÃO EDUCACIONAL

2.1 Ideologia como Categoria Privilegiada na Análise de Gestão .....	57
2.2 Os Estudos Críticos de Discurso Político como Recurso de Identificação de Paradigmas e Ideologias .....	64

#### 03. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 Análise Documental .....	73
3.1.1 Lei nº 1.082/1985, de 24 de setembro de 1985: ponto de partida para o fim da administração escolar de arbítrios em Aracaju: estabelece eleições diretas para direção de unidades escolares e cria Conselhos de Professores .....	73
3.1.2 Decreto nº 28/1986, de 31 de março de 1986: regulamenta a Lei nº 1.082/1985 e daí são realizadas eleições em 19 unidades escolares da rede municipal de Aracaju .....	74
3.1.3 Lei nº 1.350/1988: regulamentou mais uma vez a Lei nº 1082/1985 e o Decreto nº 46/1988 que alterou requisitos de formação para candidatos aos cargos de Direção .....	76
3.1.4 A Lei nº 1.397, de 28 de julho de 1988: tentativa de estabelecimento de um poder paralelo criado em bases ditas também “democráticas” com a intervenção direta do Secretário Municipal de Educação e do Presidente da APEMA nos Conselhos de Professores .....	77
3.1.5 Lei nº 1.638/1990 de 26 de outubro de 1990: altera a redação do Art. 168 da Lei nº 1.350 de 20 de janeiro de 1988 e revoga o Art. 251, para transformar os Conselhos de Professores em Conselhos Escolares visando à superação do corporativismo docente e ampliação da democracia escolar .....	78
3.1.6 Decreto nº 169, de 22 de novembro de 1994 – os pruridos do preconceito .....	79
3.1.7 Medida Liminar de 02/03/1995 contra a Câmara de Vereadores de Aracaju reclama da Inconstitucionalidade da Lei nº 1.350 de 20 de janeiro de 1988/ACÓRDÃO nº 151/1997.....	80
3.1.8 O Decreto nº 107 de 08 de novembro de 1996 – a “negação do racismo” .....	81
3.1.9 Vigência do Acórdão nº 151/1997 .....	82
3.1.10 Lei nº 3.074 de 30 de dezembro de 2002 .....	83
3.1.11 Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002 .....	84
3.2 Análise Crítica do Discurso (ACD) dos Sujeitos Abordados .....	86
3.2.1 A Entrevista ao Vivo com José Carlos Mesquita Teixeira .....	86
3.2.2 A Entrevista por E-mail com a Secretária de Educação de Jackson Barreto de Lima .....	91
3.2.3 A Entrevista por E-mail com José Almeida Lima .....	94
3.2.4 As Entrevistas por E-mail e ao Vivo com João Augusto Gama da Silva .....	98
3.2.5 A Entrevista ao Vivo com o Vice-Prefeito de Marcelo Déda Chagas .....	106

REFERÊNCIAS .....	119
-------------------	-----

#### ANEXOS

## INTRODUÇÃO

Ao concluir a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe, ocorreu o interesse em outras áreas de conhecimento não direcionadas especificamente ao campo da Sociologia, já que no final do curso fiz opção pela licenciatura. Após os estudos de graduação ingressei em uma especialização em Pedagogia Empresarial, o que acentuou a vontade de concorrer ao Mestrado em Educação na Universidade Tiradentes. Na Pedagogia Empresarial desenvolvi uma pesquisa sobre “*A qualidade total nas empresas versus a satisfação do cliente*”, mas ao receber algumas orientações da Profa. Dra. Ada Augusta sobre o mestrado, surgiu-me a ideia de estudo da gestão democrática, momento em que comecei a pesquisar e conceber a gestão educacional como o centro dos meus estudos.

A gestão educacional, como processo amplo de condução da prática educativa sistemática possibilita uma associação constante no sentido administrativo da educação, envolvendo conceitos como participação, autonomia e flexibilidade, considerando também a legislação que regulamenta a gestão e a organização escolar (especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 - que no inciso VIII especifica os princípios da gestão educacional no ensino). A ampliação da participação da comunidade escolar nas decisões, ocorrida no Brasil a partir da década de 1980, envolvendo a elaboração de programas e projetos pedagógicos tem posto em destaque, nas discussões e teorias educacionais, a gestão da qualidade da educação, desde a básica à superior, não na perspectiva da qualidade total, mas da qualidade socialmente necessária.

A utilização do termo gestão, segundo Maia (2008), aparece nesse contexto como modelo alternativo à concepção tradicional de administração que, ao longo da história e da configuração dos estados autoritários, esteve associada ao caráter permanentemente excludente da sociedade capitalista e a elementos antidemocráticos de trabalho como: individualismo, burocracia/hierarquia e centralização de decisões. Com a palavra gestão “designou-se a possibilidade de horizontalidade das relações, da coletividade, da participação e da descentralização das ações no sistema educacional e nas unidades escolares” (MAIA, 2008, p.40). A literatura atual da área vem, progressivamente, substituindo a palavra administração por gestão. A expressão administração escolar ou educacional vem sendo pouco usada em favor da gestão educacional ou até gestão democrática; a prática tem elucidado não se tratar de ruptura substantiva, mas apenas terminológica, verificando-se que essa nova nomenclatura está vinculada ao modelo de Estado Neoliberal.

Nessa perspectiva, Paro (1996) afirma que, se estamos preocupados com a gestão das escolas, temos que considerar, de início, o conceito de administração ou de gestão que são tomados como sinônimos, partindo do conceito de administração como sendo a utilização racional de meios para realização de um fim. A ênfase à adjetivação da administração ou gestão como democrática está sustentada na concepção de democracia, centrada no consenso da maioria dos cidadãos e no respeito às regras estabelecidas. Morin (2001) explicita que no processo democrático os cidadãos acreditam na democracia, fortalecendo-se categorias como cidadania, diversidade, antagonismos e conflitos. A democracia supõe a convivência e a relação dialógica entre pessoas que possuem uma forma diferenciada de pensamentos e objetivos. O essencial nesse fator político é a existência de uma nova forma de gerir e administrar, em que todos os elementos participam na construção de uma educação participativa e social, destacando-se a categoria teórico-prática da cidadania, articulada com a qualidade da educação básica e a formação docente, com o intuito de adentrar nas discussões acerca da gestão educacional.

Este trabalho de dissertação de Mestrado em Educação, da linha de pesquisa Educação e Formação Docente, tem como objeto de estudo o modelo de gestão da Educação Municipal de Aracaju, no período de 1993 a 2002, que corresponde a uma lacuna na produção do conhecimento nessa área, tanto no âmbito das publicações locais quanto nacionais, na perspectiva dos discursos dos respectivos prefeitos.

A revisão da literatura referente ao período anterior, a exemplo de Bezerra (2007), acentuam avanços do sistema municipal de educação de Aracaju em relação ao movimento docente, ao contato com a comunidade, com o exercício da democracia, desenvolvendo etapas progressivas que se configuram como democratização, inclusive no sentido da instalação e funcionamento dos Conselhos Escolares e das Eleições Diretas para a direção das escolas da rede. Estudos subsequentes ao período delimitado no nosso objeto de estudo apontam para mudanças ocorridas nessa concepção e prática de gestão, não se configurando necessariamente como avanço, uma vez que se passa a falar em eleição de uma equipe de coordenadores, sendo visível a fragmentação entre o pedagógico e o administrativo na gestão das escolas, como se pode inferir a partir da leitura de Paro (2011a). A fuga da palavra Direção tem implicações na prática da gestão, entendida a direção como um componente hegemônico que implica não só o aparato estatal e legal, mas o norte intelectual e moral, não reduzida à função de Diretor.

Paro (2011a), ao tratar da democracia, enfatiza que é necessário conceber o cidadão como agente transformador e fiscalizador de todos os processos sociais que o envolvem. Esses processos visam proporcionar o equilíbrio entre as forças geradoras - embora plurais - as condições teóricas e muitas vezes utópicas dos discursos e as condições materiais objetivas. É bem verdade que a prática efetiva do exposto se dá quando o cidadão busca exemplos práticos, ou seja, a aplicação dos discursos hegemônicos.

Nesse ponto, exemplos práticos de busca da qualidade substantiva da educação básica e da formação dos docentes foram questionados e tomados, como objetos de reflexão por estudiosos da educação. A gestão democrática é um movimento que, ao tempo que se consolida e é afirmada por vários dispositivos legais, encontra barreiras para sua aplicabilidade, nos poderes constituídos, nos políticos, gestores e, muitas vezes, em professores, por força de uma visão conservadora e/ou mercadológica para com a escola, em detrimento da sua função efetiva de socialização da cultura. Dos grupos dominantes não se pode esperar qualquer iniciativa de transformação em favor das camadas dominadas, como afirma Paro (2011a), para quem sem cobrança da sociedade, sem a pressão por parte dos interessados, as mudanças não advirão do Estado Neoliberal.

Os estudos anteriores citados, de âmbito local e nacional, sobre a gestão da educação municipal em Aracaju foram desenvolvidos tendo como foco os anos compreendidos entre 1989 a 1992, momento em que Bezerra (2007) exerceu o cargo de Secretária Municipal de Educação, transformando parte dessa sua experiência em objeto de estudo, concluindo pela afirmação do processo democrático, de consolidação de um novo modelo de gestão educacional. Paro (2011b) traz à tona o fato de que o município de Aracaju através da Lei nº 3.075, de 30 de dezembro de 2002, aboliu a figura do diretor, instituindo uma direção colegiada com três coordenadores (Geral, Administrativo e Pedagógico), especificando esse modelo de gestão participativa (colegiada) no processo educativo, também como uma alternativa que se contrapõe à administração de arbítrios.

A partir do exposto, justifica-se a opção pelo objeto de estudo já anunciado (gestão da educação municipal em Aracaju no período de 1993 a 2002), que poderá explicar os caminhos ou descaminhos de modelos alternativos de gestão. A literatura revista não menciona pesquisas nesse sentido, de modo que fica difícil inferir o significado das mudanças ocorridas e seus determinantes.

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, com inspiração histórico-dialética, pois a investigação considera a relação macro e micro, com seus conflitos, avanços e

retrocessos, identificando diferentes segmentos envolvidos ou excluídos dos processos de gestão. Na abordagem qualitativa destaca-se como etapa fundamental da pesquisa a análise documental que considera a legislação vigente nesse período, a estrutura da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/PMA, as Resoluções que regularam as eleições de diretores ou coordenadores, bem como as Atas das respectivas eleições e outros documentos de planejamento e normatização da SEMED e do Conselho Municipal de Educação – CONMEA. Outro instrumento básico de abordagem qualitativa, do qual se faz uso nesta investigação é a entrevista semiestruturada e aprofundada com executivos municipais da Prefeitura de Aracaju e/ou da SEMED, atuantes no espaço de tempo demarcado, à luz do marco teórico aqui esboçado e da política de gestão educacional estabelecida na conjuntura do país, no estado e no município nesse período. Nessa direção a análise de conteúdo enseja a compreensão da realidade pesquisada, em especial a Análise Crítica de Discurso conforme Dijk (2012)..

Desde o final dos anos de 1970 o Brasil vivia aspectos da ditadura militar; o presidente Ernesto Geisel, já na década de 1980, incrementava a proposta da criação de condições de uma política aberta, lenta, gradual e segura, que deveria levar o país a algum tipo não claramente definido de governo civil, mas que pressupunha o fim do militarismo. Durante esse período, pressões pelas eleições acabaram resultando no exitoso movimento de “Diretas já”, com a participação de várias camadas da sociedade, envolvendo artistas e intelectuais e a criação de partidos políticos, como Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O presidente eleito de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral, foi Tancredo Neves; após a sua morte assumiu José Sarney, um dos líderes da Arena, partido político que apoiava o regime militar. No âmbito político, a crise do regime militar passou a impulsionar a luta pela redemocratização das instituições políticas do país, citando como exemplo a mobilização dos setores organizados da sociedade civil, como entidades de classe, movimentos sociais e partidos políticos, propondo a eleição direta para Presidente da República e pela formação da Assembléia Nacional Constituinte, do que resultou a Constituição de 1988, materializando-se o fim da ditadura. Na perspectiva da transformação da ordem estabelecida na sociedade, os estudos afirmam o despertar nesse período para o potencial da escola, sendo reconhecida a difusão da cultura como instrumento de democratização, viabilizando mudanças sociais.

É nesse contexto que o ideal de uma gestão democrática da educação passa a ser difundido nos meios acadêmicos, na literatura educacional, nas associações de classe dos professores, nas organizações científicas como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Associação Nacional de Educação (ANDE) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), enfim em todos os espaços de difusão da crítica à política educacional pelo governo militar (GRAÇA; SOUZA, 2000, p.42).

A década 1990 é marcada pelo colapso da União Soviética e o fim da guerra fria, avançando em nome da consolidação da democracia, para a globalização e o capitalismo global. No Brasil os anos de 1990 começaram com a instabilidade econômica, ocorrendo o confisco da poupança, iniciativa do presidente Fernando Collor, provocando a criação de movimentos de protesto como os “caras pintadas” que pediam o *impeachment* do presidente. Em Aracaju evidenciou-se nesse momento histórico um acentuado investimento na produção intelectual e na qualificação profissional do educador da rede municipal de ensino, aprofundando o sentido da participação dos diferentes segmentos sociais, vivendo-se então muita ebulição nos movimentos docente e discente nas escolas da rede municipal da capital, com o desenvolvimento de sucessivos e concorridos, debates, cursos, congressos e encontros.

II Congresso de Educação Municipal, promovido pela Secretária Profa. Ada Augusta Celestino Bezerra (1989-1992) no período de 05 a 08 de junho de 1989, veio reafirmar a preocupação com a definição coletiva de uma política educacional, no sentido de garantir uma escola pública de qualidade gratuita e competente, como podemos detectar nos anais do Congresso: “A escola pública deve ser gratuita e competente para os filhos da classe trabalhadora, de modo que estes tenham na Escola espaço privilegiado e reconhecido, que lhes garanta acesso ao saber socialmente elaborado e historicamente acumulado, de modo que este saber venha a servir de instrumento de luta pela concretização de seus interesses de classe [...] (SEMED, 1989) (GRAÇA; SOUZA, 2000, p.45-46).

Desde 1989, vinha se instalando no país, com fundamento na experiência inglesa<sup>1</sup>, após a derrota de Lula para Presidente da República, o Governo Paralelo para o exercício de uma oposição democrática ostensiva e qualificada ao presidente Collor, sob a direção de Lula. Nesse interim realizaram-se as Caravanas da Cidadania (1993 a 1996) e muitas atividades de debate de conjuntura e elaboração de propostas, com o tom plural e enfoque suprapartidário.

No final de 1993 emergiu o Plano Real, considerado por muitos como o mais bem-sucedido de todos até então, como iniciativa do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique

---

<sup>1</sup> (<http://www.institutolula.org/historia/>)

Cardoso, no governo de Itamar Franco, que se por um lado beneficiou empresas por outro prejudicou a maioria da população mais pobre, com a inflação que veio a ser dominada sem congelamentos de preços ou confisco de poupança. A partir daí a economia brasileira voltou a crescer o que gerou uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, visando à autosustentabilidade desse crescimento.

Com a posse do presidente eleito FHC em 1995, que assumiu a consolidação do Plano Real, implantou programas de transferência de renda (a exemplo do Bolsa Escola, Vale Gás e Bolsa Alimentação), propondo-se a significativas reformas econômicas. Alcançou uma estabilidade econômica lançando mão de dispositivo fortemente rejeitado pela oposição: privatizações em setores como: telecomunicações, distribuição de energia elétrica, mineração e financeiro. Paralelamente ocorreram crises mundiais como a do México (1995), a Asiática (1997-1998), a Russa (1998-1999) e a crise Argentina (2001), atentados terroristas nos EUA (11/9/2001), dentre outras. Em 1999 deu-se forte desvalorização do real, convivendo com iniciativas como: a implementação da Advocacia Geral da União, a Lei de Responsabilidade Fiscal, do Ministério da Defesa e a implantação do PROER - Programa de Restruturação do Sistema Financeiro Brasileiro. Em 2001 são retomadas essas caravanas da cidadania no contexto da nova candidatura de Lula, que vem a ser eleito em 2002, permanecendo no Governo do país até 2010.

Este é o quadro conjuntural do período demarcado nesta investigação, cujo objetivo geral é contribuir na sistematização da memória histórica da evolução da gestão educacional no município de Aracaju, período de 1993 a 2002, a partir das representações dos prefeitos da época, de modo a preencher lacunas da produção do conhecimento acadêmico. Os objetivos específicos são: a) caracterizar a gestão do sistema educacional durante os anos de 1993 a 2002, na perspectiva dos prefeitos de então, autores das diretrizes que conduziram a prática educativa na rede municipal nesse período; b) identificar as concepções sobre a relação escola, cidadania e democracia nesse período, por parte dos executivos municipais; c) analisar possíveis contribuições e limites das políticas públicas e dos modelos de gestão exercitados no período em estudo, a partir das representações dos sujeitos.

É através desses objetivos que se procura responder à questão norteadora da pesquisa: como se configura a gestão da educação municipal em Aracaju no período dos prefeitos Jackson Barreto de Lima (1992-1994), José Almeida Lima (1994-1996), João Augusto Gama

da Silva (1997-2000) e Marcelo Deda (2001-2002), uma vez que Paro (2011b) cobre a parte final da sua gestão], inicialmente, sob a ótica dos respectivos Prefeitos?

Em outras palavras o problema da pesquisa é: como foi tratada a gestão democrática das escolas públicas pelos prefeitos: Jackson Barreto Lima, José Almeida Lima, João Augusto Gama da Silva e Marcelo Déda Chagas, no sentido da ideologia como constituinte da estrutura social, determinada pela estrutura econômica e envolvendo as relações de classes, diante da conjuntura local e das peculiaridades de cada sujeito, de 1993 a 2002?

A metodologia utilizada configura-se como uma abordagem qualitativa centralizada em um estudo de caso que o estudioso Yin (2001) considera na realidade uma ferramenta de investigação científica, utilizada para compreender processos encontrados na complexidade social, nas quais se manifestam como situações problemáticas, envolvendo análise de obstáculos e outros aspectos. “O Estudo de Caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais” (YIN, 2001, p.19); é também uma estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos que não são redutíveis ao tratamento puramente quantitativo ou a manipulação de variáveis em experimentos. Por outro lado, trata-se de pesquisa que permite recorrer a dados passíveis de tratamento estatístico que venham a elucidar o caso em estudo. Essa metodologia admite o uso de técnicas da pesquisa histórica, acrescentando duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador, como a observação direta e uma série sistêmica de entrevistas.

A análise de discurso sobre os documentos legais do período estudado, bem como sobre as representações dos respectivos prefeitos, na perspectiva de Dijk (2012), acompanhada da análise de conteúdo conforme Bardin (2007) ensejou a discussão através do método dialético, partindo do confronto de ideias e conceitos dos autores sobre o tema em questão e das experiências históricas das escolas públicas municipais de Aracaju, no período de 1993 a 2002. O estudo permite elucidar as contradições da realidade da gestão educacional da capital nessa fase, considerados os diferentes modelos ou arranjos exercitados. Na conceituação de Cardoso (1977), ao especificar a metodologia dialética como adequada a um projeto de pesquisa dessa natureza, é necessário, preliminarmente, realizar um levantamento global do período abrangido, com a utilização das análises científicas que tratam a questão, englobando documentos oficiais e jornais, na medida determinada pela delimitação do objeto de estudo, gerador de um arquivo geral da matéria pertinente, sistematizando uma variedade de elaborações e orientação teórica, utilizadas para o entendimento da ideologia.



Após essa exposição fica clara nossa opção metodológica. Iniciamos a investigação pela pesquisa bibliográfica de circulação nacional. Na afirmação de Cervo (2009), a pesquisa bibliográfica tenta explicar um problema a partir de referências teóricas que são publicadas em artigos, livros, dissertações e teses, podendo ser realizada de forma independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, a finalidade é conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado, sobre determinado assunto, tema ou problema. Assim, além da revisão bibliográfica, o estudo de caso, como abordagem qualitativa, discute as principais políticas públicas praticadas no universo das escolas municipais na cidade de Aracaju, no período de 1993 a 2002. Lakatos (2006) afirma que a metodologia qualitativa preocupa-se em fazer uma análise e interpretação dos aspectos direcionados ao comportamento humano, fornecendo investigações particulares que, progressivamente vão elucidando a questão do global. É importante frisar como dizem (BOGDAN e BIKLEN, 2009, p.02), sobre a metodologia qualitativa:

[...] as principais características da investigação qualitativa são: 1. O ambiente natural é a fonte direta dos dados e o investigador é o instrumento principal; 2. Trata-se de uma investigação descritiva; 3. O significado tem importância vital; 4. Os investigadores tendem a analisar seus dados de forma indutiva; 5. Interessa-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados obtidos. Implícita ou explicitamente, toda investigação se baseia numa orientação teórica e os bons investigadores estão conscientes de seus fundamentos e servem-se deles para recolher e analisar seus dados.

A população abordada é constituída, em tese, dos executivos da época (1993 – 2002) que tiveram protagonismo na rede pública municipal de Aracaju nesse período, tendo como referência aquele que foi o responsável pela institucionalização da proposta da gestão democrática na rede municipal de Aracaju em 1985. Tal referência foi um requisito metodológico que se impôs para a compreensão dialética do objeto de estudo. As fontes pesquisadas (05 ex-prefeitos ou seus representantes e documentos explicitados no Capítulo 03), trazem representações oficiais do sistema educacional e dos seus segmentos, sendo que os sujeitos abordados apelam à memória antiga sofrendo mediações por se referirem ao passado neste presente, na perspectiva de Bardin (2007):

Essa atividade de <<vigilância crítica>> exige o rodeio metodológico e o emprego de <<técnicas de ruptura>> e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto de análise. É ainda dizer não <<à leitura simples do real>>, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios,

aceitar o caráter provisório de hipóteses, definir planos experimentais, como diria P. H. Lazarsfeld (BARDIN, 2007, p.24).

De modo geral a argumentação dos métodos de análise de conteúdo corresponde aos seguintes objetivos: 1- a superação da incerteza: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta visão pessoal ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável? 2 - Enriquecimento da leitura: se um olhar imediato e espontâneo, é fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência?

Na confirmação de Bardin (2007) estes dois polos, com rigor e necessidade em descobrir e adivinhar, indo além das aparências, mostram as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que ainda oscila entre essas duas tendências.

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo), é um método muito empírico, dependente do tipo de <<fala>> a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objectivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento, excepto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado por temas (BARDIN, 2007, p.26).

Para dar conta da análise da vasta documentação que alcança leis da época, a pesquisa recorre também a Bardin (2007) que procura trazer ao mundo da pesquisa científica um concreto e racional método de investigação aplicando as técnicas de Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e nos estudos das comunicações de massas. Historicamente alguns aspectos são primordiais porque acabam por afetar a investigação e a prática da análise de conteúdo. Para Bardin (2007) o primeiro é o recurso ao computador; o segundo o interesse pelos estudos respeitantes à comunicação não verbal e o terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos. Para Bardin (2007) a análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, conforme Bardin, (2007) a pré-análise; a exploração do material; e, por fim, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A pré-análise é a etapa de organização que corresponde a um período de intuições, com o objetivo de tornar operacionais e sistematizar ideias no início, conduzindo a um esquema do desenvolvimento das operações sucessivas em um plano de análise. A exploração do material consiste nas operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação em que os resultados em bruto são tratados de forma significativa, falante e válida. Operações estatísticas simples ou mais complexas estabelecem quadros, resultados, diagramas etc. que condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Segundo Dijk (2012) a análise social está intimamente relacionada à análise do discurso, sendo que de várias maneiras essa relação requer uma análise cognitiva. A noção clássica de hegemonia, como definida por Gramsci em *Prison notebooks*, passa a ganhar substância mediante uma análise explícita de processos envolvidos no saber, como as ideologias que são reproduzidas e como as pessoas podem agir de seu próprio livre-arbítrio, no interesse dos que estão no poder.

A explicação dos meios discursivos e cognitivos da reprodução do poder na sociedade vai além da usual análise macro da sociologia ou da economia política. As análises macro podem ser refinadas por uma análise das relações e formas de controle de classes, grupos ou organizações. O poder é exercido e expresso por meio do acesso diferenciado aos vários gêneros, conteúdos e estilos do discurso; o controle é analisado de modo sistemático, nas formas de reprodução do discurso, especificamente em termos de sua produção material, articulação, distribuição e influência.

O modo de produção da articulação é controlado pelo que se pode chamar de “elites simbólicas”, tais como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no capital simbólico (BOURDIEU, 1977, 1984; BOUDIEU e PASSERON, 1977). Esses grupos possuem relativa liberdade e, por, essa razão, relativo poder para tomar decisões sobre os gêneros de discurso dentro de seu domínio de poder e determinar tópicos, estilo ou forma de apresentação de um discurso. Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma. Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico (DIJK, 2012, p.45).

Compreender o capital simbólico requer seu entendimento como prestígio e honra. É crucial fazer uma análise sobre o papel estratégico do discurso e de seus agentes como falantes, escritores, editores e outros na reprodução dessa forma de uma hegemonia sociocultural, momento em que as elites simbólicas (aqueles que acessam e controlam de modo especial o discurso público como os políticos, por exemplo) detêm o controle sobre a influência que passa a ser exercida por meio dos gêneros, tópicos, argumentações, estilos, retórica e apresentação da escrita e fala de cunho público, o seu poder simbólico<sup>2</sup> é considerável, entretanto é exercido em um conjunto de limitações. O conceito de ideologia revela-se com a fundamentação sobre o papel do discurso, no exercício e legitimação do poder, apesar da variedade de suas posturas, o conceito de ideologia pressupõe que o termo tem associação a consciência de um grupo ou classe, elaborada ou não, em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que os interesses de um grupo ou classe materializam-se da melhor maneira possível.

A ideologia em si e as práticas ideológicas que são derivadas da mesma, são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio das instituições como o Estado, os meios de comunicação, aparato educacional, igreja e instituições informais como a família.

As análises marxistas clássicas sugerem, de forma mais específica, que a ideologia dominante de um determinado período costuma ser a ideologia dos que controlam os meios de reprodução ideológica, especificamente, a classe dominante. Isso pode implicar que certos grupos ou classes dominados desenvolveriam concepções distorcidas sobre sua situação socioeconômica (“falsa consciência”), o que, por sua vez, poderia levá-lo a agir contra seus interesses básicos. De forma reversa, os grupos ou classes dominantes tendem a esconder sua ideologia (e, portanto, seus interesses) e terão por meta fazer que esta seja, em geral, aceita como um instrumento de valores, normas e objetivos “geral” ou “natural”. Nesse caso, a reprodução ideológica incorpora a natureza da formação de consenso, e o poder derivado dela toma uma forma hegemônica (DIJK, 2012, p.47- 48).

Na sua perspectiva, a análise da ideologia passa a adotar uma medida diferente e específica dos conceitos que são abordados nas formas tradicionais. As práticas e instituições não se confundem com a ideologia. A ideologia é, na realidade, uma forma de cognição

---

<sup>2</sup> É com efeito esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

social, pressuposto que não a reduz simplesmente a um conjunto de crenças ou atitudes, mas alcança sua natureza sociocognitiva, que lhe substantiva.

Segundo essa análise uma ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica em si consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses de grupo tomado como um todo. Dessa forma, uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, codetermina as práticas sociais (DIJK, 2012, p.48).

É necessário sublinhar que as cognições sociais ideológicas não são definidas como sistemas de crenças ou opiniões individuais, mas cognições sociais de membros de formações ou instituições sociais. Seguindo esse processo, não usamos o termo falso para denotar ideologias tendenciosas. “Todas as ideologias (incluindo as científicas) englobam uma (re)construção da realidade social dependente de interesses” (DIJK, 2012, p.48). A aquisição de uma determinada ideologia não se guia pelos objetivos de cada grupo ou classe, ocorrendo que, em muitos casos, historicamente, esses interesses podem suplantar outras condições de (re)produção ideológica. O discurso e a comunicação desempenham um papel central na transformação da ideologia.

Diferentemente da maioria das abordagens adotadas nas ciências sociais e políticas a respeito da ideologia, pretendemos realizar uma análise sociocognitiva mais sistemática das estruturas ideológicas e dos processos envolvidos em sua (trans)formação e utilização. Esse objetivo significa que as ideologias precisam ser elaboradas em detalhe e que se deve mostrar como tais cognições grupais influenciam as construções sociais da realidade, as práticas sociais e, por conseguinte, a (trans)formação das estruturas sociais (DIJK, 2012, p.49).

É importante uma análise explícita das estruturas, estratégias e processos do discurso e de seu papel na reprodução das ideologias; as pesquisas clássicas da ideologia derivam de macroanálises sociais, negligenciando as estruturas e os processos reais no nível micro do funcionamento da ideologia. Com a proposta de desenvolver a mudança de ideias, as pessoas utilizam uma variedade de discursos, como os interpessoais e de informações tiradas deles. A complexidade do processamento de textos e da formação de atitudes, não permite que transformações imediatas sejam efetivadas nas crenças e opiniões públicas, muito menos nas

atitudes e ideologias altamente organizadas. As elites simbólicas que controlam o estilo e o conteúdo do discurso midiático e educacional também são as que detêm o controle parcial da sociedade com os modos de exercer influência e, portanto, sobre a reprodução ideológica.

Esta dissertação do Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes, possui uma estruturação com uma composição de três capítulos, os quais foram concluídos através da análise dos estudos desenvolvidos e dos resultados da pesquisa de campo, enfocando os sujeitos englobados na concepção de gestão educacional, no município de Aracaju.

O primeiro capítulo denominado “Gestão educacional, tipos de poder e democracia”, parte de uma visão sobre a evolução democrática e sua relação com a transformação social, produzindo uma superação das estruturas de classes sociais, verificando no Brasil a presença da democratização da escola pública e os retrocessos inclusive em Aracaju, com uma conceituação teórica em Bezerra (2007) e Paro (2011b), os estudos sobre poder atual e potencial são fundados em Paro (2010), Foucault (1979), Weber (2000), Arendt (2005), para que possamos compreender o modelo de exercício de poder relacionado ao processo pedagógico.

O segundo capítulo, intitulado “Ideologia na Gestão Educacional”, faz uma abordagem com o seguinte tema “Ideologia como categoria privilegiada na análise de gestão”, inserindo a gestão democrática das escolas municipais de Aracaju, com a presença de ideologias de grupos que assumiram o Executivo Municipal, norteando a pesquisa com os sujeitos José Carlos Mesquita Teixeira, Jackson Barreto de Lima (ouvido mediante sua Secretária Municipal de Educação do período, Iara Campelo Lima), José Almeida Lima, João Augusto Gama da Silva e Marcelo Déda Chagas (representado pelo vice-prefeito da época Edvaldo Nogueira), com um referencial de Gramsci (1991), Löwy (2002) e Cardoso (1977).

Ainda no segundo capítulo, na seção “Os estudos críticos de discurso político como recurso de identificação de paradigmas e ideologias”, é desenvolvida a partir das teorias do estudioso Dijk (2012) que utiliza como instrumento a Análise Crítica de Discurso (ACD), o trabalho com os discursos públicos, a reprodução discursiva de dominação na sociedade, com a participação da política, mídia e ciência na burocracia, esclarecendo que o discurso controla as mentes e as mentes controlam o discurso.

No terceiro capítulo “Análise dos resultados da pesquisa”, ocorre uma retomada histórica dos documentos legais como: O Estatuto do Magistério do Ensino de 1º e 2º Grau do Município de Aracaju (Lei nº 1.082 de 24 de setembro de 1985); Regimentos Escolares de 1985 e 1987; Decreto nº 46 de 29 de abril de 1988, que regulamenta os prazos e a forma de

eleições para os cargos de direção dos estabelecimentos escolares; Lei nº 1.397 de 28 de julho de 1988 com modificações na criação dos Conselhos de Professores nos estabelecimentos de ensino; Lei nº 1.638 de 26 de outubro de 1990 que criou os Conselhos Escolares; Decreto nº 169 de 22 de novembro de 1994 que regulamentou os prazos e formas de eleições para cargos de direção dos estabelecimentos escolares; Decreto nº 107 de 08 de novembro de 1996 de regulamentação dos prazos e formas da eleição para cargos de direção; Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997 de criação dos Comitês Comunitários junto às Unidades de Ensino da Rede Municipal de Aracaju; Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002 que dispõe sobre a gestão democrática da Rede de Ensino do Município de Aracaju.

Nesse mesmo capítulo são analisadas as entrevistas realizadas com os 05 (cinco) sujeitos, quando foram enfatizadas questões referentes ao Estatuto do Magistério de 1985 e suas alterações posteriores, os projetos políticos voltados para a educação, participação da comunidade escolar, eleições diretas escolares, inconstitucionalidade das eleições, importância atribuída ao Conselho Municipal de Educação e modelos de gestão executados ao longo do período delimitado.

Após essa trajetória teórico-metodológica são tecidas as considerações finais para concluir a dissertação, em direção às questões formuladas na Introdução, na tentativa de (re)construção acadêmica do objeto de estudo.

## **01.GESTÃO EDUCACIONAL, TIPOS DE PODER E DEMOCRACIA**

### **1.1 O ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO SOBRE A QUESTÃO DO PODER**

O desenvolvimento da evolução democrática tem uma relação direta com a transformação social e, conseqüentemente, com a superação da estrutura formadora de classes sociais.

No atual contexto da sociedade capitalista em que vivemos, a transformação social precisa ser entendida num sentido que extrapole o âmbito das meras “reformas”, de iniciativa da classe que detêm o poder, e que visam tão-somente a acomodar a seus interesses os antagonismos emergentes na sociedade. Em seu sentido radical, a transformação social deve estar comprometida com a própria superação da maneira como se encontra a sociedade organizada. Não, portanto, a mera atenuação ou escamoteação dos antagonismos, mas a eliminação de suas causas, ou seja, a superação das classes sociais (PARO, 2001, p.82).

Quando analisa a quantidade e a qualidade da educação, Paro (1996) expõe a questão de que a preocupação básica da escola pública tem relação com a universalização do saber. Assim, qualquer inovação ocorrida no sistema educacional, deve passar por uma verificação da sua capacidade de contribuir para o alcance de objetivos, incluindo a formação de docentes e discentes.

Na perspectiva de uma participação dos diversos grupos na gestão da escola, parece que não se trata de ignorar ou minimizar a importância desses conflitos, mas de levar em conta sua experiência, bem como suas causas e suas implicações na busca da democratização da gestão escolar, como condição necessária para a luta por objetivos coletivos de mais longo alcance como o efetivo oferecimento de ensino de boa qualidade para a população (PARO, 2001, p.47).

A estrutura da escola e a educação como confirma Paro (2011b) não são homogêneas em sua forma de funcionamento, o que procede quando analisamos seus diferentes níveis de ensino, inclusive dentro de um mesmo nível, ciclo ou etapa. Os métodos e processos de ensino, procedimentos avaliativos, conteúdos culturais e papéis sociais dos indivíduos são diferenciados. Em sua pesquisa sobre uma escola estadual de ensino fundamental, localizada na Zona Oeste da cidade de São Paulo, em um bairro estritamente residencial e planejado na



década de 1960 por uma empresa imobiliária de urbanização, constata que os usuários da escola, não são os filhos dessas famílias abastadas.

Nesse mesmo estudo considerou também os dados e opiniões fornecidos por educadores e administradores escolares do município de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, que desenvolveu um modelo de direção colegiada, sem a figura do diretor e sim uma coordenação composta por três coordenadores.

Paro (2011b) corrobora a análise de Bezerra (2007) afirmando que nas últimas décadas, a partir dos anos de 1980, tem-se verificado no Brasil a presença de democratização da escola pública básica, ora mais forte e em outros momentos com retrocessos, acompanhando o movimento de democratização da sociedade. A participação dos usuários da escola e o seu envolvimento com sua prática e destinos (da escola pública) podem ser agrupados em três tipos:

Mecanismos coletivos de participação (conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmios estudantis, conselho de classe), as relativas à escolha democrática dos dirigentes escolares, e as que dizem respeito a iniciativas que estimulem e facilitem por outras vias o envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares (PARO, 2011, p.15-16).

Entre os mecanismos de ação coletiva na escola, o mais acionado e que mais suscitou polêmicas, expectativas e esperanças nas últimas décadas foi o conselho de escola. As medidas democráticas não conseguiram modificar a estrutura da escola pública básica, que permanece praticamente idêntica àquela que existia há mais de um século.

Antonio Cândido, chama a atenção, em 1956, para impropriedade de se restringir o conceito de estrutura da escola ao aspecto meramente administrativo, considerando que este é apenas um elemento da estrutura da escola (PARO, 2011, p.19).

A estrutura da escola envolve a estrutura total, sendo a gestão uma mediação que envolve as atividades-meio e as atividades-fim. Paro (2011a) teve a oportunidade de entrevistar uma diretora que desenvolveu uma experiência de dois anos como assistente técnico-pedagógica, sendo convidada para o Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério. Está na direção dessa Escola há menos de um ano, fez concursos e não alcançou a pontuação para sua efetivação. De acordo com uma Resolução da Secretaria da Educação, a mesma pode participar da direção de escolas, que estão precisando

de diretores. Sua vice-diretora relatou, em sua entrevista, que a diretora cuida do pedagógico e ela só se envolve nos assuntos, quando solicitada por sua superior. A escola passava por um período de paz e convivência, segundo elas.

A “Grosso modo pode-se falar das modalidades de escolha de diretores: nomeação pura e simples do poder executivo, concurso público e eleição pela comunidade escolar” (PARO, 2011, p.44). A modalidade de escolha mais adequada ao cargo de direção é sua eleição pela comunidade escolar (medida necessária, embora não assegure a substantiva democratização).

Dalberio (2009) afirma que a democracia participativa se constitui como uma expressão ampla, que se refere às formas de democracia, em que os cidadãos têm uma maior participação na tomada de decisões políticas do que lhes outorga a democracia representativa, sendo um modelo político que facilita aos cidadãos, o desenvolvimento das capacidades de associação e organização, podendo exercer influência direta nas decisões públicas.

Morin (2001) relata que a democracia não pode ser relacionada a um modelo simples. A soberania do povo comporta ao mesmo tempo, a autolimitação do soberano, obedecendo leis. A democracia necessita de um consenso da maioria dos cidadãos e do respeito às normas inseridas no texto democrático. Assim, é necessário que os cidadãos acreditem na proposta democrática, dentro do contexto do antagonismo. A compreensão desse processo deve se dar sob a ótica da ética propriamente humana, caracterizada como antro-po-ética, considerada como a ética da cadeia de três termos, indivíduo, sociedade, espécie. Espaço em que emerge nossa consciência e nosso espírito propriamente humano.

Na concepção de Morin (2001), a antro-po-ética impõe a instrução de assumir a missão antropológica do milênio, trabalhando para a humanização da sociedade, alcançando a unidade planetária na diversidade, respeitando o outro com suas diferenças e desenvolvendo a ética relacionada à solidariedade. Nesses termos Morin (2001, p.107), conceitua que:

“[...] a democracia fundamenta-se no controle da máquina do poder pelos controlados pois desse modo reduz a servidão (que determina o poder que não sofre a retroação daquele que a submete)”; nesse sentido, a democracia é mais do que um regime político, é a regeneração contínua de uma cadeia complexa e retroativa, ou seja, os cidadãos produzem a democracia que produz cidadãos.

Morin (2001) enfatiza que nas sociedades conceituadas democráticas, seu funcionamento deve-se às liberdades individuais e à responsabilização dos indivíduos via pessoa jurídica, exprimindo seus desejos e interesse, sendo solidário com a cidadania. Nessa

perspectiva, entre as características da democracia, encontramos a dialógica democrática, que une de modo complementar termos antagônicos: consenso/conflito, liberdade/igualdade/fraternidade, comunidade nacional/antagonismos sociais e ideológicos. A democracia depende das condições e estas dependem de seu exercício: espírito cívico e aceitação da regra do jogo democrático.

Nesse sentido, a primeira tentativa para solucionar os problemas da educação brasileira é a democratização da própria escola. Estando ligada à sociedade, a escola não pode esperar que ela realize esse processo de mudança; é necessário acontecer possibilidades diferenciadas em um mesmo tempo. Piletti e Piletti (1997) afirmam que na medida em que acontecem as modificações estruturais internas, estas possibilitam, a todos os membros, a participação ativa no planejamento e avaliação, possibilitando assim, à escola exercitar a democratização da sociedade.

A democratização da escola pode ser analisada quantitativa e qualitativamente. Quando observamos o aspecto quantitativo, verificamos a possibilidade do acesso de todas as crianças que corresponde a uma faixa etária entre 0 a 17 anos. Entretanto, a ótica qualitativa que acompanha dialeticamente essa mudança quantitativa, reconhece que não basta assegurar o acesso em qualquer dos níveis de ensino; colocar, simplesmente, as pessoas na escola, sem modificar estruturas internas que façam a mudança do estado de qualidade requerido pela nova quantidade.

A proposta da democracia qualitativa compreende o respeito mútuo entre todas as pessoas inseridas no trabalho escolar e a participação de todos na busca dos objetivos comuns. O exercício do diálogo e do trabalho cooperativo evita a repressão, a competição e o individualismo. O educar democrático estabelece valores para a gestão democrática, cidadã e política, tanto no estágio da modernidade quanto da sua crítica também designada como pós-modernidade. Quando analisa as contradições no processo social, Harvey (2004) afirma que o moderno e o pós-moderno, no sentido da crítica à modernidade, são mundos incongruentes, o convencional e o submundo estranho, violento, louco de drogas, demência e perversão sexual. Nessa visão a educação aparece como um aspecto importante, no processo em que a gestão democrática possibilita uma nova forma de organização social, tentando equilibrar as desigualdades sociais com uma nova forma de inclusão social.

O desenvolvimento da gestão escolar, na visão democrática, possui características próprias e, para que sejam efetivadas, é necessária a promoção e o envolvimento de todos que estão ligados à instituição, salientando que os processos de gestão escolar vão além do aparato

administrativo, alcançando sujeitos que são protagonistas de suas histórias, do local e do global. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, no art. 1º, aponta para uma visão ampla da educação, como conjunto de práticas sociais desenvolvidas em diferentes espaços:

*“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”*. Entretanto, não se pode esquecer que a gestão de uma educação de qualidade deve partir do princípio de que qualquer participação efetiva e consciente dos indivíduos floresce por meio dos estímulos empregados na articulação dos aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos.

Bezerra (2007, p.29) alerta que:

Na prática, a amplitude da gestão democrática têm-se limitado às questões dos colegiados escolares (conselhos ou comitês comunitários), à forma de escolha de dirigentes escolares e à relativa autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, com ênfases metodológicas diferenciadas. Outras dimensões ainda não são alcançadas como sua relação com a democratização da relação professor-aluno em sala de aula (espaço fundamental para a democratização substantiva da escola pública), a garantia das condições de trabalho a educadores-educandos, o projeto político-pedagógico da escola, o currículo escolar e a aprendizagem (inclusive com a necessidade de superação dos elevados índices de reprovação e evasão).

Um ponto interessante para a caracterização da experiência de Aracaju como processo democrático (1989-1992) é a confirmação da participação dos diversos segmentos em todos os momentos, iniciado desde a concepção até a concretização da proposta curricular, valorizando a participação efetiva dos envolvidos, nos momentos dessa construção democrática, como constatou Bezerra (2007), para quem a construção de uma proposta curricular no ensino público constituiu-se em uma “aventura democrática”, sendo protagonizada por representantes dos vários segmentos, envolvendo repercussões nos planos pessoal, profissional e político, despertando a consciência de responsabilidade individual e coletiva, em detrimento da democratização da educação voltada para o poder público.

Lima (2007, p.31) afirma: “[...] o modo democrático de gestão abrange o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados”. Trata-se, portanto, de fortalecer procedimentos de participação das comunidades escolares e locais no governo da escola, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades.

Dessa forma a gestão democrática do ensino público, procura assegurar igualdade de condições, permitindo o acesso ao pluralismo de ideias, conforme é estabelecido na CF/1988, inciso III; “*pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas*”, e um alto padrão de qualidade nas escolas, possibilitando a efetiva educação cidadã, pois seu objetivo é desenvolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas da educação.

É na própria escola que encontramos a materialização das diversidades e conflitos de interesses, principalmente quando, ao refletimos sobre o conceito de gestão democrática exposto por Lima (2007) e ampliado por Bezerra (2007) que diz que a gestão político-pedagógica e administrativa dá-se sob a participação, em conjunto, da escola e das comunidades locais.

Salienta-se também que, os princípios orientadores de uma gestão democrática, encontram-se estabelecidos na Constituição Brasileira, art. 206, inciso VI – “*Gestão democrática do ensino público, na forma da lei*”, tendo sua regulamentação concretizada pela citada Lei nº. 9.394/96. Para além da legalidade prescrita, é importante ressaltar o seguinte:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1991, p.13).

Desse modo evidencia-se que a gestão educacional contempla questões da especificidade da instituição escola, com sua estrutura e currículo. A didática tem investido historicamente em procedimentos que incentivam o aluno na vontade de aprender. A instituição escola deve ter uma motivação, o currículo deve ser enriquecido não se restringindo às disciplinas estudadas. A escola é um espaço de integração da vida das crianças e não de provocar sua negação. “Como é possível ensinar para alunos cuja forma privilegiada de fazer-se sujeito é o brincar, se lhes proíbe essa atividade? é como se fosse possível aprender sem ser sujeito” (PARO, 2011, p.127).

O currículo é um dos aspectos que mostram mais enfaticamente, como a escola tradicional tem privilegiado uma dimensão “conteudista” do ensino, que enxerga a instituição escolar como mera transmissora de conhecimentos e informações (PARO, 2011, p.125).

Na estrutura escolar o trabalho docente se encontra presente, sendo capaz de promover a efetiva democratização das relações de apropriação do saber desde o ensino fundamental. A educação como prática democrática não pode deixar de considerar a forma como se realiza o trabalho dos docentes. A condição é determinante do trabalho do professor, que tem pela frente não um simples objeto, mas um sujeito que está nesse processo como coprodutor de sua educação.

Em relação à formação dos professores, Paro (2011a) afirma que há dois elementos difundidos nos meios governamentais, acadêmicos e midiáticos, que precisam ser explicitados e superados. Primeiro a crença de que a causa predominante ou exclusiva do mau ensino é a qualificação do corpo docente e de que resolvendo esse problema que tudo se resolverá e em segundo a tentativa de direcionar a formação regular do profissional da educação a culpa pela má qualidade dos professores, não enfatizando que não são os cursos de pedagogia, de licenciatura e outros cursos de formação de educadores, que recrutam professores para as redes de ensino. Não existe verdadeira educação se não trabalhamos com a autonomia do educando, isto é, alguém que se governe por si mesmo. A educação como formação de personalidade da criança se inicia muito antes de entrar para a escola, o processo de progressão depende da família, da escola, da comunidade ou seja envolve uma multiplicidade de questões.

Quando se analisa a mudança de comportamento é necessário enfatizar dois estados de poder: Paro (2010), com base em Foucault (1979) distingue o poder atual como determinado por um poder em ato, sendo efetivamente exercido e o poder potencial como a simples possibilidade do exercício. No poder em ato a pessoa que detém o poder, produz a mudança do comportamento do outro a partir da vontade do primeiro. O poder atual supõe a existência do poder potencial, já que antes do exercício do poder é necessário que exista a possibilidade do exercício.

O termo poder, desde Weber (2000) tem significado progressivamente a probabilidade de imposição da própria vontade, dentro de uma relação social, desconsiderando toda a resistência. Foucault (1979) enfatiza o caráter atualizado do poder:

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce; só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (FOUCAULT, 1979, p.175).

Nos estudos sobre poder e educação Paro (2010) adota o conceito mais geral de poder, envolvendo o estado potencial (quem tem o poder) e o atual (quem o exerce), no que comungamos com ele. A existência de determinado poder potencial envolve a maior ou menor probabilidade de obediência, das ordens produzidas por quem tem o poder, com remissões aos conceitos de estabilizado (ato de continuidade) e institucionalizado (partido político, exército etc.).

As definições de poder estabilizado e poder institucionalizado são importantes na fundamentação e explicação para o conceito de autoridade, termo que às vezes é aplicado de forma imprecisa e vaga, utilizando-se como sinônimo de poder. É importante entender o poder como categoria, mas com condições especificadas.

A construção do processo educativo alcança o educador que tem a probabilidade de modificar comportamentos alheios e alguém que possibilita ao aspecto da modificação (educandos). Na afirmação de Paro (2010) todo desenvolvimento educativo acaba sendo uma relação de poder em seu sentido geral, podendo ser visto em estado potencial ou atual. Essa determinação de relação pode acontecer tanto com poder-sobre (educador utiliza a coerção, manipulação, impõe os componentes culturais contra a vontade do educando), quanto com o poder-fazer (utiliza-se a persuasão, atualização histórico-cultural, com a constituição de sujeitos livres, prática democrática).

Observando os elementos do poder percebemos que o poder existe e é exercido pelo educador e pelo educando, podendo atuar na capacidade de agir sobre as coisas ou na capacidade de determinar o comportamento de outros.

Da parte do educando, a capacidade de agir sobre as coisas refere-se a sua ação intencional no processo de apreender a realidade, fazendo-se sujeito do aprendizado e incorporando elementos culturais que o engrandecem e o fortalecem, expandindo seu vigor, sua capacidade de poder-fazer, tornando-se, pois, “poderoso” à medida que adquire cada vez mais capacidade de agir e fazer-se sujeito. Por seu turno a capacidade de determinar o comportamento de outros também está presente na atividade do educando na medida em que ele responde à intervenção do educador, com comportamentos que mudam a ação deste de modo a adequá-la às necessidades de aprendizagem do educando (PARO, 2010, p.47).

O que acontece na realidade é uma relação dialógica na medida em que o educador não traz seu conhecimento pronto e fechado para ser aplicado ao aluno. É desenvolvida uma relação pedagógica com aspectos de competência do professor ou da instituição, com a proposta de um planejamento flexível à participação do aluno.

Paro (2010) critica, a partir de pesquisas empíricas, a prevalência da conceituação de uma educação segundo o senso comum que apresenta a prática pedagógica, descaracterizando a ideia do educando como detentor de poder, seguindo o modelo tradicional, uma sequência que vai do professor que passa o conhecimento para o aluno que, de forma passiva, ignora o complexo cultural que se incorpora na personalidade de cada ser humano e o seu envolvimento do aluno como um sujeito no processo de ensino. Nessa concepção tradicional do senso comum é possível desenvolver o ensino de forma direta, desconsiderando toda a subjetividade do educando e sua participação ativa na aprendizagem.

O professor que envereda por esse caminho costuma não conseguir senão uma assimilação vazia de palavras, um verbalismo puro e simples que estimula e imita a existência dos respectivos conceitos na criança, mas, na prática, esconde o vazio. Em tais casos, a criança não assimila o conceito, mas a palavra capta mais de memória que de pensamento e sente-se impotente diante de qualquer tentativa de emprego consciente do conhecimento assimilado. No fundo, esse método de ensino de conceitos é a falha principal do rejeitado método puramente escolástico de ensino, que substitui a apreensão do conhecimento vivo pela apreensão de esquemas verbais mortos e vazios (VYGOTSKY, 2009, p.247).

Nessa perspectivam, entendemos com Paro (2010) que o educador, com o seu poder, tem a capacidade de agir e mudar comportamentos de outros indivíduos. Existe um poder associado a sua profissão na função de didata e educador, em que todo processo de ensino para o outro é uma aprendizagem para si mesmo. O educador aprende no contexto educacional desenvolvendo seu aspecto profissional e intelectual.

Esse determinado poder tem um destaque no processo social, já que o educador não apenas modifica o comportamento do educando, mas nessa mediação possibilita a construção de uma personalidade. Segundo Paro (2010) a espécie humana traz potencialidades infinitas para a formação humano-histórica, interiorizando a cultura disponível e tecendo sua personalidade, porém esse processo não acontece de forma natural é necessário a intervenção de um educador, caracterizando esse o seu poder. Através desse aspecto pode-se deduzir a importância da educação e do educador na ênfase da transformação do conhecimento. O jovem é introduzido em um mundo que lhe é desconhecido, em que o educador é um norteador responsável na construção da educação.

[...] O poder é sempre como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os



homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam. Devido a esta peculiaridade, que possui em comum com todas as potencialidades que podem ser efetivadas mas nunca inteiramente materializadas, o poder tem espantoso grau de independência de fatores materiais, sejam estes números ou meios [...] (ARENDDT, 2005, p.212).

Em todo poder social, o poder desenvolvido pela educação e pelo educador passa a existir em estado potencial, passando a se tornar atual no momento em que se realiza no processo de concretização. Na visão de Paro (2010) ao observar o poder de uma escola no sentido potencial, é necessário considerar a natureza dos objetivos que a instituição pretende realizar, tendo o conhecimento da intenção ou o interesse de quem tem o poder com a possibilidade de estabelecer se o poder está sendo exercido.

Em uma educação democrática, o único modelo de exercício de poder relacionado ao processo pedagógico é a persuasão. Na proposta do diálogo a persuasão tem como peculiaridade o ato da incerteza. Quando alguém se dispõe a persuadir, deve estar preparado para a possibilidade de não apenas persuadir na direção estabelecida, podendo ocorrer um sentido contrário. “Por isso a educação é sempre uma possibilidade, não uma certeza” (PARO, 2010, p.55).

O educador com o seu poder de educar propicia ao aluno não diretamente o aprender, mas estabelece uma mediação do querer aprender. O aluno utiliza todos os mecanismos, (livros, cadernos explicação do professor etc.) para produzir o seu conhecimento. A contradição passa a residir no fato de que seu poder-fazer se realiza por meio do fazer do outro. Através da persuasão o educador aciona um conjunto de potencialidades, produzindo a incorporação de elementos da cultura no educando, o educador passa a estimular condições para que o educando se eduque.

Paro (2010) ao não aceitar o processo de ensino unilateral, entende que ensino e aprendizado são faces de uma moeda, envolvidos num mesmo processo entre educador e educando, o segundo passa a participar da cumplicidade. O poder estabelecido pelo professor e da instituição apresenta-se como poder estabilizado e institucionalizado, período em que a escola e professores passam a ter funções definidas e coordenadas de maneira estável e aceitas institucionalmente.

No modelo tradicional o poder passa por mudanças, quando o professor não consegue controlar o resultado de notas, o mesmo sente-se aniquilado porque acabou de perder o único poder que tinha diante de uma classe. É através do diálogo e da persuasão que o educador atinge a concordância livre com os alunos e o poder-fazer se concretiza. À instituição escola

não basta oferecer o aprender no interior da sala de aula, já que não é exclusivamente nesse espaço que a educação acontece. Muitos são os espaços educativos contemporâneos.

Além dessa pluralidade de espaços educativos, de acordo com Sacristan e Gomez (1985, p.18): “o comportamento profissional dos professores está mais ligado com os efeitos ocultos das práticas e das instituições em que se formaram, do que com os conteúdos explícitos do currículo com que se pretendeu prepará-los.” Nesse mesmo sentido podemos afirmar que na educação básica existe uma correlação de forças de diferentes conjuntos de influências, sendo inegável que existem forças modeladoras de efeitos perversos que se contrapõem aos objetivos e à proposta curricular explícita, embora reconheçamos a convergência de outros aspectos.

Desse modo é preciso estar atento para interferir nessa realidade e não ser usado ingenuamente. Compreender tal realidade constituída por um conjunto complexo de práticas, programas, projetos e métodos adotados, elementos não mensuráveis, mas influenciadores de opiniões e comportamentos dos alunos e todo o contexto social em que se desenvolve a escolaridade, processo de longa duração e fundamental ao educador. É dessa forma que se consolidam as culturas que convivem na escola, contemplando ideologias, crenças, representações, preconceitos e são (re) construídos significados e valores.

Estar consciente de que tudo o que fazemos [na escola] terá provavelmente consequências, previsíveis ou não, permite-nos reflectir sobre políticas e práticas alternativas, para pensar o processo educativo, em sentido amplo, e para nos interrogarmos sobre o que acontece de facto, para além das políticas explícitas, dos meios de instrução, e dos objectivos que cada um de nós tenta alcançar. Reflectir sobre os resultados não programados da escolaridade, enquanto parte do processo educativo, é um antídoto contra uma perspectiva fechada e dogmática (SACRISTAN e GOMEZ, 1985, p.84).

É, pois, indispensável considerar o conceito de currículo oculto que se encontra presente dentro e fora das salas de aula. A escola tradicional ignora esse currículo contemplando exclusivamente o que está no currículo formal. A escola tradicional não valoriza o currículo oculto, dando exclusividade ao que se encontra na definição formal do currículo, momento em que acaba separando de forma negativa a aula desenvolvida em outros espaços escolares, valorizando simplesmente a aula que ocorre dentro das salas. A atividade prática da escola, em função do exercício democrático, deveria pautar-se nas ações coletivas e na cooperação entre indivíduos. Este é o caminho para a democracia conforme aponta Bobbio (2000, p.30).

[...] o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos.

## **1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Bobbio (2000) afirma que um grupo social toma decisões vinculatórias para todos os componentes do grupo, com o objetivo de manter a própria sobrevivência interna e externa. Em determinados casos, as decisões de grupo são decididas por indivíduos sem a presença do grupo. Para que uma decisão tomada por indivíduos possa ser caracterizada como coletiva é importante que esteja relacionada às regras que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar decisões vinculatórias para todos do grupo.

Um regime democrático, marcado pelas decisões coletivas caracteriza-se por atribuir esse poder no momento em que autorizado pela lei fundamental, tornando-se um direito afeto a um número muito elevado de membros do grupo.

Prais (1992) enfatiza que a função essencial de uma escola pública é a consistência na socialização de um saber sistematizado, com o exercício da cidadania desenvolvido com a produção de um novo saber nascido da prática social. O que é observado é que a apropriação da produção do saber da classe dominante, ocorre muito mais em virtude da desqualificação do trabalho escolar, do que pela falta de escolas públicas, o que está impedindo o atendimento com qualidade à classe trabalhadora.

Naturalmente que uma reflexão crítica, a respeito do que acredito ser a função essencial da escola pública, deverá poder evidenciar perspectivas e/ou estratégias viáveis a uma prática pedagógica sensível às necessidades das camadas populares. Nesta perspectiva, aponto como particularmente significativo o processo de administração colegiada. Pois, tal processo, priorizando a descentralização administrativa, procura democratizar o processo pedagógico e a infraestrutura que o suporta, permitindo a participação de toda comunidade escolar nas decisões que afetam a vida interna da escola (PRAIS, 1992, p.22).

Ao dinamizar os diversos segmentos da comunidade escolar, num projeto totalizador e solidário, Prais (1992) afirma que é uma forma de cumprir o papel de força auxiliar na transformação histórica da escola e da sociedade. A utilização da perspectiva histórica-crítica de educação, especificamente nas contribuições de Gramsci e Saviani, sendo uma forma de

utilizar categorias de análise dialética, permite compreender a prática educativa escolar como uma prática social crítica.

Nessa perspectiva histórico-crítica, educação e sociedade possuem uma relação dinâmica em que o processo da administração colegiada, surge como uma condição determinada e determinante, com uma perspectiva transformadora de educação. A prática da administração é resultado das contradições históricas de um período e também condição de possibilidade de concretização da pedagogia progressista<sup>3</sup>, no momento em que mediatizada em uma prática de participação decisória, no interior da escola, efetivando estruturas de uma coletividade escolar.

Os problemas educativos transformam-se progressivamente em uma função das especificidades de cada momento histórico, segundo as formas em que se manifestam as relações socioeconômicas de produção. É necessário pensar a administração colegiada na caracterização de um processo de natureza histórico-cultural, contextualizada na dinâmica de relações sociais históricas.

Logo, a mudança do processo de tomada de decisão, no interior da escola, depende sobretudo da criação de uma vontade coletiva organizada, pois como sustenta Gramsci, o conceito de necessidade histórica está estritamente ligado ao conceito de regularidade e de racionalidade (PRAIS, 1992, p.25).

Para demonstrar o compromisso da administração colegiada para com uma prática pedagógica transformadora é necessário admitir o processo determinado e determinante da pedagogia progressista. Essa pedagogia, em oposição e superação à pedagogia do liberalismo, tem uma perspectiva de formar um homem socialmente definido desempenhando um papel na transformação histórica.

Compreender a superação das teorias “crítico-reprodutivistas” pelas teorias “propriamente críticas” de educação envolve primordialmente, conceber as relações entre escola e sociedade de classes, considerando como princípio constitutivo da organização social a contradição dialética (PRAIS, 1992, p. 29).

---

<sup>3</sup> Por pedagogia progressista entende-se aquela comprometida com o progresso extensivo a todos os cidadãos, conforme Snyders (1981), o que complementa a perspectiva gramsciana em relação aos profissionais ou intelectuais orgânicos e tradicionais, evidenciando a possibilidade de adesão à ótica e à doutrina do dominado, independentemente de ter berço nessa classe.

Na pedagogia progressista ocorre o interesse no processo de libertação das camadas oprimidas com a proposta de democratização do saber. A concepção progressista decorre de uma visão marxista do homem, sociedade e cultura.

[...] na medida em que a administração colegiada mediatiza decisões estruturadas da coletividade escolar, ela passa a construir-se numa condição determinada e determinante de uma teoria e prática progressista da educação (PRAIS, 1992, p.42).

Como condição determinante de uma teoria da pedagogia progressista de educação, o processo de administração colegiada decorre de uma necessidade histórica circunstanciada. Diretrizes e linhas operacionais são definidas priorizando as descentralizações, articulação e autonomia das diferentes instâncias da administração escolar, propondo a democratização do processo pedagógico, resgatando o direito de participação de todos os cidadãos.

A instituição da administração colegiada, ao requer a participação de toda comunidade escolar nas decisões do processo educativo, democratiza as relações que se desenvolvem na escola, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua ação administrativa e pedagógica. Logo, se o colegiado é entendido como instância de análise e decisão de questões realtivas ao processo educacional, torna-se evidente que ao mesmo compete as deliberações a respeito da proposta educativa a ser concretizada pela escola (PRAIS, 1992, p.60).

A administração colegiada tem a escola como um lugar de significação essencialmente pedagógica na forma de administração, residindo aí a possibilidade de efetivação da função essencial da escola pública com a explicitação dos seguintes fatores: um fato educativo com exercício participativo, prática democrática de decisões e inserção da comunidade escolar no projeto educativo. Participação e democracia possuem significados indissociáveis na construção de uma administração colegiada. Segundo Gramsci (1982) as definições sobre a intelectualidade, evidenciam tratar-se de uma relação complexa, tendo como fundamento o processo real da história em que ocorre o surgimento de várias categorias direcionadas à intelectualidade, enfatizando duas dessas categorias, citando a primeira no mundo da produção econômica, social e política:

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo e elabora em subdesenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (GRAMSCI, 1982, p.04).

A segunda categoria é denominada de intelectuais e está relacionada aos eclesiásticos que exerceram durante muito tempo o monopólio de determinados serviços com a ideologia religiosa, a filosofia e a ciência da época por meio de instituições como a escola, a instrução, a moral, a justiça etc. Essa categoria pode ser considerada e denominada como uma categoria orgânica e intelectualmente ligada à aristocracia fundiária, sendo equiparada juridicamente à aristocracia na qual ocorria a divisão do exercício da propriedade feudal da terra, com o uso de privilégios estatais associados à propriedade. “[...] todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p.07). Na atividade humana não podemos excluir toda intervenção intelectual, não pode acontecer a separação entre o *homo faber* e o *homo sapiens*.

Na concepção de modernidade, a educação técnica ligada ao trabalho industrial, mesmo do primitivo ao desqualificado, deve construir a base de uma nova definição de intelectualidade. A escola passa a ser um instrumento para elaborar os intelectuais dos vários níveis, a complexidade da função intelectual em vários Estados pode ser avaliada pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização, envolvendo “graus” “verticais” nas escolas envolvendo a complexidade da cultura e da civilização em um determinado Estado.

A relação entre os intelectuais e o mundo produtivo não ocorre de forma imediata, “como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “[...] mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários” (GRAMSCI, 1982, p.10).

Na civilização definida como moderna, as atividades práticas passaram a ser complexas e as definidas ciências se mesclaram ao modo de vida, sendo que toda atividade prática passou a criar uma escola voltada para os próprios dirigentes e especialistas de nível mais elevado que trabalham nessas escolas. Nesse processo de educação a escola que poderíamos chamar de humanista (modelo antigo) se apresenta da seguinte forma:

Destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou profissões já especializados e indicados mediante uma precisa individualização (GRAMSCI, 1982, p.117).

A crise escolar que atualmente se torna perspicaz tem uma relação com o fato de que esse processo de diferenciação e particularização se desenvolve de modo caótico, sem a objetividade da clareza e da precisão ou ausência de um plano bem estudado consciente e fixo. A decadência do programa e da organização escolar e da organização de uma política para formação dos modernos quadros intelectuais é um aspecto na realidade de uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral.

Como a base industrial, tanto na cidade quanto no campo, tem provocado o crescimento de um novo tipo de intelectual urbano, desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura, gerando uma discussão sobre a tradição greco-romana; esse modelo de orientação em discussão foi eliminado, pode-se dizer que a capacidade formativa em geral está baseada no prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de uma determinada forma de civilização.

A tendência no cotidiano é abolir ou reduzir os tipos de escolas de formação geral, sem interesse e formativa, apenas para manter um reduzido público com destino a uma pequena elite (senhores e mulheres) que não pensam em um futuro profissional, bem como difundir escolas de especialização em que o futuro dos alunos é predeterminado por sua situação de classe social dominada.

A escola unitária, proposta na perspectiva socialista, tem um ponto importante em relação à carreira escolar, envolvendo vários níveis de acordo com a idade e com o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos e com os fins propostos da escola. A definida escola unitária ou de formação humanista (em sentido amplo e não tradicional) ou de cultura geral deveria se propor à tarefa de inserir os jovens na atividade social com maturidade e capacidade intelectual e prática, com uma certa autonomia na orientação e iniciativa em relação ao trabalho como princípio educativo<sup>4</sup>. A escola unitária requer que o Estado assuma as despesas que estão com a responsabilidade da família, material escolar, evitando divisões de grupos e castas.

A escola unitária deveria corresponder ao período representado pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao conteúdo e ao método de ensino, como também no que à disposição dos vários graus da carreira escolar (GRAMSCI, 1982, p. 122).

---

<sup>4</sup> Sobre o trabalho como princípio educativo da escola unitária proposta por Marx e Gramsci, Bezerra (2007) relata experiência vivenciada na rede municipal de educação de Aracaju no período de 1989 a 1992, com indicações conceituais básicas.

Na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organizada como uma fase de decisão, com o objetivo de criar valores fundamentais do “humanismo”, como autonomia e disciplina, apontando para posterior especialização de caráter científico (Universidade) ou de caráter prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.). O advento da escola unitária é o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, não se restringindo à escola, mas em todos os aspectos sociais, o princípio unitário se reflete em todos os organismos da cultura.

Dessa forma seria formada a classe trabalhadora na perspectiva de vir a ser dirigente na sociedade, com a superação das relações de classe. Nesse sentido, o novo dirigente, progressista, teria que avançar em relação à liderança. Ianni (2003) demonstra que no contexto da história da política, desenvolvida como teoria e prática, existem e existiram muitos “príncipes” que se sucedem e convivem nas mais variadas situações de tempo e espaço com uma abordagem na monarquia, república, democracia, tirania e nas revoluções e contra-revoluções, podendo se caracterizar como líder, patriarca, ditador, presidente, religioso, intelectual etc.

Todos têm uma função que é a batalha pelo público e pelo privado, a ordem e o progresso, a tradição e a modernidade, a vocação e a missão, a soberania e a hegemonia, a biografia e a história, o literal e o metafórico. A denominação do “príncipe” é, na realidade, uma figura importante na teoria e na prática da política, com diferentes denominações e figurações nos tempos definidos como modernos. “O príncipe de Maquiavel, com o qual se inaugura no século XVI o pensamento político moderno, é a sua expressão mais conhecida, notável, influente e controvertida” (IANNI, 2003, p.141).

O príncipe de Maquiavel apresenta-se como um pensamento político moderno com uma forma notável, influente, mas controvertida. São muitos os governantes e candidatos a assumirem um governo que tomam o livro de Maquiavel, como uma leitura indispensável no processo político. Não importam os meios, que são justificados pelos fins.

Provavelmente todos, os pensadores e governantes, buscam esclarecer o enigma do contraponto fortuna e *virtù*<sup>5</sup>. Buscam criar, desenvolver ou inventar a sua *virtù*, simultaneamente ao empenho de descobrir como se constituem, formam e transformam as condições político-econômicas e socioculturais ou os jogos das forças sociais que constituem a fortuna. Em todos os casos, estão em causa às figuras e as figurações possíveis e

---

<sup>5</sup> *Virtus*: vem do latim e significa o que é relacionado com virtude; Maquiavel utiliza a palavra no sentido de “viril”, já que os indivíduos com *virtù* são definidos pelo fundamento da sua capacidade de impor a sua vontade, em situações difíceis (ganha conotação de astúcia, fraude e dissimulação).



impossíveis do príncipe, como dirigente, governante, tirano, presidente, monarca ou patriarca (IANNI, 2003, p.142).

Quando acontece a realização como príncipe existe toda a preparação para pensar, decidir, negociar, dirigir e administrar com ações de agir, conciliar, dividir, premiar e punir, constituindo-se como símbolo para uns e outros, indivíduos e coletividade. No século XX Gramsci formula uma teoria diferente para o Moderno príncipe, agora simbolizado no partido político com a condução e interpretação de indivíduos, coletividade, grupos e classes sociais. O Moderno príncipe é o intelectual coletivo, com a capacidade de interpretação dos seguidores do partido, setores da sociedade, indiferentes e adversários. O Moderno príncipe tem uma capacidade de construção, realização e desenvolvimento da hegemonia de um projeto de Estado-Nação com o envolvimento, organização, desenvolvimento e transformação da sociedade.

O príncipe de Maquiavel como O Moderno príncipe, de Gramsci estão em causa figuras e figurações fundamentais da política. Tudo o que pode ser específico da política neles se polariza, sintetiza ou galvaniza. Nesse sentido é que, em última instância, esses tipos ideais ou arquétipos estão referidos à capacidade de construir hegemonias, simultaneamente à organização, consolidação e desenvolvimento de soberanias (IANNI, 2003, p.142).

Existe a possibilidade de encontrar ressonâncias do príncipe maquiavélico no Moderno príncipe gramsciano, sendo inegável que os dois tipos ideais ou arquétipos possam apanhar aspectos da política envolvendo a teoria e a prática.

O dilema a ser analisado é o de saber se no fim do século XX, continuam convincentes os significados dos tipos ou arquétipos desenvolvidos por Maquiavel e Gramsci, enfatizando que esses conceitos e figurações, ocorrem com outros autores possuindo diferentes perspectivas históricas. Existem indícios de que os “príncipes” de Maquiavel e Gramsci e outros teóricos da política estão envelhecidos e se tornaram anacrônicos, em um período da globalização, ocorreram modificações quantitativas e qualitativas nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais.

Nessa época das tecnologias impregnam todas as esferas da sociedade nacional e mundial, acentuando as estruturas de poder, as tecnoestruturas e as corporações da mídia. Esse pode ser o clima em que se impõe, forma e sobrepõe o definido príncipe eletrônico “sem o qual seria difícil compreender a teoria e prática da política na época da globalização” (IANNI, 2003, p.143).

Na época da globalização, modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais se desenvolve a teoria e a prática da política. Em primeiro lugar, a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial. Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação (IANNI, 2003, p.144).

Em segundo lugar nesse processo de globalização dos fatores político, econômico e social, desenvolvem-se tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas que provocam mudanças socioculturais em todo o mundo. Em terceiro lugar ocorre na realidade uma nova configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura.

Em lugar de O príncipe de Maquiavel e de O moderno príncipe de Gramsci, assim como de outros “príncipes” pensados e praticados no curso dos tempos modernos, cria-se O príncipe eletrônico, que simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros (IANNI, 2003, p.145).

Em Maquiavel o príncipe é uma pessoa com caráter político, o líder ou *condottiere*<sup>6</sup>, com capacidade de articular suas qualidades de atuação e liderança (*virtù*) e as condições políticas em processo de atuação. A *virtù* tem sua essencialidade, mas se defronta com a fortuna que pode ou não ser favorável nesse contexto.

Em Gramsci o definido Moderno príncipe não é uma pessoa da política ou líder ou *condottiere* definido como personificação, síntese e galvanização da política, mas sim uma organização. O Moderno príncipe se cria na sociedade de classes, burguesa, capitalista, o partido político pode realizar as transformações das inquietações e reivindicações sociais em sentido amplo da política.

Cabe resaltar aqui que a teoria de Gramsci diz respeito ao partido político empenhado em expressar as inquietações e reivindicações dos outros setores da sociedade. Quando se trata de luta pela conquista do poder, no entanto, seu objetivo principal, mais ambicioso, é o desafio de construir hegemonia alternativa, na qual se expressam as classes e os grupos sociais subalternos em luta para realizar sua vontade coletiva nacional-popular, alcançando a soberania (IANNI, 2003, p.146).

---

<sup>6</sup> Na concepção de Maquiavel, é o chefe de um grupo que possui as características determinantes de organização ou liderança, para que ocorra o processo de desenvolvimento da política.

O Moderno príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, é um organismo um elemento completo da sociedade, o qual já tenha se iniciado na concretização da vontade coletiva da ação. Maquiavel e Gramsci trabalham as categorias de hegemonia e soberania; em várias linguagens esses elementos reafirmam-se como essenciais da política.

O príncipe eletrônico, no entanto, não é nem *condottier* nem partido político, mas realiza e ultrapassa os descortinos e as atividades dessas duas figuras clássicas da política. O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (IANNI, 2003, p. 148).

É claro que o príncipe eletrônico não é homogêneo nem monolítico, no âmbito nacional e mundial. Esse príncipe expressa a visão de mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes em escala nacional, regional e mundial de forma articulada. O fundamental da “democracia eletrônica” acaba envolvendo a convergência e a mobilização de mercado e marketing, mercadorias, ideias e opiniões e comportamentos, sendo dimensões psicológicas, socioculturais e político-econômicas podendo polarizar em atividades e imaginários de indivíduos e coletividade.

“A luta na qual estamos engajados é de natureza política e em âmbito político, mas ainda não está claro se o futuro será de liberdade econômica, social, individual e política... O sucesso na política não é mágico” (IANNI, 2003, p.151). A mídia torna a comunicação possível, ajudando a sociedade a compreender as ideias culturais e políticas, contribuindo na formação da opinião pública e do consenso democrático. São vários caminhos com o uso das redes que conduzem a uma política eletrônica, à democracia eletrônica, à tirania eletrônica ou ao príncipe eletrônico. No espaço da “democracia eletrônica” dissolvem-se as fronteiras entre o público e privado, cultura e mercado, cidadão e consumidor, povo e multidão.

“Na ágora eletrônica, indivíduos isolados, anônimos, mas presumivelmente bem informados, podem reunir-se sem o risco de violência ou infecção, engajando-se em debates, troca de informações ou meramente não fazendo nada” (IANNI, 2003 p.154). O príncipe eletrônico é o arquiteto da “ágora eletrônica” onde estão representados, refletidos e figurados, sem o risco da convivência e experiência.

A democracia entrou em uma nova fase com a seguinte diferença, em lugar do antigo grupo local com a presença dos contatos face a face, formou-se uma coletividade nacional e

mundial com uma comunicação por meio de imagens e sons desincorporados, com o uso de imagens flutuantes das máquinas, ocorrendo um deslocamento da riqueza dos contatos imediatos, ocorrendo aspectos da passividade.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, Legislativo, Executivo e Judiciário. Permanente e ativo, situado e ubíquo, visível e invisível, predomina em todas as esferas da política, adquirindo diferentes figuras e figurações, segundo a pompa e a circunstância (IANNI, 2003, p.161).

A fortuna e a virtù desenvolvida por Maquiavel tornaram-se atributos do príncipe eletrônico. A fundamentação da virtù de líderes e governantes e movimentos sociais têm sido construída pela mídia, que é uma poderosa e abrangente coleção de técnicas sociais. A comunicação, informação e propaganda podem transformar um desconhecido em uma figura pública de forma bem rápida.

O príncipe eletrônico é capaz de realizar a metamorfose mágica da pasteurização de tudo caracterizado como social, em um processo de síntese de tudo que pode ser político realizando a mágica da pasteurização da política como teoria e prática.

O príncipe eletrônico é uma figura política nova e diferente de todas as outras, passadas e presentes. Convive com as outras, tanto o príncipe maquiavélico como o Moderno príncipe gramsciano, sem esquecer as instituições “clássicas” da política, tais como os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, as correntes de opinião pública, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Revela-se simultaneamente diferente e original, tanto quanto surpreendente, fascinante e inquietante (IANNI, 2003, p.163).

Entre os segredos do príncipe eletrônico encontramos a sua atuação direta no mundo virtual, com os benefícios das tecnologias e linguagens que a mídia mobiliza na realização da virtualização. “Sim O príncipe eletrônico pode ser visto como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial” (IANNI, 2003, p.165). O príncipe eletrônico não é harmonioso, homogêneo ou monolítico e está passando por divergências, concorrências e influências.

O modelo pelo qual se desenha o príncipe eletrônico permite uma definição como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em aspecto nacional e mundial, sendo um intelectual orgânico coletivo, sintetizando a atividade do descortino e das formulações entre categorias de intelectuais como jornalistas, sociólogos, locutores etc. todos mobilizados pelas tecnologias eletrônicas.

Essa é, em larga medida, a fábrica da hegemonia e da soberania, que teriam sido prerrogativas do príncipe de Maquiavel e do Moderno príncipe de Gramsci. Agora é o príncipe eletrônico que detém a faculdade de trabalhar a *virtù* e fortuna, a hegemonia e a soberania; ou o problema e a solução, a crise e a salvação, o exorcismo e a sublimação. Assim se instaura a imensa ágora eletrônica, na qual muitos navegam, naufragam ou flutuam, buscando salvar-se (IANNI, 2003, p.166).

Diante dos objetivos da pesquisa relatada, é preciso compreender a configuração desses príncipes no contexto do sistema educacional brasileiro. Quando se fala em escola e conseqüentemente em educação abordamos a questão da existência de um sistema educacional no Brasil, Saviani (2000) enfatiza a questão de se adequar a educação às exigências da realidade brasileira, partindo do ponto que a educação é destinada à promoção do homem, sendo a educação um fator fundamental, estando diretamente associada à estrutura política.

No Brasil se tornou crítica a situação da utilização da expressão sistema educacional, referido a contextos marcados pela falta de planejamento, enfraquecendo a educação. No momento em que a educação brasileira tem uma base de teorias, métodos e técnicas importados ou improvisados, pode significar que o Brasil não tem um sistema de educação, além do que configura-se como sociedade de classes com escolas diferenciadas para cada grupo social. A razão do problema se encontra exatamente nas conseqüências do esclarecimento em relação à educação.

Na verdade, embora não se tenha uma resposta à pergunta “Existe ou não existe sistema educacional no Brasil?”, o fato é que se age sempre como realmente ele existisse; e mais: age-se como se esse suposto sistema estivesse adequadamente organizado e funcionando satisfatoriamente (SAVIANI, 2000, p.05).

O levantamento da questão e a demonstração da inexistência de um sistema educacional brasileiro acarreta uma conseqüência na mudança de postura dos educadores,

deixando de pressupor um sistema e lutando por viabilizar essa construção do problema abordado.

O conflito que gerou interpretações do termo “sistema” inscrito inclusive na Constituição Federal de 1988, permite afirmar que o problema é abordado envolvendo pontos políticos e ideológicos. A própria LDB não explicitou, ao longo dos anos, a questão do termo “sistema”, proporcionando uma série de conflitos.

O uso que se fez do termo “sistema”, na tortuosa evolução dos Projetos das Diretrizes e Bases, passa a ser caracterizado como indefinido e essa indefinição fora provocada por pressuposição de um acordo tácito em relação ao termo, superposição de concepções políticas, interesses doutrinários, fatores econômicos, uso equívoco do termo “sistema”, essas são razões que acabam determinando o caráter indefinido da conceituação de “sistema”, em toda a literatura das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, complementando a análise desenvolvida por Saviani (2000).

Nessa discussão, a referência para construção do sistema educacional toma como ponto de partida o caráter dialético da estrutura do próprio homem; a realidade humana envolve elementos fundamentais, na questão da estrutura do homem como a situação, a liberdade e a consciência. A estrutura do homem implica a concepção dialética, os elementos se contrapõem e compõem, se negam e se afirmam em aspecto do conjunto da dinamicidade. A filosofia parte de algo que é indeterminado, mas que possui uma realidade, o homem consegue descobrir e agir através da ação, porém quando no ato de agir surge o problema, a reflexão atua como mecanismo de solução. Saviani (2000) afirma que as ações humanas seguem uma orientação, a orientação às vezes não é produto da reflexão, o homem faz escolhas, executa atividades, seguindo razões implícitas sem explicações.

O ato da sistematização pressupõe a um ato intencional e uma consciência refletida, ao desenvolver essas atividades o homem mantém em sua consciência, um objeto com um sentido determinado. O ato da intencionalidade não se resume ao ato de sistematizar, é necessário uma multiplicidade de elementos ordenados e unificados:

Sistematizar é, pois, dar, intencionalmente, unidade à multiplicidade. E o resultado obtido, eis o que se chama sistema. Este é, então, produzido pelo homem a partir de elementos que não são produzidos por ele, mas que se-lhe oferecem na sua situação existencial. E como esses elementos, ao serem reunidos, não perdem a sua especificidade, o que garante a unidade é a relação de coerência que se estabelece entre os mesmos. Além disso, o fato de serem reunidos num conjunto não implica em que os elementos deixem de pertencer à situação objetiva em que o próprio homem está envolvido; por

isso, o conjunto, como o todo, deve manter também uma relação de coerência com a situação objetiva referida (SAVIANI, 2000, p.77).

O fato da reunião em um conjunto não quer dizer que os elementos pertencem à situação objetiva, a ideia de conjunto deve ter uma relação de coerência com os objetivos referidos. A intencionalidade, unidade, variedade, coerência interna, coerência externa, são elementos inseridos na dialética que caracteriza o termo sistema.

A conceituação de estrutura tem uma referência a conjuntos de elementos, possuindo muitas vezes sinônimos de sistema. Evitando a ambiguidade é necessário estabelecer alguns conceitos. “O termo estrutura pode não preencher o requisito da coerência; é comum, por exemplo, referir-se à estrutura dos mitos e, no geral, os mitos se caracterizam pela incoerência” (SAVIANI, 2000, p.81). O que marca a distinção entre os termos é que a noção e estrutura não possuem o requisito da intencionalidade. Claude Lévi-Strauss especificou bem essa análise no estruturalismo:

Se, como cremos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se as formas são fundamentalmente às mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados – como o estudo da função simbólica, tal como se exprime na linguagem, o mostra de maneira tão notável – é preciso e basta atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição, naturalmente, de estender bastante à análise (SAVIANI, 2000, p.81).

A definição de estrutura implica em uma realidade, mostrando as formas como as coisas acontecem independentemente do homem, porém às vezes envolve o homem em aspectos sociais, políticos, econômicos, educacionais etc. O homem acaba sofrendo a ação das estruturas, mas quando toma consciência dessa ação, ele manipula a sua força, agindo na estrutura, atribuindo um sentido.

A educação é encontrada em todas as sociedades, com características simples e homogêneas, complexas e diversificadas. Quando aparece difusa e diferenciada, em setores sociais, a comunicação tem um objetivo que não o de educar e, no entanto, educa e se educa. Esse fator é caracterizado como uma educação assistemática (consciência irrefletida). No momento em que o ato da educação passa a ser um objeto explícito da atenção, desenvolve-se uma ação educativa intencional (educação sistematizadora). O elemento que determina a passagem da assistemática para a sistemática é o fato da educação, aparecer ao homem como

problemática, o educar aparece como algo que ele precisa fazer e o indivíduo não sabe como conduzir a situação.

O sistema passa a ser um produto da atividade sistematizadora, sendo o sistema educacional resultado dessa educação, implicando que não existe sistema educacional sem educação sistematizadora, embora seja possível esta sem o sistema.

É necessário, por fim, um esclarecimento a respeito da oposição efetuada entre “estrutura” e “sistema”. Não se trata de uma oposição analítica, mas dialética. O sistema mergulha nas estruturas; é a partir delas que ele é constituído pelo homem. Assim o sistema comporta-se como uma “estrutura” que o homem faz; e a estrutura comporta-se como um “sistema” que o homem não fez (ou fez sem o saber). Além disso, o sistema aparecerá aos outros (que não o fizeram) como caráter de estruturas que serão modificadas. Estas observações foram necessárias para que se pudesse compreender o significado da expressão “estrutura do sistema educacional”; este tem uma organização objetiva que precisa ser compreendida para que se possa ser, a cada instante, vivificada e reformulada (SAVIANI, 2000, p.91).

Embora se denomine a organização educacional brasileira de sistema, a realidade é que não existe um sistema educacional no Brasil, o que existe é estrutura. É necessário que exista uma consciência, pois é a partir das estruturas que se poderá construir um sistema brasileiro. Nesse sentido a gestão escolar tem um papel construtivo a desempenhar juntamente com todos os educadores.

### **1.3 A GESTÃO EDUCACIONAL EM ARACAJU**

Para abordar o objeto de estudo da investigação ora descrita, cujo recorte temporal é 1993 a 2002, impõe-se uma breve retrospectiva referente ao período imediatamente anterior. Bezerra (2007) mostra o desenvolvimento de uma experiência que se confirmou em sua investigação como democrática e construída coletivamente, centrada na proposta curricular do ensino público, no contexto da gestão democrática que se consolidava no sistema municipal de ensino de Aracaju, considerando o trabalho como um princípio educativo, elevado, inclusive, à condição de diretriz desse processo. O estudo aborda questões relacionadas à administração escolar, envolvendo a gestão educacional e o trabalho como um princípio de educação e planificação da escola pública.

A elaboração da Proposta Curricular da rede de ensino público municipal de Aracaju-SE foi desenvolvida nesse período, quando Bezerra, como já anunciado, exerceu o cargo de



Secretária da Educação, sendo este o seu objeto de estudo para o Doutorado em Educação na Universidade de São Paulo. Em suas pesquisas foram analisadas as novas conformações que o capitalismo vem assumindo desde a década de 70 (século XX), envolvendo as formas de organização dos processos de trabalho com os novos paradigmas do mundo produtivo que alcançaram a organização escolar.

Confirma-se que a construção da Proposta Curricular de Aracaju foi uma experiência de gestão educacional democrática por ter sido um processo coletivo de tomada, execução e avaliação de decisões com a participação dos segmentos extra e intra-escolares, como conclui Bezerra (2007). Sua análise considera os modelos de gestão educacional vivenciados em Aracaju, profundamente marcados pela história política e econômica de Aracaju, do Estado e do país.

Sergipe é um Estado com constantes temperaturas elevadas (médias térmicas anuais de 24° a 26°), limitado ao norte com o estado de Alagoas e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul e oeste com a Bahia, à qual sua história está profundamente vinculada, Bezerra, (2007). Culturas como a cana-de-açúcar e o algodão, até o século XIX, eram as atividades mais importantes da província, principalmente na região do Vale do Cotinguiba e do Agreste. “Política e economicamente a história de Sergipe é marcada pela concentração de terras, pelo domínio das oligarquias rurais [...]” (BEZERRA, 2007, p.38). Ainda hoje os partidos políticos sergipanos não podem ser considerados como domínio de uma elite, pois sua base tem relação com os senhores de terra, latifundiários, engordadores de gado, comerciantes e políticos ligados aos detentores de riqueza no estado.

A mudança desse quadro político delineou-se a partir de 1985 com alianças entre PMDB/PFL, apoiadas por partidos de esquerda como o PC do B e o Movimento Revolucionário de 08 de outubro (MR8)<sup>7</sup>. A administração da Prefeitura de Aracaju foi assumida pelo PMDB com o deputado federal José Carlos Mesquita Teixeira (queda do Prefeito Heráclito Rolemberg) que em seu curto governo (1985) lançou as bases da gestão democrática na educação municipal de Aracaju. Essa conjuntura política e histórica de 1985 tem relação com meu objeto de estudo (período de 1993 a 2002), de modo que busco identificar continuidades e rupturas nas políticas diferenciadas, que atuaram sucessivamente na Prefeitura Municipal de Aracaju, para entender os modelos de administração escolar.

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma organização político-ideológico que se insurgiu contra a ditadura militar, cuja proposta é socialista. Sua denominação reverencia a memória de “Che” Guevara capturado na Bolívia em 08/10/1970.

Art. 235 – Os cargos de Direção passarão a ser providos através de eleições diretas das quais participarão em proporção a ser definida em regulamento os membros do Corpo Docente e Discente e os funcionários engajados na área de educação (Lei nº 1.082/85 de 24 de setembro de 1985).

Nas eleições diretas de 1985 foi eleito para a prefeitura da capital o deputado federal Jackson Barreto de Lima (PMDB), nascido em Santa Rosa de Lima, militante do movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que concluiu o Bacharelado em Direito nessa Universidade, ocupando cargo como funcionário público da Receita Federal, trabalhando anteriormente na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A sua trajetória política começou em 1970 como presidente da juventude do MDB em Aracaju, eleito vereador em 1972, sendo anteriormente militante do PCB. Foi deputado estadual (1975 a 1978) e federal (1979 a 1985) ingressando no PMDB em 1982, vencendo a eleição para prefeitura de Aracaju (1985), administrando no período de (1986-1988), filiado ao PSB em 1988, teve cassado seu Mandato de Prefeito de Aracaju pela Assembléia do Estado de Sergipe. A intervenção foi decretada em 11 de maio de 1988, tendo o governador Antônio Carlos Valadares indicado como interventor o advogado Antônio Militão Silva. No dia 12 de maio de 1988 Jackson Barreto de Lima deixou o cargo. O seu vice-prefeito Viana de Assis (1988-1989), bacharel pela Faculdade de Direito de Sergipe, passou a administrar a Prefeitura da capital sergipana.

Em 1989 até 1992, após a eleição, assumiu a prefeitura de Aracaju Wellington da Mota Paixão, com o mandato de (1989-1992); trata-se de advogado do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que promoveu reforma administrativa na intenção declarada de resgate da autonomia municipal. Essa gestão nasceu com o apoio de uma frente de esquerda liderada por Jackson Barreto, embora no decorrer do mandato essa frente tenha sido dissolvida progressivamente. No início de sua gestão instalou-se a primeira Assembléia Constituinte Municipal, sendo presidida pelo vereador Marcélio Bonfim, que elaborou a Lei Orgânica do Município de Aracaju em 1989. Nessa gestão, criou a Fundação Municipal de Cultura (FUNCAJU), Lei nº 1.659 de 26/12/1990, e o Conselho do Menor e do Adolescente.

Aracaju, desde 1985, experimentou progressivamente avanços na gestão democrática do sistema educacional, consolidando-se entre 1989 a 1992. Em relação à gestão educacional democrática, sempre houve uma demanda estadual sindical no sentido de implantá-la, mas os governos estaduais têm optado por modelos parciais da gestão democrática da escola, através de comitês comunitários e até de concurso público - que aconteceu, mas foi suspenso - para

diretor de escola, sempre evitando as eleições diretas, inclusive nos governos do partido dos trabalhadores.

A continuidade do processo de gestão democrática no período de (1989 a 1992) foi surpreendente, porque esteve contextualizado em profunda crise política e econômico-financeira, o que levou à emergência de sete greves do magistério, além dos movimentos dos servidores técnico-administrativos, culminando no bloqueio judicial das contas da prefeitura em 1992. A gestão do prefeito Wellington da Mota Paixão (PSB), além de conviver com impactos da crise econômica do país, apresentou desde o início (1989) sinais de uma profunda crise política interna. A sistematização da versão preliminar da proposta curricular, apresentou-se como contradição salutar no movimento dialético dessa realidade.

O II Congresso Municipal de Educação (1989) marcou o início dessa gestão (1989-1992) na Secretaria de Educação, em termos de participação, definições e emersão de conflitos tendo 1.500 participantes entre professores, especialistas e funcionários técnico-administrativos, líderes comunitários e estudantis que lotaram o Centro de Convenções de Sergipe Min. José Hugo Castelo Branco. Embora não sistematizado havia um currículo em curso nas escolas da rede municipal de ensino de Aracaju; o ex-prefeito José Carlos Teixeira não priorizou essa sistematização. Com a percepção dessa lacuna e visando a contemplar devidamente esse currículo e a perspectiva progressista impregnada no discurso docente nessa instância, a nova gestão decidiu coletivamente pela explicitação curricular dos princípios progressistas, à luz dos critérios de coerência e associação teoria/prática. Diretrizes e princípios foram aprovados no II Congresso Municipal de Educação (1989), nessa perspectiva.

[...] incentivar a elaboração do Currículo Pleno de cada escola municipal, preservando-se um mínimo de homogeneidade e o respeito às especificidades da comunidade escolar. Repensar o currículo e o processo de avaliação dos discentes, através do estudo, pesquisa e elaboração de projetos. (SEMED/PMA, 1989, p.03-04).

Segundo dados da SEMED/PMA (1992) o que ocorreu, ao longo dessa gestão foi a construção de uma proposta curricular democrática e dirigida aos interesses da classe trabalhadora e de seus filhos, implicando, necessariamente, um aprofundamento metodológico e epistemológico do conhecimento e do saber existente, num processo dialético de planejar, executar e avaliar. O processo de construção curricular foi concebido como um fator coletivo e político, não se restringindo ao campo técnico-pedagógico. O trabalho foi proclamado como

princípio educativo que na concepção de Bezerra (2007) tentou dar conta das novas conformações do trabalho e da acumulação capitalista que passavam a requerer do trabalhador a exigência de uma formação que o capacitasse frente aos desafios de situações inovadoras, implicando a adoção do trabalho como princípio educativo, que impõe a preparação do cidadão, a participação ativa no atendimento às necessidades socialmente postas e às transformações visando a uma nova ordem social e econômica. “Educação é uma prática social muito ampla, um processo que se desenvolve na contemporaneidade em diversos espaços, não se limitando, pois, à esfera da instituição escolar” (BEZERRA, 2007, p.93). A escola passa a ser o espaço educativo por excelência, sofrendo determinações da infraestrutura com caracterizações de força, poder com intensidades direcionadas à natureza do seu projeto político-pedagógico. A inegável vinculação da escola ao aspecto orgânico do trabalho uma vez que se encontra inserida ao modo de produção da existência e participa do desenvolvimento econômico, como partícipe do processo produtivo, formando mão de obra, não obstante tenha atualmente sua qualidade questionada no setor público.

Portanto, o trabalho como princípio educativo enseja a percepção clara da função social, e ao mesmo tempo política, da educação escolar e do professor em particular, que é mediadora nas relações que se dão no âmbito da sociedade, função essa que não pode deixar de estar pautada também na relação capital-trabalho (de compra/venda da força de trabalho na empresa capitalista), ou melhor, nas exigências do processo de desenvolvimento econômico (BEZERRA, 2007, p.98).

O princípio educativo passa a ser excelência na escola, podendo ser o norteamento não só da proposta curricular, mas da prática pedagógica, gerando conteúdos e métodos na formação do cidadão. Nesse sentido Cruz (2005) já chamava a atenção para o fato de que no processo de trabalho a interação, sua base da reciprocidade, concilia, a seu modo, sujeito e objeto, favorecendo o desenvolvimento da consciência crítico-reflexiva; na perspectiva da educação emancipatória, esse desenvolvimento ocorre mediante a dialética, a interação e, o discurso. Desse modo, assim como a educação o trabalho é concebido como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais. Carrega a dimensão da alteridade que contribui para ampliação da cidadania e consciência dos direitos dos sujeitos nessa relação, na medida em que as relações sociais se configuram como espaço de negociação entre si e o outro.

A metodologia adotada nesse processo de construção da proposta curricular, assemelhou-se à pesquisa participante, caracterizando-se pela ação integrada de grupos. A

ação dos Grupos de Trabalho (GT), por área de conhecimento, fez surgir conflitos de caráter político, provocando a contínua recomposição dos grupos, sofrendo as determinações das conjunturas específicas.

Foi na Proposta Curricular que o Programa de Horas de Estudo evoluiu, chegando a exigir a criação e implantação do Centro Municipal de Recursos Humanos Paulo Freire que na gestão da SEMED (1993) passou a designar-se como Centro de Recursos Humanos Prof. Fernando Lins, com a perspectiva da capacitação permanente.

A versão preliminar da Proposta Curricular foi trabalhada com culminância na I Jornada Municipal de Currículo (15 cursos de 40 horas-aula, 19 turmas), atingindo aproximadamente 800 educadores-educandos da rede municipal de ensino (BEZERRA, 2007, p.54).

O projeto de Elaboração Coletiva da Proposta Curricular no ano de 1992 foi sensivelmente prejudicado devido à instabilidade política, no final de um mandato, inviabilizando o III Congresso Municipal de Educação, que deveria trabalhar questões como deliberação e difusão da versão Preliminar da Proposta Curricular, aspectos da avaliação da própria gestão. É que nesse ano (1992), Jackson Barreto de Lima foi eleito para o segundo mandato (cumprido no que se refere ao período de 1993 - 1994) na Prefeitura Municipal de Aracaju, quando já rompera com o antecessor Wellington Paixão, renunciando para disputar o governo de Sergipe em 1994, sendo derrotado no segundo turno por Albano Franco, sendo esse filiado ao PSDB. Com essa renúncia, seu vice-prefeito, e primo o deputado estadual (1991-1992) José Almeida Lima (Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe), passou a assumir a prefeitura a partir de 1994 até o término do seu mandato, em 1996. Durante sua curta gestão, José Almeida Lima acompanhou o movimento reacionário às eleições diretas, deflagrado no país por governos conservadores, inclusive com o apoio de lideranças locais que anteriormente defendiam essas eleições no bojo da discussão da democratização escolar, em favor da indicação de diretores escolares, sob o pretexto da inconstitucionalidade das Eleições de Diretores, trazendo de novo esses cargos para o controle e arbítrio do Executivo Municipal, com o aval do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A partir de então a história registra progressivo retrocesso nessa questão.

As eleições de 1992 trouxeram de volta Jackson Barreto que estaria retomando, para concluir sua obra que ficara inacabada com a cassação de 1988, o que foi afirmado publicamente em discurso de posse da nova Secretária de Educação, que deixou clara a

intenção do governo de retomar o trabalho desenvolvido em 1986, em detrimento de tudo que fora feito de 1989 a 1992 (BEZERRA, 2007).

Conforme permite inferir a análise documental, na rede municipal de ensino ocorreram inúmeros retrocessos no sentido da gestão democrática no período que hoje representa a preocupação central desta Dissertação. Em 1994, de forma subliminar, foi excluída a possibilidade de eleição dos Secretários Escolares. Em 1997, com o argumento da inconstitucionalidade das eleições para diretor de escola pública, foram elas suspensas; emergiu, alguns anos depois, a partir de 2002, um artifício de eleição não para as funções de Diretor e Vice-Diretor, mas de Coordenação, não obstante as pressões do sindicato docente da rede municipal, instalando-se ou consolidando-se a fragmentação entre o pedagógico e o administrativo.

“A SEMED/PMA (1996) apontou como um dos temas sugeridos por educadores dos 1º, 2º e 4º Distritos Educacionais do Município em um levantamento de 1995/1996” (BEZERRA, 2007, p. 56). O Secretário de Educação: Prof. Fernando Lins de Carvalho, autorizou durante o III Encontro de Especialistas da Rede Municipal de Ensino (23/04/1996) a retomada das discussões da Experiência de Aracaju, valorizando a contribuição dos protagonistas e a pesquisa exposta, após um a ruptura de 04 anos. Ainda registra Bezerra (2007) que em 1992/1996 houve tentativa dos educadores da rede municipal de ensino de Aracaju de retomada da proposta curricular de 1992 que, embora publicada e divulgada, veio a ser “engavetada” com as sucessivas gestões.

Nesse interim:

[...] o ex-prefeito de Aracaju, Joé Almeida Lima [...] ganhou na justiça esse direito que somente foi chegar ao conhecimento público em março de 1997, mediante a chegada na Secretaria Municipal de Educação do Acórdão nº 151/1997 declarando inconstitucional as eleições para diretores. Desse modo, a rede municipal extinguiu o processo eleitoral para escolha dos dirigentes escolares [...] (GRAÇA; SOUZA, 2000, P.43).

Nesse ano a sucessão da prefeitura municipal de Aracaju ocorre com o apoio de Jackson Barreto à candidatura vitoriosa de João Augusto Gama (1997-2000), filiado ao PMDB, formado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, instituição na qual foi o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes em 1968, com seu mandato cassado pelo regime militar. Após esse período quem assume a prefeitura municipal de Aracaju é o

advogado Marcelo Déda Chagas, nascido em Simão Dias, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). O Prefeito Deda traz uma história de deputado estadual (1986-1990) e federal (1994-2000), com mandato na prefeitura (2001-2006). Em seu governo criou a Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a gestão democrática da rede de ensino do município de Aracaju, na expectativa de avançar embora situe-se aquém da proposta em curso desde 1985, com a instituição de uma gestão colegiada que fragmenta o pedagógico do administrativo (Anexo 01).

A escola pública tem atuado no campo político da consolidação da conjuntura sergipana, sendo um instrumento do qual nunca abriram mão às forças políticas do estado de Sergipe, atendendo aos interesses dos dominantes por suas deficiências nos conteúdos, programas didáticos e por permitir a formação de cabos eleitorais nas pessoas dos professores e diretores, como demonstrou Bezerra (2007).

A literatura nacional passa a falar da gestão da educação municipal em Aracaju a partir de 2002, através de Paro (2011b), tempo que corresponde à gestão de Marcelo Déda Chagas (2001-2006). Esse autor configura essa gestão da seguinte forma: O exemplo de Aracaju com o conselho diretivo na modalidade de gestão democrática rompe com a tradição de séculos de direção unipessoal da escola, assumindo, a partir de 2003, a gestão escolar e os princípios da direção colegiada. O município da Aracaju que pela Lei nº 3.075, de 30 de dezembro de 2002 (Aracaju, [2003]), aboliu a figura do diretor, instituindo uma direção colegiada com três coordenadores (geral, administrativo e pedagógico).

A Lei em seu Artigo 4º, estabelece que a escolha dos coordenadores, ocorrerá com a participação da comunidade escolar através de eleição por chapas, por voto direto, secreto e facultativo, proibido o voto por representação”. Por outro lado, o “Artigo 3º diz: Serão competências da Equipe de Coordenação da unidade Escolar, às atividades relativas à organização geral da Escola, no âmbito da gestão de pessoal, organização do espaço físico, instalações e patrimônio, e integração dos segmentos da Unidade Escolar e desta com a comunidade [...] (PARO, 2011, p.68).

Paro (1995) sugere que o colegiado fosse formado por um coordenador geral, só que poderia dar pretexto ao antigo diretor. Na versão atualizada da proposta, Paro (1999) faz constar como sugestão um coordenador administrativo não tendo o papel desempenhado pelo diretor. Nas pesquisas com a Secretária de Educação de Aracaju afirma:

Em 1985, a gente teve uma reformulação estatutária [...] e naquela ocasião já havia luta dos professores da rede estadual para eleição direta para diretores. Então havia esse anseio, essa luta, na categoria docente de magistério municipal. Mas a correlação de forças políticas [...] colocou o novo governo de transição, de sete meses, democrático, do PMDB, e aí se conseguiu na reformulação estatutária, instituir a eleição para conselho de professores para diretores. Em 1986, assumiu o novo governo dessa mesma coligação, e se instituiu a eleição para diretores. Bom de lá para cá nós tivemos uma suspensão desse direito em 1997, com o prefeito que pediu inconstitucionalidade desse [direito], e aí ficamos até 2002. Em 2002, o PT tomou o poder e retoma esse processo (PARO , 2011, p.70).

O conselho que era formado de início, nos termos do Estatuto do Magistério de 1985, por professores, evoluiu a partir de 1990, com a Lei nº 1.638, de 26/10/1990, para Conselho Escolar, de composição mais ampla, com a participação também de funcionários, pais e alunos. Na gestão do Prefeito Wellington Paixão, alguns segmentos ditos progressistas, inclusive vinculados ao sindicato de professores da rede municipal, já a partir de 1990, começaram a questionar as eleições diretas, o que só fortaleceu a reação dos conservadores que avançavam nessa direção em vários pontos do país. Essa realidade requereu firmeza de propósitos, sobretudo na Secretaria Municipal de Educação, de modo a evitar retrocessos no processo democrático (BEZERRA, 2007). Tal tendência, como já foi dito, objetivou-se a partir da gestão do ex-prefeito José Almeida Lima.

Em 1997, a Lei nº 2.491, de 20 de maio de 1997, criou os Comitês Comunitários junto às unidades de ensino da rede municipal de Aracaju, na gestão do prefeito João Augusto Gama da Silva, inclusive de modo a viabilizar o Programa Federal de Dinheiro Direto para a Escola. De 1997 a 2002, quando foi suspensa a eleição de diretores o poder municipal instituído nomeou pessoas que eram de sua conveniência nos postos de direção pessoal escolar.

Foi no ano de 2002 que se configurou um novo modelo de gestão da escola pública municipal, com a Lei nº 3.075, de 30 (anexo 01) de dezembro de 2002, sancionada pelo Prefeito Marcelo Deda. Surgiu a mudança, não existindo mais o diretor, passando a gestão a ser exercida em cada unidade escolar por uma Equipe de Coordenação: coordenador geral, coordenador administrativo e o coordenador pedagógico. A depender do porte da escola, em termos de número de alunos, há a possibilidade de a escola contar com mais de um coordenador administrativo ou pedagógico. Segundo Paro (2011b) essas eleições para coordenadores no sistema de ensino de Aracaju deram-se sucessivamente em 2003, 2005 e



2007, permanecendo até hoje, o que implicou mudanças no Plano de Carreira do Magistério Municipal de Aracaju.

Segundo a Secretária de Educação, recentemente foram extintas as equipes pedagógicas nas escolas, aquele pessoal de Pedagogia que tem o orientador, o supervisor, essas coisas. Assim o plano de carreira que é de 2002, extingue esses cargos e estabelece o “suporte pedagógico” (PARO, 2011, p.73).

Verificou-se que, no mesmo ano de 2002, a Lei nº 3.074 (anexo 02), da mesma data do ato legal mencionado no parágrafo anterior, 30/12/2002, em cuja ementa afirma: Cria os Conselhos Escolares nas unidades de ensino da rede municipal de Aracaju. Analisado esse documento legal percebe-se que o ele revoga a Lei nº 2.491/1997, extinguindo os Comitês Comunitários e ampliando os Conselhos Escolares já criados desde 1990 de modo a assimilar as atribuições dos Comitês Comunitários.

Desde então, qualquer professor pode desenvolver um projeto pedagógico e apresentar ao conselho escolar e à Secretaria de Educação; daí o professor passa a ser suporte pedagógico (Tempo de um ano com recondução de mais um), não existe diferencial de salário, nem de carga horária, a única diferença é que o professor sai da sala de aula, o que por sua vez, acaba por desconfigurar o pedagógico.

Essa retomada histórica permite formular a questão norteadora da pesquisa: como se configura a gestão da educação municipal em Aracaju no período dos prefeitos Jackson Barreto de Lima (1992-1994), José Almeida Lima (1994-1996), João Augusto Gama (1997-2000) e Marcelo Deda [2001-2002, uma vez que Paro (2011b) cobre a parte final da sua gestão], inicialmente, sob a ótica dos respectivos Prefeitos?

## 02. IDEOLOGIA NA GESTÃO EDUCACIONAL

### 2.1 IDEOLOGIA COMO CATEGORIA PRIVILEGIADA NA ANÁLISE DE GESTÃO

Justificamos este capítulo pelo fato de que partimos nesta pesquisa de uma hipótese de trabalho que afirma ter sido desenvolvida, desde 1985, a gestão democrática das escolas do município de Aracaju como uma ideologia de grupos que assumiram o Executivo Municipal, cuja matriz encontra-se enraizada na história política dos mesmos, diferenciando-se em dados momentos por injunções históricas e idiosincrasias.

Desse modo tomamos como questão norteadora da pesquisa a seguinte indagação: como foi tratada a gestão democrática das escolas públicas pelos prefeitos: Jackson Barreto Lima, José Almeida Lima, João Augusto Gama e Marcelo Déda Chagas, no sentido da ideologia como constituinte da estrutura social, determinada pela estrutura econômica e envolvendo as relações de classes, diante da conjuntura local e das peculiaridades idiosincráticas de cada sujeito?

A concepção althusseriana de ideologia, como sendo uma definição das relações econômicas, elimina o conceito de relações sociais. Cardoso (1977) afirma que Althusser quando se dedica à análise de um domínio particular como o conceito de ideologia, enfatiza que toda formação social constitui uma totalidade orgânica – que compreende três níveis essenciais: a economia, a política e a ideologia ou formas da consciência social – partindo para o estudo do nível ideológico, de modo a verificar os nexos que existem com os outros níveis, pensando os mesmos como uma estrutura. A estrutura nessa perspectiva é entendida como o traço essencial da ideologia, o que a torna inteligível, como ocorre com todas as realidades sociais.

Os elementos que a formam, se considerados isoladamente, não constituem a ideologia: é seu sistema, seu modo de disposição e combinação que lhe dá sentido, é sua estrutura que os determina em seu sentido e sua função. Assim como a sociedade só pode ser entendida pela sua estrutura – articulação daqueles diversos níveis – também cada um deles só pode ser entendido segundo a sua estrutura particular – que a relação específica dos seus elementos forma (CARDOSO, 1977, p.32).

Cardoso (1977) ainda realça a grande ausência na concepção althusseriana, principalmente no seu esquema da teoria da estrutura social, das classes sociais, definindo a

estrutura com uma instância econômica, política e ideológica, em detrimento do social, cujo conceito de classe faz parte da análise, por não ser determinante da estrutura.

Em trabalho mais recente, que trata de reprodução das condições de produção, analisando conjugadamente a produção, o direito, o Estado, a ideologia, Althusser apresenta como que uma conjunção das noções de infra e superestrutura e de totalidade orgânica, como sendo a concepção do próprio Marx. (...) concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída pelos 'níveis' ou 'instâncias', articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, que comporta ela própria dois 'níveis ou 'instâncias': o jurídico-político (o direito, o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc.). Dando relevo ao fato de que os níveis sejam articulados por uma determinação, que é específica, a simples enumeração das instâncias cede lugar à sua organização segundo um princípio ditado por essa determinação específica que rege a sua articulação (CARDOSO, 1997, p.37).

Aqui fazemos uma opção pelo uso do conceito de ideologia na teoria gramsciana porque fundada no próprio Marx, a ultrapassa, adequando-o à emergência do Estado Moderno. Trata-se de categoria polissêmica, mas nos limitaremos ao conceito adotado por Gramsci (1991). Para Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) ideologia seria uma concepção idealista da realidade, uma falsa consciência, uma ilusão “Conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade” (LÖWY, 2002).

Recorremos a Gramsci (1991) para a compreensão do termo ideologia. Sua análise indica que a “ideologia” foi um aspecto do “sensorialismo” ou seja do materialismo francês referente ao século XVIII, quando seu significado original era de “ciência das ideias”, sendo o único modelo de análise reconhecido e aplicado pelo método científico, com o significado de análise das ideias ou seja pesquisa da origem das ideias. As ideias passariam por uma decomposição em seus elementos originários, em que estes não poderiam ser, senão, as sensações, já que as ideias derivam das sensações. O sensorialismo poderia associar-se sem dificuldades à fé religiosa, como aconteceu historicamente.

O conceito de ideologia como ciência das ideias e análise sobre a origem das ideias adotou no contexto da filosofia da práxis o significado de um determinado sistema de ideias, que deve ser examinado historicamente pela lógica concreta, pois retrata o processo de modo a facilitar sua análise e compreensão.

[...] a filosofia da práxis representa uma nítida superação, que se contrapõe historicamente à ideologia. O próprio significado que o termo “ideologia” assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de valor, o qual exclui que para os seus fundadores a origem das ideias devesse ser buscada nas sensações e portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura (GRAMSCI, 1991, p.62).

Gramsci (1991) avança quando elucida que um erro que passa a ser um elemento na consideração sobre o valor das ideologias é devido ao fato (não casual) que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. É importante distinguir ideologias historicamente orgânicas (isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura) e ideologias arbitrárias (racionalistas, desejadas). No momento em que as ideologias são historicamente necessárias, elas têm uma validade no aspecto psicológico, organizando as massas humanas, formando o terreno em que os homens se movimentam, adquirindo consciência de sua posição, luta e transformação social.

[...] afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material ou algo semelhante), o que é muito significativo. A análise dessas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta definição entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1991, p. 63).

Löwy (2002), ao tratar do conceito de ideologia, informa não vir o mesmo, especificamente de Marx, que apenas retomou esse conceito. O termo ideologia foi literalmente inventado pelo filósofo francês Destutt de Tracy, que publicou em 1801 o livro *Eléments d' Idéologie*. Segundo Destutt de Tracy a ideologia é o estudo científico de ideias, momento em que as ideias são resultado da interação entre o organismo vivo, natureza e o meio ambiente, constituindo-se em um subcapítulo da zoologia, em que estuda o comportamento dos organismos vivos com o meio ambiente, envolvendo a questão dos sentidos, da percepção sensorial, chegando à concepção das ideias. Essa obra é caracterizada como vulgar por seguir um cientificismo materialista.

Alguns anos mais tarde, em 1812, Destutt de Tracy e seu grupo, discípulos todos do enciclopedismo francês, entram em conflito com Napoleão que, em um discurso em que atacava Destutt de Tracy e seus amigos, os chamou de ideólogos. No entanto, para Napoleão, essa palavra já tem um sentido diferente: os ideólogos são metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo (LÖWY, 2002, p.11).

A revisão da literatura corrobora nossa opção teórica, evidenciando que na primeira metade do século XIX Marx, encontra o termo ideologia em jornais, revistas e debates, com sua utilização no sentido napoleônico, considerando ideólogos os metafísicos especuladores que ignoravam a definição da realidade. Segundo Löwy (2002) é nesse sentido que Marx utiliza o termo ideologia a partir de 1846 (A Ideologia Alemã).

A conceituação de ideologia continua sua trajetória no marxismo posterior a Marx, inclusive na obra de Lenin, onde ganha um sentido diferenciado; a ideologia aparece como qualquer concepção da realidade social envolvendo a política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Assim existiria uma ideologia definida como burguesa e uma ideologia proletária. Na corrente leninista do movimento comunista o conceito de ideologia perde o sentido crítico pejorativo e negativo desenvolvido em Marx e passa a se caracterizar, como simplesmente uma qualquer doutrina sobre a realidade social, possuindo o vínculo com uma posição de classe.

A sociologia procura superar essa ambiguidade tentando estabelecer uma ordem. Karl Mannheim, no seu livro *Ideologia e Utopia*, passa a distinguir conceitos entre ideologia e utopia. “Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida” (LÖWY, 2002, p.13). São doutrinas que têm um certo caráter conservador, de forma consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntariamente servindo à manutenção de uma ordem estabelecida, enquanto que as utopias ao contrário, são ideias, representações e teorias que aspiram a uma realidade inexistente. As utopias possuem uma função subversiva, crítica e em alguns casos assumem uma função inserida no processo revolucionário.

Permanece a necessidade de procurar outro termo que se refere às ideologias e às utopias, definindo o que há de comum entre esses dois fenômenos. O termo mais adequado e que pode propor uma hipótese neste momento é a visão social de mundo, entendida como conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Os conjuntos são unificados com uma perspectiva determinada, um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.

A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história. Pode-se dizer também que esse princípio dialético se aplica à natureza onde existe uma transformação perpétua, mas existe uma diferença entre a história natural e a história humana que está muito bem resumida numa fórmula do filósofo italiano Vico, que diz o seguinte: “A diferença entre a história natural e a história humana é que fomos nós que fizemos a história humana, mas não a história natural”. Isso quer dizer que a história natural, por exemplo, a história do sistema solar, do desenvolvimento dos planetas, não foi obra humana, mas a história social, o desenvolvimento das civilizações, foi produto social da ação dos homens. Essa é uma particularidade da dialética histórica, e uma distinção fundamental da dialética que poderia existir na natureza (LÖWY, 2002, p. 14-15).

Nesse sentido, Löwy (2010) configura como ideologias consistentes, por suas proposições teórico-metodológicas e relações com o conhecimento científico, as seguintes: positivismo, historicismo e marxismo. Nossa concepção de ideologia é a gramsciana que admite a circulação de ideologias e contraideologias no âmbito das classes sociais, a disputa de hegemonia entre elas, concebendo o partido político como um intelectual coletivo defensor da ideologia da transformação, da superação da sociedade de classes. Cardoso (1977) corrobora essa análise, definindo o objeto do conhecimento como representação construída progressivamente pela teoria, para representar o real. Vê-se aqui a questão da relação entre tese, antítese e síntese, dialética da construção do conhecimento, que é posto em dúvida, negado e reconstruído.

Ele não é absoluto, a verdade que ele nos dá é sempre uma verdade relacionada à aproximação. A origem sensorial do conhecimento é na realidade um mito em que as percepções são organizadas no início e reorganizadas através da ação, que é o ponto de partida da razão.

Nessa perspectiva, a objetividade é uma tendência ou um limite ocorrendo que é na descoberta do erro que se afirma uma nova verdade, constituindo a retificação do erro; a convicção de um paradigma, como conhecimento aceito, modelo pré-definido, pode confundir e conduzir a erros e ilusões, impedindo a compreensão real do objeto.

A experimentação é o seu meio, na medida em que nela a teoria experimentada se expõe e nessa exposição, em momentos críticos do desenvolvimento científico, possibilidades de renovação teórica ficam abertas. (...) Tendo a seguir aqui ainda uma vez o pensamento gramsciano, em que a ciência é vista como um dos domínios da ideologia, destacando-se

dos demais por critérios de cientificidade, sim, mas sem esquecer que esses critérios são históricos e que a ciência é um produto social, mantendo relações não só com a filosofia, a arte e as demais expressões do pensamento humano, como também com as necessidades materiais dos homens e como tal um produto do seu tempo e de seu meio social (CARDOSO, 1997, p.34 e 58).

Na discussão gramsciana, a categoria hegemonia, no sentido ideológico, é desenvolvida em nova concepção, especialmente em relação à possibilidade de que também os grupos básicos dominados desenvolvem a sua direção intelectual e moral, avançando rumo a uma contra-hegemonia, apesar de não terem acesso aos meios de uma direção, na concepção de reforma moral e intelectual. Não há dúvida de que a determinação é do econômico, mas não direta, nem imediata, nem absolutamente. A transformação da sociedade, preocupação em Gramsci, não se faz apenas no econômico e pelo econômico.

Bachelard (1977) relata que a busca do conhecimento científico, estabelece a eliminação de paradigmas prefixados, as teorias caracterizadas como científicas são aceitas quando esclarecem uma categoria de fenômenos e sugerem estruturas de comando ou prognóstico sobre alguns deles. Uma teoria científica é abandonada quando é superada por outra, ocorrendo uma nova etapa na inauguração do campo científico. “Nosso contato imediato com o real só vale como um dado confuso, provisório, convencional e esse contato fenomenológico exige inventário e classificação” (BACHELARD, 1977, p.15).

A sabedoria surge como um novo sentido ao fenômeno inicial, imediatamente não se pode confiar na instrução fornecida pelo imediato. O conhecimento científico é na realidade uma reforma da ilusão. Entre as certezas do cotidiano e o conhecimento científico, existe um caminho percorrido que é a superação do senso comum, sendo inevitável a ruptura entre o conhecimento comum (vulgar) e o científico. Esta discussão é pertinente quando se discute a educação e, particularmente, os modelos de gestão de escolas da rede pública. Há um senso comum impregnado nessa discussão, inclusive nos estratos mais cultos da sociedade, como os professores, dentre outros intelectuais.

A ciência procede por descontinuidade; cada progresso é uma ruptura em relação a um saber anterior que se pode revelar inteiramente ultrapassado; o futuro de uma ciência não depende do seu passado, nem a origem de uma ciência determina o seu futuro. No avanço do conhecimento, trocas epistemológicas somente se produzem com a ruptura do conhecimento instituído. Concluimos esta seção com a convicção demonstrada em Bachelard (1977), de que

o verdadeiro é sempre uma retificação histórica de um longo erro e a experiência uma retificação da ilusão (pseudo concreto).



## **2.2 OS ESTUDOS CRÍTICOS DE DISCURSO POLÍTICO COMO RECURSO DE IDENTIFICAÇÃO DE PARADIGMAS E IDEOLOGIAS**

Dijk (2012) relata que desde o período dos tratados clássicos de retórica na Grécia e em Roma, o discurso político e o seu poder persuasivo passou a ter atenção como objeto especial de estudo. Ao contrário de outras formas de discursos, o discurso político pode ser relevante para todos os cidadãos, o que advém de sua abrangência e de seu grau de legitimidade. O discurso oral dos políticos possuem uma característica de distribuição e conhecimento de modo amplo, nos meios de comunicação de massa. Essa presença nos meios de comunicação e o acesso a tais meios são interpretados como uma manifestação do poder político.

Há um grande número de estudos dedicados ao discurso político em que a preocupação é centralizada na chamada “linguagem política”, constituindo, na maior parte dos casos, estilo lexical específico, em que as ideologias foram estudadas por meio de análises do uso preferencial de palavras e conceitos, em relação aos políticos extremistas de “esquerda” ou de “direita”.

Interessa, porém, ir além do estudo das palavras isoladas a fim de olhar dentro das estruturas do discurso, algumas das quais não estão tão sujeitas ao controle do falante e, portanto, mostram-se com frequência mais reveladoras de atitudes e ideologias [...] (DIJK, 2012, p.71-72).

Dijk (2012) quando analisa os textos institucionais, afirma que, independentemente do poder dos diretores, políticos de alto escalão, dirigentes de empresas, professores, juízes ou médicos, no discurso cara a cara, o poder deles definido como real parece ter consequências com uma formalidade, apenas quando são definidos e cristalizados em textos ou impressos. Os tipos de diálogo formal, como encontros, entrevistas ou debates, contam em contrapartida com registros na forma de minutas, protocolos, transcrições oficiais, oferecendo a base institucional ou jurídica para ações e decisões subsequentes.

Os diálogos institucionais costumam vir acompanhados de vários tipos de texto, que funcionam como diretrizes ou referências para a realização do discurso falado. Por isso, a maior parte dos encontros envolve uma agenda escrita, bem como vários tipos de documentos. Os diálogos nos tribunais são repassados para vários textos escritos, tais como textos jurídicos, inicialmente formais, declarações escritas, registros de testemunho e um veredicto final. Mesmo em consultas, os médicos podem, algumas vezes

recorrer a manuais de medicina ou tomar notas. E o encontro costuma terminar com a confecção de uma receita escrita ou de uma indicação para que o paciente procure um especialista. Não se consegue imaginar as aulas em escolas e universidades sem os cadernos ou uma série de outros materiais (escrito ou a serem escritos). Em outras palavras, a maior parte das atividades formais, mesmo quando realizadas oralmente, requer textos escritos como sua base ou como consequência (DIJK, 2012, p.72).

Os textos que são escritos representam literalmente a consolidação do poder comunicativo em grande parte dos contextos institucionais. O discurso de forma escrita é em sua maior parte uma sequência de programação e planejamento explicitamente seguindo um determinado controle. Essa característica apresenta implicações para o exercício do poder de formas complexas, momento em que o encontro face a face monitorado, permite o exercício de uma dominação ilegítima. O discurso escrito é geralmente público e seus escritores podem ser responsabilizados pelos mesmos.

Esse caráter público pode implicar que, nos textos, haja a possibilidade de o poder ser exercido e formulado de maneiras mais indiretas, veladas e formalizadas, em especial, quando tal poder não é estabelecido legal ou organizacionalmente (DIJK, 2012, p.73).

Um fator que torna o exercício do poder através da comunicação algo menos direto é que frequentemente os autores de textos institucionais não são os mesmos dos que falam em público, emissoras ou fontes de tais discursos, já que os discursos públicos são frequentemente uma forma de discurso coletivo institucional, assim como o poder que ele exerce. “Não há dúvida de que, dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores” (DIJK, 2012, p.73). Além da existência dos discursos falado e visual da televisão, os textos de jornal acabam desempenhando um papel importante na comunicação pública.

Os detentores do poder, com a utilização da sua fala, contam com uma mídia jornalística e o poder desses grupos pode ser confirmado e legitimado de modo abrangente. O poder dos meios de comunicação configura-se como poder mediador, possuindo o seu próprio papel de autonomia na produção e reprodução das estruturas de poder social. Através da seleção de fontes de informação, rotinas jornalísticas e de assuntos para o contexto histórico, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública. Os jornalistas

aprendem como retratar o poder dos outros e, ao mesmo tempo, como contribuir para o poder de sua própria organização.

A aquisição de conhecimento e a formação de opiniões sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico presente na imprensa e na televisão, compartilhado diariamente por milhões de pessoas. Provavelmente, nenhum outro tipo de discurso é tão penetrante e tão compartilhado e lido por tantas pessoas de maneira mais ou menos simultânea. Seu poder potencial, então, é enorme e uma observação minuciosa dos esquemas, assuntos e estilo das matérias jornalísticas é, portanto, crucial para compreendermos o exercício do poder político, econômico, social e cultural, além da comunicação e da aquisição de ideologias que lhe dão apoio (DIJK, 2012, p.77).

A existência desse poder potencial, não significa que o poder dos meios de comunicação pode ser compreendido em termos de efeitos simplistas e diretos. As diferenças socioeconômicas e socioculturais existentes nas pessoas, possibilitam uma interpretação e avaliação das matérias jornalísticas, formando opiniões, atitudes e ideologias diferentes. As formas diretas em que ocorre a influência são casos em que não existem outras fontes de informação e quando não há qualquer outra informação disponível e relevante.

“Como no caso dos meios de comunicação, o discurso educacional retira seu poder de sua enorme penetração (DIJK, 2012, p.82)”. Diferente de outros tipos de textos, os livros didáticos são leituras obrigatórias para muitas pessoas, oferecendo uma segunda condição importante de poder. Na educação formal os cidadãos têm influências dos diálogos instrucionais e dos livros didáticos, em que o conhecimento e as atitudes manifestadas e transmitidas através desse material pedagógico, passam a refletir sobre o consenso dominante com o interesse de grupos ou instituições que possuem poder no contexto social.

Os estudos mostram que a maior parte dos livros didáticos reproduz uma visão nacionalista, etnocêntrica ou racista do mundo dos outros povos, bem como de grupos étnicos minoritários. Nos grupos minoritários sua cultura e história são ignoradas enquanto poucas diferenças culturais estereotipadas são enfatizadas e contrastadas negativamente com características de nosso próprio grupo, nação ou cultura.

Os países de Terceiro Mundo e as minorias negras são retratadas como “atrasadas” quando comparadas ao nosso desenvolvimento e posição ou interpretadas como: primitivas, preguiçosas e sem cultura. O grupo branco dominante ou o mundo ocidental se apresenta socialmente sob o pretexto de ajudar essas pessoas através de serviços sociais e de aconselhamentos tecnológicos. A escrita e a fala desempenham um papel indispensável no

exercício do poder. “Por isso, o discurso pode exercer poder direta e coercitivamente, por meio de atos discursivos diretos e por meio de modalidades de texto tais como as leis, as regulamentações ou as instruções (DIJK, 2012, p.84)”. O aspecto do poder pode se manifestar de forma mais indireta no discurso, sendo representação na forma de expressão, descrição ou legitimação de atores, de poder ou ações e ideologias. Os poderosos executam o controle do discurso por meio do domínio de seu material de produção, formulação e distribuição.

[...] o poder é tanto exercido quanto reproduzido no e pelo discurso. Sem a comunicação – escrita e fala -, o poder na sociedade não pode ser exercido ou legitimado. O poder pressupõe conhecimento, crenças e ideologias a fim de sustentar-se e reproduzir-se. O discurso mostra e comunica estruturalmente essas condições cruciais da reprodução para todos os níveis, dimensões e contextos sociais (DIJK, 2012, p.85).

Na Análise Crítica do Discurso (ACD) encontramos uma das tarefas mais cruciais que é explicar as relações encontradas entre discurso e poder social<sup>8</sup>. Uma análise crítica das propriedades de acesso ao discurso e à comunicação pública estabelece a percepção de aspectos políticos, socioculturais e econômicos mais gerais da dominância. O abuso de poder não envolve apenas o uso da força, ele acaba afetando as mentes das pessoas. Uma tarefa importante da ACD é estudar as estruturas e estratégias cognitivas<sup>9</sup>, envolvidas nesses processos que afetam as cognições sociais de grupos.

Na reprodução discursiva do poder e da dominância dá-se o acesso ao discurso e aos eventos em que a comunicação é desenvolvida. Em relação a esse ponto o discurso é similar a outros recursos sociais que constituem a base do poder e cujo acesso passa a ser distribuído de forma desigual. O acesso à mídia, à fala e às escritas médicas, jurídicas, políticas, burocráticas ou acadêmicas não é disponível para todos do contexto social. Na educação os professores controlam os eventos comunicativos, distribuindo turnos de fala e utilizam o discurso educacional, exercendo seu controle sobre ele.

Por outro lado os alunos têm em princípio acesso para falar nas salas de aula apenas quando a fala lhes é dirigida e são convidados a falar. Em alguns casos e também em outros domínios, esse acesso restrito pode ser voluntário, enquanto em outros pode ser obrigatório, por exemplo, quando os alunos têm que responder às questões nos exames, quando cidadãos são intimados a falar em audiências jurídicas, quando os réus são obrigados a falar em interrogatórios policiais ou nos tribunais. De forma similar, nas consultas

---

<sup>8</sup> É uma característica da relação entre grupos, classes ou outras formações sociais ou entre pessoas na qualidade de membros sociais.

<sup>9</sup> Estruturas temáticas, manchetes, estilo, figuras retóricas, estratégias semânticas.

médicas, os médicos podem controlar alguns aspectos de conversação com seus clientes, tal como o cenário (data/hora, lugar e circunstâncias, por exemplo, apenas por “hora marcada”), tópicos (apenas problemas médicos) e estilo (DIJK, 2012, p.90).

O poder sobre o acesso preferencial à mídia está direcionado ao poder dos grupos dominantes de definir a situação étnica e de contribuir para a reprodução do racismo, enfatizando o poder do grupo branco, por exemplo. A ACD é uma investigação analítica discursiva que estuda o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos entre textos orais e escritos no contexto social e político. Desse modo não é uma diretriz, uma escola, nem uma especialização que se assemelha a outras abordagens em estudos discursivos.

Antes, a ACD objetiva oferecer um “modo” ou uma “perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação ao longo de todos os campos. Podemos encontrar uma perspectiva mais ou menos crítica em diversas áreas, tais como a pragmática, a análise da conversação, a análise da narrativa, a retórica, a estilística, a sociolinguística, a etnografia, a análise da mídia, entre outros (DIJK, 2012, p.114).

Na utilização da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social enquanto que o poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são termos que pertencem ao macronível de análise. Com esse significado a ACD estabelece teoricamente uma ponte que preencha a conhecida lacuna existente entre os enfoques micro e macro, ou seja uma perspectiva dialética da realidade. Na interação e experiência do cotidiano o macronível e o micronível formam um todo unificado.

O poder dos grupos dominantes pode estar direcionado a leis, regras, normas, hábitos e mesmo a um consenso geral e, assim, assume a forma do que Gramsci (1991) denominou de hegemonia. A denominação de classe, o sexismo e o racismo, são exemplos característicos dessa hegemonia.

Nesse sentido Dijk (2012) revela sua influência gramsciana, pois para Gramsci (1991) o domínio ou hegemonia de grupos e/ou ideologias se dá não só pelo domínio da força dos aparelhos repressivos do Estado, mas, principalmente, pela direção intelectual e moral, ressaltando-se que o primeiro componente é insustentável sem o segundo (primazia da direção sobre a dominação).

O controle do discurso é na realidade umas das principais formas de poder. Envolve dispositivos em que controlar as mentes das pessoas é uma forma fundamental de reproduzir a

dominação e hegemonia. Os grupos dominantes e suas elites controlam o discurso público e suas estruturas podem exercer o controle nas mentes do público em geral.

[...] o poder e a dominação estão associados a domínios sociais específicos (políticos, mídia, direito, educação, ciência etc.), a suas elites e instituições profissionais e as regras e rotinas que formam a base da reprodução discursiva cotidiana do poder nesses domínios e instituições. As vítimas ou alvos do poder são normalmente o público, os cidadãos em geral, as “massas”, os clientes, os sujeitos, a audiência, os estudantes e outros grupos que são dependentes do poder institucional e organizacional (DIJK, 2012, p. 130).

Entre as elites simbólicas influentes da sociedade encontramos os políticos, aqueles que têm acesso especial e o controle do discurso público. Dependendo dos partidos políticos e dos contextos, os discursos podem ser estereotipados, preconceituosos e racistas, podendo assumir uma posição dissidente, antirracista, ou baseada nos direitos humanos, no multiculturalismo e na diversidade. Historicamente o discurso político sobre os outros, em especial sobre as minorias dentro do país, influências de europeus em países de Terceiro Mundo ou nas colônias, tem-se caracterizado racista no discurso da elite. O discurso político pós-guerra se concretizou menos explícito pela “direita” e mais antirracista pela “esquerda”; esse aspecto não deve ser visto como uma forma de progresso contínuo, já que nos anos de 1990 a problematização e a estigmatização do discurso sobre refugiados e imigrantes reaparecem mesmo nos países hegemônicos.

O estudo da cognição política<sup>10</sup>, em grande parte aborda as representações mentais que as pessoas compartilham enquanto atores políticos. O nosso conhecimento, opiniões sobre políticos, presidentes e partidos são adquiridos, mudados ou confirmados através da fala e/ou escrita em um processo de socialização. O processamento das informações políticas é uma forma de processamento discursivo, momento em que boa parte da ação e da participação política é desenvolvida na realização do discurso e da comunicação. Um estudo do discurso político é teórica e empiricamente relevante, apenas quando ocorrem as estruturas discursivas relacionadas à propriedade das estruturas e processos políticos. A teoria da cognição política que elucidaremos no próximo parágrafo, precisa conectar a unidade individual e a variação do discurso político, assim como a interação com as representações políticas socialmente partilhadas de grupos e instituições políticas.

---

<sup>10</sup> Categoria estudada em duas dimensões: pessoal ou subjetiva e socialmente compartilhada (coletiva).

[...] níveis e dimensões do domínio da política. O nível base consiste de atores políticos individuais, como também de suas crenças, discursos e (outras) interações em situações políticas. O nível intermediário, constituído pelo nível mais baixo, consiste de grupos e instituições políticas, como também de representações partilhadas. O nível mais alto, que por sua vez é baseado no nível intermediário, é constituído por sistemas políticos abstratos e suas representações abstratas, ordens de discurso e processo sociopolítico, cultural e histórico (DIJK, 2012, p.198).

Entre os níveis distinguidos é possível significar que o discurso e a política estão relacionados da seguinte forma: em um nível sociopolítico de descrição, em que os processos e estruturas políticas são constituídos por eventos, interações e discursos situados, de atores e contextos políticos, e, em outro nível, sociocognitivo de descrição, representações políticas compartilhadas e relacionadas às representações individuais desses discursos com interações e contextos. A cognição política passa a servir como a interface teórica indispensável entre as dimensões pessoal e coletiva encontrada na política e no discurso político.

O estudo da cognição política enfoca vários aspectos do processamento da aquisição das informações políticas. Trata-se na realidade dos usos e das estruturas de representações mentais enfocando situações, eventos, atores e grupos políticos.

Tópicos típicos da pesquisa sobre a cognição política são: a organização das crenças políticas; a percepção dos candidatos políticos; o julgamento político e a tomada de decisões políticas; os estereótipos, preconceitos e outras atitudes sociopolíticas; a identidade dos grupos políticos; a opinião pública; a formação de impressões; e muitos outros tópicos que lidam com as representações da memória e os processos mentais envolvidos na compreensão e interação políticas [...] (DIJK, 2012, p.201).

A memória social é constituída por conhecimentos, atitudes, ideologias, valores e normas. Algumas dessas representações podem ser organizadas e o modelo de organização passa a ser a arquitetura global inserida na mente social. Para compreender as estruturas do discurso político é necessário dizer mais sobre as estruturas das representações políticas gerais que são aquelas representações sociais (conhecimentos, atitudes) compartilhadas por um grupo e podem ser organizadas por ideologias subjacentes.

As ideologias são gerais e abstratas porque precisam se ajustar a atitudes diferentes em domínios sociais essencialmente diferentes, pois uma ideologia racista pode controlar atitudes sobre imigração, mas focar habitação, trabalho, educação ou culturas de imigrantes ou minorias. O nível de abstração e o complexo controle da cognição social exigem uma aprendizagem social extensiva da experiência ou uma doutrinação direta. “Portanto as

ideologias são adquiridas relativamente tarde no desenvolvimento e não são detalhadas da mesma maneira por todos os membros do grupo (DIJK, 2012, p.219)”. Ser membro de um grupo ideológico e ter uma identificação com tal grupo, requer que o indivíduo aceite crenças ideológicas centrais.

Embora o trabalho clássico sobre ideologias políticas (CONVERSE, 1964), bem como algumas tendências na psicologia social contemporânea (Projeto de Lei, por exemplo, por exemplo, 1991 a, 1991b), neguem que as pessoas têm ideologias (estáveis), parece plausível que, para aqueles domínios em que as pessoas têm atitudes sociais, tais como as que organizam suas vidas cotidianas, elas têm ideologias que organizam suas vidas cotidianas, elas têm ideologias que organizam essas atitudes (MILBURN, 1987 apud DIJK, 2012, p.219).

A ideologia democrática<sup>11</sup> organiza as atitudes gerais sobre a necessidade de pessoas comuns terem uma voz e a oportunidade de votar, expressar seu ponto de vista sobre suas vidas e experiências cotidianas, incluindo a imigração. As estruturas de discurso são uma função dos modelos de contexto, entretanto o discurso não é somente restrito pelos modelos de contexto, mas também pelos modelos de evento, isto é pelo modo como o falante interpreta os eventos que são falados e pela representações sociais compartilhadas pelos membros do grupo.

Existem aspectos na Análise Crítica do Discurso (ACD) que passam a requerer atenção especial implicando o abuso do discurso de poder; entre essas noções encontra-se a manipulação<sup>12</sup>, sendo essa noção usada de forma mais impressionista, não existindo uma teoria sistêmica das estruturas e processos associados na manipulação. Na abordagem discursiva analítica a apropriação acontece porque a maior parte da manipulação é desenvolvida através da fala e da escrita. Tanto os manipuladores quanto os que são manipulados são seres humanos e esse processo ocorre através da manipulação de suas mentes; a manipulação é uma forma de interação conversacional e, uma vez que implica poder e abuso de poder, a abordagem social passa a ser importante. Nesse sentido vê-se a proximidade do pensamento de Dijk (2012) com o de Gramsci (1991) ao tratar dos intelectuais tradicionais e orgânicos, quando destaca a cooptação.

---

<sup>11</sup> No contexto de Dijk (2012) a visão populista de democracia chega a escutar a opinião das pessoas comuns (a classe trabalhadora), enquanto ignora as das elites (os intelectuais etc.).

<sup>12</sup> Essa manipulação é descrita por Dijk (2012) como processo que envolve convencimento de mentes, contemplando crenças, conhecimentos, opiniões, ideologias e perspectivas, de modo a controlar ações dos sujeitos visando a um fim determinado, o que se faz via discurso, informação, ensino e persuasão.



Ao analisarmos os estudos críticos de discurso político como recurso de identificação de paradigmas e ideologias de sujeitos e grupos (elites simbólicas), percebemos que o poder de políticos de alto escalão, empresários, juízes, clérigos, médicos e professores é definido como real, desde que tenha consequências com uma formalidade, momento em que são definidos e cristalizados na produção de textos ou impressos. Ao entendermos as categorias como discurso e poder social, estratégias cognitivas, cognição política, ideologia democrática e manipulação, surge a necessidade de uma análise documental para que possamos contextualizar elementos no processo de compreensão dessa pesquisa desenvolvida sobre representações a respeito do modelo de gestão escolar de grupos formadores de opiniões como os professores, contemplados na categoria gramsciana de intelectuais.

No capítulo seguinte passamos a analisar os resultados da pesquisa empírica, partindo da análise documental, cujas fontes foram produzidas por elites simbólicas ao longo dos governos que se sucederam na Prefeitura de Aracaju, incluindo o organismo sindical docente, em seus diferentes estágios evolutivos.

## **03. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

### **3.1 ANÁLISE DOCUMENTAL**

#### **3.1.1 Lei nº 1.082/1985, de 24 de setembro de 1985: ponto de partida para o fim da administração escolar de arbítrios em Aracaju: estabelece eleições diretas para direção de unidades escolares e cria Conselhos de Professores.**

Nesta seção impõe-se a necessidade da retomada histórica dos documentos legais que regulam (ram) a gestão democrática das escolas da Prefeitura de Aracaju, extrapolando o período delimitado na pesquisa, uma vez que a dialética, perspectiva metodológica aqui adotada, relaciona continuamente passado, presente e futuro, bem como os níveis macro e micro estruturais.

Deste modo, como já apontado, o ponto da questão reside em 1985, quando o então prefeito José Carlos Mesquita Teixeira, introduziu na Lei nº 1.082/1985, de 24 de setembro de 1985 (Estatuto do Magistério), as eleições para os cargos de Direção dos estabelecimentos. Esse executivo municipal alterou o Estatuto do Magistério aprovado pela Lei nº 408/1974, de 30 de dezembro de 1974, até então com mais de 10 anos de vigência, atribuindo-lhe um valor, um diferencial em termos da administração da educação marcada pela gestão de arbítrios, patriarcalismo e clientelismo.

Inegavelmente tratou-se de avanço democrático naquele contexto, meados da década de 1980, quando em todo o país eclodiam movimentos sociais e exigia-se a Constituinte, dentro de um ideário progressista. A Prefeitura de Aracaju pioneiramente deu o passo inicial, via inclusão, dessa inovação no Estatuto do Magistério do Ensino de 1º e 2º Graus do Município de Aracaju.

Dentre outras inovações introduzidas, destacam-se: criação da Função Gratificada para os cargos de Direção, Vice-Direção e Secretariado, como privativas dos ocupantes do Cargo do Magistério (Inciso a) do Art. 104. Exercício das funções elencadas em regime de 40 horas semanais de trabalho (200 horas); exigência de experiência mínima no Magistério para o Diretor de 05 anos e 03 anos para Vice-Diretor; concessão de Gratificação para Dirigente e Secretário; quantificação de 01 Diretor e 02 ou 03 Vice-Diretores por escola, conforme número de alunos e turnos ofertados (01 turno com até 1.500 alunos; 02 turnos com mais de 1.500 alunos; 03 turnos matrícula superior a 1.500 e até 2.500 alunos; 03 ou 04 turnos com mais de 2.500 alunos) – Art. 176 e 177. Criação dos Conselhos de Professores em núcleos de ensino da Secretaria da Educação para coadjuvar a administração escolar (Art. 234). As

disposições especiais estabelecem que a provisão dos cargos de Direção passariam a realizar-se via eleições diretas, a serem objeto de regulamentação do Poder Executivo Municipal, com o oportuno detalhamento de prazo e forma de eleição, o qual também regularia a participação, em proporção a ser definida, dos segmentos docente, discente e administrativo (Art. 235). Teoricamente estava implantada a gestão democrática das escolas municipais de Aracaju, nascida sob um ideário progressista. A curta gestão desse Prefeito (1985/1986) permitiu-lhe edificar esse marco histórico.

Ainda se registra um decisivo avanço quanto ao cuidado com a regularização das escolas da rede municipal de Aracaju, uma vez que a Resolução nº 003/1985/CEE fixou as Normas para Elaboração de Regimento de Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus, segundo diretrizes da legislação da época (Lei nº 5.692/1971), salientando-se que nesse ano ainda não contava a Prefeitura de Aracaju com o seu Conselho Municipal de Educação, só instalado em 1989, na gestão do Prefeito Wellington da Mota Paixão, via Secretária Municipal de Educação Profa. Ada Augusta Celestino Bezerra. Nesse sentido desde 1971, com a Lei nº 5.692/1971, era prevista a existência de Conselhos Municipais de Educação “nos municípios onde haja condições para tanto”, aos quais os Conselhos Estaduais poderiam delegar parte de suas atribuições (Art. 71).

### **3.1.2 Decreto nº 28/1986, de 31 de março de 1986, regulamenta a Lei nº 1.082/1985 e daí são realizadas eleições em 19 unidades escolares da rede municipal de Aracaju.**

Em 1986, coube ao novo Prefeito de Aracaju, escolhido via eleição direta, Jackson Barreto de Lima, através do Decreto nº 28/1986 de 31 de março de 1986 regulamentar a Lei nº 1.082/1985 de 24 de setembro de 1985, dando nova redação ao Estatuto do Magistério do Município de Aracaju de ensino de 1º e 2º graus. Dentre os requisitos para provimento dos cargos de Diretor ou Vice-Diretor dos Estabelecimentos Escolares, manteve: ser docente ou especialista do cargo de Magistério da Rede Municipal; ter o mínimo de 05 e 03 anos, respectivamente, de exercício como ocupante desse cargo e ressaltou que essa exigência de tempo não se aplicaria aos habilitados em Administração Escolar (Art. 6º e 7º).

Foi esse Documento que definiu o voto como direto, pessoal, livre e não obrigatório, com as seguintes especificidades: Colégio eleitoral constituído por ocupantes de cargo do magistério da escola (se candidatos votam apenas na escola a cuja direção concorrem), alunos com no mínimo onze anos completos e servidores da escola; voto vinculado para diretor e vice-diretor, vedadas candidaturas isoladas; eleições no 5º dia útil de junho, simultaneamente

em todas as escolas; peso dos votos de 40% do magistério, 30% alunos e servidores. Nas apurações os resultados são obtidos mediante regra de três, onde consta para o total de votos, o percentual correspondente a cada classe. Além disso, outras normas foram fixadas sobre as cédulas, mesa receptora, apurações, vigência de cada mandato (dois anos consecutivos, sem reeleição imediata, conforme Art. 20); questões morais, vacância, resultado das apurações encaminhado ao Secretário de Educação no máximo de 48 horas, sendo a posse no 10º dia útil do mês de junho. Ainda estabelece as penalidades de destituição da função e suspensão do direito de concorrer a novo pleito (Art. 8º a 24º).

Através desse mesmo documento legal, foi aprofundada a concepção do Conselho de Professores, criado na gestão anterior, definido como órgão capaz de deliberar sobre a administração escolar, coadjuvando a Secretaria de Educação. O cargo de presidente é nato do diretor da escola, a quem cabe a execução das deliberações do Conselho sendo o Vice-Diretor o vice-presidente nato desse colegiado, assim como o secretário da escola é nato na secretaria do (Art. 25e Art. 30). Outras disposições são detalhadas quanto à funcionalidade e atribuições dos Conselhos. A posse ocorrerá no décimo dia útil do mês de junho do ano em que forem realizadas as eleições. Nas disposições gerais e transitórias são ainda estabelecidas duas restrições:

a) à amplitude do pleito de 1986 - a ser realizado apenas nas 19 escolas constantes do anexo único desse decreto, quais sejam: Educandário José Aristides Bispo; Centro de Estudos Supletivos de Aracaju; Centro Educacional Pres. Vargas; Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto; Jardim de Infância José Garcez Vieira; Escola de 1º Grau Letícia Soares de Santana; Escola de 1º Grau Alencar Cardoso; Escola de 1º Grau Prof. Anísio Teixeira; Escola de 1º Grau Prof. Florentino Menezes; Centro Educacional Dom Avelar Brandão Vilela; Escola Ecológica de Aracaju; Escola de 1º Grau Sabino Ribeiro; Escola de 1º Grau Otília de Araújo Macedo; Escola Municipal Olavo Bilac; Escola de 1º Grau José Conrado de Araújo; Escola de 1º Grau Mal. Henrique Teixeira Lott; Escola de 1º Grau Santa Rita de Cássia; Centro Educacional Dal. Freitas Brandão e Escola de 2º Grau Prof. José Antonio da Costa Melo.

b) somente concorrerão Diretores que desincompatibilizarem até trinta dias antes do prazo para inscrição de chapas. (Art. 31; Art. 32).

Essas mudanças foram incorporadas aos respectivos Regimentos das Escolas, ainda durante a gestão do Prefeito Jackson Barreto, através da Resolução nº 12/1987/CEE que aprovou a Emenda nº 01 ao Regimento das Escolas de 1º Grau da Rede Municipal de Aracaju. Vê-se que a tese da municipalização já assumida pela Lei nº 5.692/1971, em seu Art. 58

(“visarão à progressiva passagem para a responsabilidade municipal dos encargos e serviços de educação, especialmente de 1º grau”), começava a entrar em vigor uma vez que não se tratou de escolas de 2º Grau.

### **3.1.3 A Lei nº 1.350/1988 que regulamentou mais uma vez a Lei nº 1082/1985 e o Decreto nº 46/1988 que alterou requisitos de formação para candidatos aos cargos de Direção.**

A Lei nº 1.350/1988, de 20 de janeiro de 1988, fixada pelo Prefeito Jackson Barreto de Lima, regulamentou mais uma vez a Lei nº 1.082/85, de 24 de setembro de 1985, dando nova redação ao Estatuto do Magistério do Município de Aracaju, aprovando o regulamento geral que trata da classificação de cargos do magistério municipal. A partir daí o processo da gratificação por dedicação exclusiva passou a ser concedido aos docentes que satisfaziam os seguintes requisitos: duzentas horas mensais, com incorporação de caráter definitivo, não exercer outra atividade remunerada, não ter optado pela redução de carga horária disciplinada pelo Art. 237 da Lei nº 1.082/85 (Ao ocupante de cargo do magistério classe “professor”, quando em regência de classe será concedida a redução progressiva da carga definitiva, mensal de trabalho [...]. Essa legislação veda a concessão da gratificação por dedicação exclusiva ao ocupante de cargo do magistério que esteja afastado do ensino público municipal.

Também foram alterados dispositivos referentes à gratificação por regência de classe ao ocupante do magistério, que se encontrar em efetivo exercício de sala de aula, para reconhecer circunstâncias de afastamento nas quais não se perderia a regência de classe, férias, licença especial, casamento, falecimento de familiares e doação voluntária de sangue. Na administração de estabelecimentos escolares, os cargos de direção permaneceram sujeitos às eleições diretas, conforme regulamentou o Decreto nº 28/1986.

Pelo Decreto nº 46 de 29 de abril de 1988, o Prefeito Jackson Barreto vem alterar novamente o Estatuto do Magistério para detalhar requisitos para a candidatura aos cargos de Diretor, Vice-Diretor e Secretário de escola, estabelecidos pelo Decreto anterior (nº 28/1986). Assim o município de Aracaju ajusta a exigência de escolaridade de acordo com o ensino ministrado por unidade escolar (1º e/ou 2º Graus): para os cargos de direção (Diretor ou Vice Diretor) são requisitos para investidura do cargo: Licenciatura Plena (Escolas de 2º grau), Licenciatura Curta (Escolas de 1º grau completo), Magistério de 2º grau de quatro séries ou de três séries com adicional (Escolas de 1º grau até 6ª série), Magistério de 2º grau em três séries

(Escolas de 1º grau até a 4ª série). Para o cargo de Secretário exigiu-se apenas o mínimo de escolaridade aceitável o Magistério de 2º Grau em 03 anos. Parece-nos implícita a essa hierarquização uma visão preconceituosa em detrimento dos anos iniciais de ensino, tão importantes na formação da personalidade humana.

Esse mesmo Decreto estabeleceu ainda o requisito de tempo mínimo do candidato na escola domicílio eleitoral de 04 meses, salvo em unidades recém-instaladas; a alteração para o 5º dia útil do mês de novembro para realização dos pleitos; estando presente também a questão dos estabelecimentos novos, sendo fixado o período de 90 dias, a partir da data de início do funcionamento da escola, para realização do pleito. Seria prerrogativa do Secretário Municipal de Educação indicar ao prefeito um ocupante do cargo do magistério para a função de Diretor interno nas escolas inauguradas, com mandato de noventa dias para a realização das eleições das quais esse Diretor não poderia candidatar-se. Aqui identificamos indícios de crescimento da rede na gestão Jackson Barreto de Lima, uma vez que até 1985 a rede de escolas municipais de Aracaju reduzia-se, em sua maioria, a unidades “acanhadas”, fisicamente criadas pelo Prefeito José Conrado de Araújo (1959 – 1963).

Foram alterados também os critérios de apuração, passando os percentuais a: 50% para os votos do magistério, 25% alunos, 25% servidores. Quando o segmento dos alunos tem idade inferior a onze anos, o magistério fica com 60% e os servidores com 40%. O tempo de serviço no magistério municipal foi explicitado como critério de desempate. Em relação à posse, será no 1º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente às eleições. Foi definido que as escolas obrigadas à eleição são unidades escolares próprias e as de convênio total com o mínimo de cinco professores. Os casos inferiores a esse patamar fariam eleições por aclamação, com a presença da entidade de classe e da Secretaria de Educação. Quando não houver candidato ao cargo de direção será preenchido por escolha da assembleia geral da categoria.

Observa-se no período da gestão Jackson Barreto de Lima a prevalência do segmento docente na democracia escolar via eleições diretas.

#### **3.1.4 A Lei nº 1.397 de 28 de julho de 1988 e a tentativa de estabelecimento de um poder paralelo criado em bases ditas também “democráticas” com a intervenção direta do Secretário Municipal de Educação e do Presidente da APEMA nos Conselhos de Professores.**

A Lei nº 1.397 de 28 de julho de 1988, fixada pelo Interventor do Estado no Município de Aracaju, Antônio Militão Silva, alterou a redação do Art. 168 e parágrafos, bem como revogou o Art. 251 e seu parágrafo único da Lei nº 1.350 de 20 de janeiro de 1988, criando os Conselhos de Professores nos estabelecimentos de ensino com o objetivo de servir à administração escolar, sendo presididos por um dos seus integrantes escolhidos por votação secreta, portanto não mais pelo Diretor da escola que seria até então presidente nato, assegurando o direito de convocação ordinária ou extraordinária ao Secretário Municipal de Educação e ao Presidente da Associação dos Educadores do Município, por seu Presidente ou 1/3 dos seus membros; as reuniões deveriam ser realizadas em primeira convocação com no mínimo 50% dos seus integrantes e com qualquer número em segunda convocação.

Nota-se uma aparente contradição na deliberação do executivo municipal, agora sob a intervenção do Estado na Prefeitura de Aracaju (Antonio Militão Silva), acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação desse período a (advogada Regina Helena Gondim de Lucena), quando instala os Conselhos de Professores em cada unidade de ensino (evitando a concentração docente e a emersão de polos políticos), estabelece “eleição secreta” para o Presidente de cada Conselho, independentemente do Diretor da Escola eleito (o que de alguma forma fragiliza a eleição da Direção Escolar), delega a si próprio através da Secretaria de Educação o poder de convocá-los e à Associação Sindical o mesmo poder. Avançava-se, assim, na direção de uma democratização controlada, consentida, dando margem a co-optações.

### **3.1.5 Lei nº 1.638/1990 de 26 de outubro de 1990, altera a redação do Art. 168 da Lei nº 1.350 de 20 de janeiro de 1988 e revoga o Art. 251, para transformar os Conselhos de Professores em Conselhos Escolares visando à superação do corporativismo docente e ampliação da democracia escolar.**

Vencida a fase de intervenção, as eleições diretas trouxeram o Prefeito Municipal de Aracaju Wellington da Mota Paixão, via frente progressista liderada por Jackson Barreto, que assim dava “a resposta de Aracaju”. Pela Lei nº 1.638/90, de 26 de outubro de 1990, o novo Prefeito altera a redação do Art. 168, da Lei nº 1.350 de 20 de janeiro de 1988 e revoga o Art. 251, para transformar os Conselhos de Professores em Conselhos Escolares assim constituídos: a direção da escola, todos os professores da escola, três representantes dos alunos escolhidos pelo Grêmio Escolar ou na falta deste pelos próprios alunos, um representante eleito pelos pais de alunos escolhidos entre eles próprios. Durante esse governo

a Secretária Municipal de Educação era a Profa. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra, cuja gestão foi objeto de estudo em seu doutoramento, pesquisa que reconheceu o caráter democrático da gestão da proposta curricular desenvolvida no ensino público. Dessa forma foram criados os Conselhos Escolares na gestão da educação municipal.

Segundo Bezerra (2007) um passo decisivo na construção da gestão democrática foi a criação em 1990 desses Conselhos Escolares, sendo uma deliberação do II Congresso Municipal de Educação que foi absorvido pela Lei Orgânica de Aracaju com a participação da SEMED/PMA e dos diversos segmentos da comunidade escolar, como forma de organização e representatividade de cada categoria como docente, discente, técnico administrativo, pais e alunos, superando o corporativismo desenvolvido na maioria dos anteriores Conselhos de Professores.

No período anterior à implementação dos Conselhos Escolares a SEMED, realizou o I Seminário sobre Gestão Democrática, contando com a representação estudantil, da SEMED, SINDIPEMA e do Conselho de Diretores de Escolas, que trataram do próximo pleito eleitoral para Diretor de Escola, discutindo a minuta do decreto que seria assinado pelo Prefeito Wellington da Mota Paixão, incluindo a participação do movimento comunitário que foi excluído dos Conselhos Escolares nesse mesmo Seminário, após incluído nesse fórum; a Direção do Sindicato pediu nova votação, justificando que o movimento comunitário tinha vinculação a grupos políticos. Sob esse argumento perdeu-se a possibilidade de avanço rumo à participação efetiva da comunidade extra escolar na obra educativa, o que persiste até hoje.

### **3.1.6 Decreto nº 169, de 22 de novembro de 1994 – os pruridos do preconceito.**

Enquanto tramitava esse processo de inconstitucionalidade seu autor assinou dois decretos de regulamentação das eleições diretas. Um logo no seu primeiro ano de governo: Decreto nº 169, de 22 de novembro de 1994, que já revelou seu (pré) conceito sobre a questão, pois omitiu a função de Secretário de estabelecimento de ensino das eleições para provimento dos cargos de direção das escolas, o que gerou o pedido de liminar do SINDIPEMA junto ao TJESE. O Prefeito Municipal de Aracaju José Almeida Lima, regulamentou os prazos e a forma da eleição, para cargos de direção de estabelecimentos escolares e deu providências correlatas.

Assim manteve que os cargos de direção fossem providos mediante eleições diretas, bem como os requisitos para esses cargos: ser ocupante efetivo do Magistério; Licenciatura Plena (para Escolas de 1º e 2º graus); formação mínima em Magistério do 2º grau (Unidades



que mantêm apenas o ensino de pré-escolar); não ter sido punido por falta grave nos últimos quatro anos; comprovar o tempo integral de dois turnos disponíveis para exercer o cargo; não possuir vínculo de 200 horas em outro emprego público ou privado. Para o eleitor foi exigido: estar lotado e servindo na unidade escolar pelo menos há 180 dias no caso de funcionário público municipal. Foi estabelecida uma exceção para o caso do Centro de Estudos Supletivos de Aracaju, cujo Conselho Escolar definiria os critérios para indicação de alunos eleitores, não ficando clara a questão se seria por motivo de frequência ou por grau de letramento. O pleito eleitoral para Diretor e Vice-Diretor ficou estabelecido para realizar-se entre 30 e 60 dias antes do término dos mandatos atuais. Mantidas as eleições para os cargos de Diretor e Vice-Diretor por voto direto, pessoal, livre e não obrigatório, com o peso de 50% para os ocupantes do magistério, 25% para os servidores lotados na unidade, 25% para os alunos com idade mínima de 11 anos completos. Nas unidades de ensino com alunos de idades inferiores aos 11 anos o peso passaria a ser o seguinte: 60% Magistério e 40% funcionários.

### **3.1.7 Medida Liminar de 02/03/1995 contra a Câmara de Vereadores de Aracaju reclama da Inconstitucionalidade da Lei nº 1.350 de 20 de janeiro de 1988/ACÓRDÃO nº 151/1997.**

Após a gestão de 04 anos do prefeito Wellington da Mota Paixão, cuja amplitude das eleições para as direções escolares alcançou todas as escolas da rede, inclusive as conveniadas, assumiu a Prefeitura o Prefeito eleito Jackson Barreto de Lima, no ano de 1993. Apenas deu cumprimento às gestões eleitas e afastou-se para concorrer ao cargo de governador do Estado de Sergipe.

O prefeito José Almeida Lima que assumiu a prefeitura de Aracaju em 1994, embora tenha dado continuidade a esse mesmo processo impetrou desde 02 de março de 1995, medida liminar contra a Câmara de Vereadores de Aracaju com base na tese da Inconstitucionalidade da Lei nº 1.350, de 20 de janeiro de 1988, que fixou critério eletivo para provimento dos cargos de direção da rede escolar. Este fato gerou **O ACÓRDÃO nº 151/1997, DE 19 DE MARÇO DE 1997: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 01/95, PROCEDÊNCIA COMARCA DE ARACAJU, ADVOGADO BACHAREL LUIS CARLOS O DE SANTANA**, documento esse que só tivemos acesso através do Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju (SINDIPEMA). Procuramos cópia desse documento junto aos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, da Prefeitura de Aracaju, da Câmara Municipal de Aracaju, e via internet, sem sucesso. Somente no mês

novembro de 2013, graças à pesquisa realizada junto ao SINDIPEMA, conseguimos cópia da íntegra do documento (anexo 03).

Verificamos que uma das bases citadas na medida cautelar é o entendimento do Supremo Tribunal Federal em matérias idênticas de ação direta de inconstitucionalidade como é o caso da medida cautelar 578-RS cujo requerente foi o governador do Estado do Rio Grande do Sul e requeridos o próprio governador do Estado e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, publicada na Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de setembro de 1993, volume 145 (A tese que a sustenta é a de que a hierarquia é essencial à organização administrativa).

O Relator, Des. Artur Oscar de Oliveira Deda destacou na liminar impetrada:

1. Seu pressuposto é que são cargos de confiança, cuja competência é discricionária do Chefe do Poder Executivo, de modo que a medida fere a independência e harmonia entre os poderes.
2. É prerrogativa do Chefe do Executivo o provimento dos cargos em comissão, assim como o poder de demissão; sendo livre a nomeação, será livre a demissão.

São inconstitucionais, por incompatíveis com o princípio da livre escolha e demissão *ad nutum*, normas da lei municipal que subordinam o provimento de cargos em comissão da rede escolar, a eleição, com participação proporcional de professores, alunos e funcionários da área de educação. (Acórdão 151/1997, p.45)

Com essa fundamentação, foi a seguinte a DECISÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, DE 19/03/1997:

Acordam, em Sessão Plenária, por unanimidade, declarar inconstitucional o art. 314, e seu parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Aracaju e do art. 169, parágrafos 4º, 3º e 5º do art. 170 e art. 172, da Lei Municipal nº 1.350, de 20 de janeiro de 1988. (Acórdão 151/1997, p.48).

### **3.1.8 O Decreto nº 107 de 08 de novembro de 1996 – a “negação do racismo”.**

Pelo Decreto nº 107, de 08 de novembro de 1996, o Prefeito José Almeida Lima regulamenta os prazos e a forma da eleição para os cargos de Direção de estabelecimentos escolares e dá providências correlatas. Os cargos de direção serão providos mediante eleições diretas. Requisitos aos cargos de direção: Ser ocupante efetivo do Magistério, observando os níveis mínimos de formação para os cargos de Diretor e Vice-Diretor. Licenciatura Plena para

Escolas de 1º e 2º graus, possuir formação mínima em Magistério do 2º grau (Unidades que mantêm apenas o ensino de pré-escolar), não ter sido punido por falta grave nos últimos quatro anos, comprovar o tempo integral de dois turnos disponíveis para exercer o cargo não possuindo vínculo de 200 horas em outro emprego público ou privado. São requisitos ao eleitor: Estar lotado e servindo na unidade escolar pelo menos há 180 dias no caso de funcionário público municipal. (No caso do Centro de Estudos Supletivos de Aracaju, o Conselho Escolar definirá os critérios para indicação de alunos eleitores). O pleito eleitoral para Diretor e Vice-Diretor realizará entre 30 e 60 dias antes do término dos mandatos atuais. As eleições para os cargos de Diretor e Vice Diretor ocorrerão por voto direto, pessoal, livre e não obrigatório com a participação de 50% ocupantes do magistério, 25% servidores lotados na unidade, 25% alunos com idade mínima de 11 anos completos. As cédulas serão impressas em 03 cores distintas, a eleição será realizada em escrutínio secreto. Nas unidades de ensino com alunos inferiores aos 11 anos ocorrerá o seguinte, 60% Magistério, 40% funcionários.

### **3.1.9 Vigência do Acórdão nº 151/1997 e criação da Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997, que implantou os Comitês Comunitários.**

Em março de 1997, logo após a posse do novo Prefeito João Augusto Gama da Silva, entrava em vigor o Acórdão nº 151/1997, portanto não mais houve eleição direta para Diretor e Vice-Diretor das escolas municipais de Aracaju. Devido às demandas decorrentes da implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola para Educação Básica – PDDE, criado em 10/05/1995, com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar às escolas públicas da educação básica privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, Resolução FNDE/CD nº 12, a nova gestão criou a Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997, que implantou os Comitês Comunitários junto às unidades de ensino da rede municipal de Aracaju, com personalidade jurídica de direito privado para o desenvolvimento de atividades administrativas, econômico-financeiras e de manutenção das unidades de ensino. Os Comitês Comunitários eram designados por Portaria do Secretário Municipal de Educação e do Desporto com a seguinte composição: O Diretor geral, 01 representante da unidade de ensino, 01 representante dos professores, 01 representante dos funcionários, 01 representante dos pais de alunos, 01 representante do Grêmio Escolar, 01 representante das entidades sociais. Cada representante dos Comitês Comunitários elegerá um suplente que substituirá o membro efetivo em suas ausências e impedimentos. Os resultados da eleição serão homologados pelo Secretário Municipal de Educação e Desporto. O mandato dos membros do

Comitê Comunitário terá a duração de 01 ano com uma reeleição. O processo eleitoral será organizado e dirigido pelo Departamento de Administração e Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Desporto. As eleições para os Comitês Comunitários de todas as unidades de ensino serão realizadas no dia 10 de junho de cada ano. As entidades sociais interessadas em habilitar-se para vaga deverão fazer o cadastramento no período de 1º a 07 de junho de cada ano no Departamento de Administração e Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Desporto. As inscrições para os candidatos deverão ser abertas anualmente no período de 1º a 08 de junho. São requisitos do eleitor: Estar lotado e servindo na instituição há pelo menos 01 semestre letivo; ter no mínimo 14 anos de idade e estar matriculado e frequentando a unidade de ensino há pelo menos 01 semestre letivo no caso de aluno. O voto é direto, pessoal, livre e não obrigatório. Cédulas em 03 cores distintas, 70% docentes, 15% servidores e 15% alunos.

Compete ao Comitê Comunitário: Garantir a ocupação e cessão de prédio escolar, examinar problemas de natureza administrativa, decidir procedimentos de priorização e aplicação de verbas, fixar metas da unidade de ensino, aprovar programas objetivando a integração escola, família e comunidade, manter conta corrente no BANESE, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, com o propósito de gerenciar os depósitos dos numerários que lhe são transferidos, objetivando o financiamento e manutenção das unidades de ensino.

O deslocamento do foco das atenções das eleições diretas para as direções e vice-direções das escolas que passam efetivamente a serem nomeadas, por esse executivo municipal, para eleições diretas para um Comitê Comunitário emergente.

**3.1.10 Lei nº 3.074 de 30 de dezembro de 2002, afirma criar os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino da rede municipal de Aracaju, já criados desde 1990 através da Lei nº 1.638/1990.**

O Prefeito de Aracaju Marcelo Déda, que assumiu a Prefeitura de Aracaju no ano de 2001, assina a Lei nº 3.074 de 30 de dezembro de 2002, cujo texto afirma criar os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino da rede municipal de Aracaju, embora no período de 1990 o Prefeito Wellington da Mota Paixão através da Lei nº 1.638/1990, já tinha efetivado a criação desses Conselhos Escolares, conforme já descrito. O Conselho Escolar é um órgão colegiado, constituído nos termos dessa Lei pela Coordenação da Unidade Escolar e por representantes dos segmentos da comunidade escolar (Alunos regularmente matriculados com frequência regular e idade igual ou superior aos 14 anos, pais ou responsáveis legais pelos

alunos, servidores público do magistério, pessoal administrativo). Os Conselhos Escolares exercerão funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras nas questões pedagógica, administrativa e financeira. O Conselho Escolar transfere recursos sucedendo os Comitês Comunitários criados pela Lei nº 2.491 de 29/05/1997. A coordenação da Unidade Escolar integrará o Conselho Escolar representado pelo Coordenador Geral e em seu impedimento a substituição será pelo Coordenador Administrativo ou Pedagógico. Todos os segmentos da comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar com a seguinte proporcionalidade: 50% Pais e alunos, 50% magistério e servidores administrativos. O mandato de cada membro do Conselho Escolar terá a duração de 02 anos com direito a uma recondução. A eleição dos representantes dos segmentos da Comunidade Escolar que integrarão o Conselho Escolar se realizará na Unidade Escolar em cada segmento, por votação direta e secreta.

**3.1.11 A Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002, no governo do Prefeito Marcelo Déda dispõe sobre a gestão democrática do ensino público municipal com a Equipe de Coordenação da Unidade Escolar: Coordenador Geral; Coordenador Administrativo; Coordenador Pedagógico; e o Conselho Escolar.**

A Lei nº 3.075, de 30 de dezembro de 2002, do governo do Prefeito Marcelo Déda representa uma alternativa de gestão colegiada que não corresponde às eleições diretas para as clássicas funções diretivas de Diretor e Vice-Diretor de Escola (anexo 01). Dispõe sobre a gestão democrática do ensino público, princípio da Constituição Federal e Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acatado também pela Lei Orgânica do Município de Aracaju, observando princípios como: autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica das Unidades Escolares respeitando a política educacional da administração do município e da Secretaria Municipal de Educação; respeitada a participação da Comunidade Escolar nos processos decisórios através de Colegiados e a livre organização dos diversos segmentos da comunidade como pais, alunos, docentes e servidores públicos.

O processo da administração das Unidades Escolares será exercido, através das diretrizes legais originadas da Secretaria Municipal de Educação com a Equipe de Coordenação da Unidade Escolar, possuindo a seguinte composição: Coordenador Geral; Coordenador Administrativo; Coordenador Pedagógico; e o Conselho Escolar. À primeira vista, aparece uma nítida fragmentação da direção, entendida como processo amplo de organização e direção intelectual e moral de um projeto político pedagógico de interesse

coletivo; pessoas distintas passam a responder por aspectos de um único processo. Indagamos: por que fugir do termo Direção?

O Coordenador Geral passa a representar a Unidade Escolar, sendo responsável pelo funcionamento, coordena as atividades administrativas, pedagógicas e financeiras em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, observando a legislação da administração municipal, promovendo a integração e articulação entre a Unidade Escolar e a comunidade próxima, por meio de processos pedagógicos, científicos e culturais.

O Coordenador Pedagógico direcionará atividades relacionadas aos aspectos de organização do trabalho do professor e dos alunos, viabilizando a elaboração, implementação e avaliação do projeto pedagógico da Unidade Escolar, elaborando diagnóstico da realidade escolar visando ações de melhoria, inclusive no campo da formação continuada e desenvolvimento profissional dos professores.

O Coordenador Administrativo desenvolve atividades direcionadas aos serviços gerais da Unidade Escolar, como controle de matrículas, informações acadêmicas e preservação da memória cultural, registro de servidores, utilização de materiais e equipamentos como computadores e outros registros tecnológicos, serviços de conservação, manutenção e limpeza, controle financeiro e orçamentário.

A escolha dos coordenadores ocorre com a participação da Comunidade Escolar, através de eleição por chapa, sendo voto direto, secreto e facultativo, proibido o voto por representação. A gestão dos Coordenadores corresponde a mandato de dois anos, sendo permitida aos Coordenadores concorrer a apenas uma reeleição. Poderão concorrer à função de Coordenador todos os membros do magistério, pertencentes à Unidade Escolar, para o cargo de Coordenador Geral e Administrativo deverá ter nível superior em Licenciatura Plena como habilitação específica de grau superior correspondente a Licenciatura Plena. E para Coordenador Pedagógico, terá que possuir nível superior de pedagogia ou pós-graduação (lato ou stricto sensu), na área de educação, possuindo uma disponibilidade de trabalho de quarenta horas durante a semana, plano de ação com apresentação de defendido à Comunidade Escolar com a implementação de metas da Unidade Escolar, seguindo diretrizes e normas do Sistema Municipal de Educação, sem penalidades administrativas, com no mínimo três meses de atividade na Unidade Escolar, com o mínimo de dois anos de experiência no desenvolvimento da docência e o mínimo de três anos no exercício no magistério público do município.

O direito ao voto pode ser exercido por alunos matriculados há pelo menos três meses na Unidade Escolar, frequência regular e idade igual ou superior aos quatorze anos; docentes

e servidores públicos com três meses de exercício efetivo na Unidade Escolar; pais ou responsáveis legais da Unidade Escolar do aluno menor de quatorze anos de idade. O representante de segmentos distintos com cargos ou funções não vota mais de uma vez.

A coordenação do processo eleitoral será composta por uma comissão eleitoral geral com a constituição e instalação do Secretário Municipal de Educação, com competência para coordenar a eleição, possuindo a seguinte composição: três representantes da Secretaria Municipal de Educação; dois docentes indicados pelo sindicato dos profissionais de ensino do município de Aracaju. A direção do processo eleitoral na Unidade Escolar será constituída por uma comissão eleitoral com representantes indicados por segmentos da Comunidade Escolar. Na composição da comissão da eleição da Unidade Escolar, a participação só ocorrerá com alunos matriculados com idade mínima de quatorze anos. Os servidores do magistério integrantes da comissão eleitoral, não poderão ser candidatos a coordenação da Unidade Escolar.

Nos resultados finais do processo eleitoral são respeitadas as proporcionalidades para as seguintes categorias: 40% para alunos e pais; 40% docentes; 20% servidores. A elaboração do plano anual da Unidade Escolar nas áreas administrativa, financeira e pedagógica deverá ter consonância com diretrizes do Sistema Municipal de Ensino. O plano anual da Unidade Escolar será elaborado com a Comunidade Escolar junto a submissão e aprovação do Conselho Escolar e da Secretaria Municipal de Educação.

Os Conselhos Escolares serão constituídos pela coordenação da Unidade Escolar e representantes dos segmentos desta Comunidade e exercerão funções de consultas, deliberações e fiscalizações enfocando questões de ordem pedagógica, administrativa e financeira.

## **3.2 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO (ACD) DOS SUJEITOS ABORDADOS**

### **3.2.1 A Entrevista ao Vivo com José Carlos Mesquita Teixeira**

O recorte temporal da pesquisa não alcançaria a gestão do Prefeito José Carlos Mesquita Teixeira, mas por compreender a dialética passado – presente – futuro, fomos remetidos às suas concepções e ações. Tivemos o privilégio de o localizarmos com facilidade, assim como foi fácil o agendamento e a realização da descontraída e receptiva entrevista em sua residência.

Trata-se de político histórico em Sergipe, deputado federal pelo PSD<sup>13</sup> em 1962, um dos únicos dessa legenda que fez oposição ao Regime Militar de 1964, ingressou no MDB<sup>14</sup> sendo neste estado seu fundador e primeiro presidente (1966 – 1975), foi também um dos fundadores e primeiro presidente do PMDB<sup>15</sup> e conquistou seu quarto mandato de deputado federal em 1982. Nomeado prefeito da capital pelo governador João Alves Filho (30/05/1985 – 01/01/1986) foi sucedido pelo primeiro Prefeito de Aracaju eleito após 20 anos de ditadura: Jackson Barreto de Lima.

De bom grado assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da nossa Pesquisa (anexo 04). Respondeu, diante da primeira questão: “O município de Aracaju, através do Estatuto do Magistério de 1985, em sua gestão como Prefeito, inovou o provimento de cargos de direção das escolas, instituindo as eleições diretas para diretores. Que motivos o levaram a introduzir esse modelo de gestão escolar? Que outras inovações foram também introduzidas? Já havia um Estatuto do Magistério Municipal?”

Bom foi uma plataforma iniciada por Dr. Ulisses Guimarães e que cada um, por esse Brasil lá fora, assumiu a responsabilidade de introduzi-la; eu fiz com o maior prazer! Chamei Pe. Arnóbio Patrício de Melo, para me secretariar e então ele tinha sido presidente da Câmara de Vereadores, tinha sido Secretário de Educação, era um emérito professor, tanto na Universidade como também na gestão administrativa da educação e eu dei a ele plenos poderes, para poder desenvolver o tema como ele achasse melhor e ele o fez brilhantemente, de maneira que foi um momento muito especial da minha vida, porque ele deu conta da missão e colocou todo o talento dele, a cultura em favor da causa que ele abraçou de corpo e alma. Pe. Arnóbio era um homem culto, brilhante, extrovertido, alegre; então ele pode desempenhar esse trabalho de uma forma muito especial. O Prof. Jorge Carvalho foi outro que deu uma contribuição muito grande e com o apoio de Luis Antônio Barreto, desempenhou um papel também muito expressivo em torno dessa causa, então nós tocamos o projeto para frente com um sucesso, graças a Deus, um sucesso total. (J.C.M.T.).

Interessante o traço ideológico firme que se faz presente desde o início de sua fala e a ênfase ao papel dos intelectuais, assim como à cultura. Chamou a atenção o destaque à pessoa

---

<sup>13</sup> Partido Social Democrático (PSD) foi um partido político brasileiro, fundado em 17 de julho de 1945 e extinto pela ditadura militar, pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Foi formado sob os auspícios de Getúlio Vargas, de caráter liberal-conservador.

<sup>14</sup> Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era um partido político brasileiro que abrigou os opositores do Regime Militar de 1964 ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

<sup>15</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é o maior partido político brasileiro apesar de não ter até hoje eleito nenhum Presidente da República, através do voto direto. Fundado em 1980, possui uma orientação política centrista.



do Pe. Arnóbio Patrício de Melo, em princípio um intelectual tradicional, pouco associado ao movimento da gestão democrática no município de Aracaju.

Diante da insistência na questão sobre a existência anterior do Estatuto do Magistério Municipal, o sujeito da pesquisa acrescentou, focando sempre na gestão democrática mostrando que era o de mais relevante naquele dispositivo chamado de Estatuto:

É foi introduzido por mim quando prefeito de Aracaju e eu dei a Padre Arnóbio a missão de selecionar pessoas vocacionadas, que tivessem disposição de tempo e o desejo de contribuir nessa causa; e ele o fez de forma brilhante, porque ele exercia o mandato de vereador, tinha sido meu Secretário de Educação e foi selecionando as pessoas, trazendo nomes somente para a gente trocar ideias, como eu conhecia todos, foi fácil a seleção e colocamos em ação o projeto. O que é mais importante: eu não titubiei, eu não protelei, não coloquei dificuldades, facilitei a ação total da causa que Dr. Ulisses, liderou no plano nacional e eu fiz aqui em Sergipe. (J.C.M.T.).

Na perspectiva da Análise Crítica de Discurso percebemos já a presença da ideologia democrática voltada para a organização de atitudes gerais de grupos de pessoas cujas vozes até então não eram consideradas e passam a ter a oportunidade de votar, expressar seu ponto de vista sobre suas vidas e experiências cotidianas e suas lideranças educacionais. Interessante é notar que o contexto ao qual o entrevistado se refere é o dos anos de 1980, da Constituição Cidadã. Essas representações sociais democráticas estavam em efervescência e eram compartilhadas por diversos segmentos sociais, inclusive o movimento docente nacional, estadual e municipal.

Quanto à segunda questão, da Secretaria Municipal de Educação, espera-se a contribuição para a educação de qualidade social das diversas camadas sociais na perspectiva da cidadania. Qual a política pública e o respectivo projeto político da PMA executado em seu período, visando uma interação entre escola, alunos e comunidade?

O destaque foi o empenho que nós desenvolvemos para que os professores absorvessem o projeto e colocassem em prática, tudo aquilo que havia sido colocado pelo Dr. Ulisses Guimarães, como uma missão de alta relevância, para causa dos projetos que ele abraçou. Ele era um emérito professor, fantástico, notável, de uma cultura exemplar, então ele colocou em ação e veio dar umas duas aulas. Aí, não era possível porque ele era muito solicitado, mas no caso específico, um pedido meu ele atendeu prontamente e encontrou uma forma de ajustar a agenda dele com esse compromisso. E assim ele fez, ele veio para cá deu uma aula extraordinária entendeu? Então colocamos para andar o projeto de uma maneira muito expressiva. Nós fizemos isso com todo o empenho. Eu dei plenos poderes para ele montar a ação de desenvolvimento do projeto e então ele colocou a coisa para poder

andar. Evidentemente que a gestão seguinte não tinha o mesmo comprometimento com essa causa e, em especial, com a educação ... Nós fizemos a nossa parte; tocamos o projeto para frente; tocamos mesmo com entusiasmo, disposição e fazendo com que as coisas caminhassem de maneira que não ficasse apenas na teoria, mas colocamos tudo na prática, tudo que era necessário para ter um bom desempenho do projeto. (J.C.M.T.).

Vê-se aqui o ideal de uma elite simbólica, de um partido político, de um movimento nacional, que se coloca de cima para baixo, com a mediação dos intelectuais. Aprofundando a discussão, indagamos: “Percebemos que o modelo de gestão democrática nas escolas tem passado por avanços no âmbito nacional, especialmente quanto à participação das comunidades escolares. Qual sua visão sobre esse processo hoje? Deveria ele permanecer sendo desenvolvido nas escolas municipais de Aracaju?”

Acho que sim e se consultado for, como estou nesse momento, responderei com muito entusiasmo, porque isso deu valor ao magistério sergipano e à causa que nós abraçamos. Esse trabalho foi realizado com o Pe. Arnóbio na frente, na Secretaria de Educação, com entusiasmo notável e como lhe falei com uma cultura extraordinária de que ele era possuidor: um professor emérito! Ele tinha uma capacidade notável de articulação e de realização e eu estava à disposição sempre que as múltiplas vezes que ele me convocou eu me fiz presente, prestigiando integralmente a obra que ele aceitou de melhorar a causa da educação em Aracaju. Nós fizemos isso compreendeu? Há quatro mãos, de maneira muita entusiasta, muito mesmo. Eu como prefeito, dei várias aulas, me posicionei claramente sobre essa questão; evidentemente que alguns tinham ciúmes da causa, inclusive pessoas que prestigiei... o Luiz Antônio Barreto é um capítulo a parte: *é hors concours!* Tudo que eu coloquei para ele, ele sempre abraçou, sempre se entusiasmou e sempre trouxe uma contribuição notável, não só produzindo realizações, como gerando entusiasmo. Mas, o Pe. Arnóbio esse tomou a frente de tudo, chegou a usar a tribuna da Câmara de Vereadores e colocou-se à disposição do plenário, para discutir qualquer assunto relacionado à causa da educação. (J.C.M.T.).

Mais uma vez nosso entrevistado enfatiza o papel dos intelectuais, em especial do Pe. Arnóbio e de Luiz Antonio Barreto. Tentando trazer a discussão para o período delimitado na pesquisa a pergunta seguinte indagou: “Durante a gestão do Ex-Prefeito José Almeida lima cresceu no país o movimento reacionário às eleições diretas, deflagrado por governos conservadores do país em favor da indicação de diretores escolares, sob o pretexto da inconstitucionalidade das Eleições Diretas, trazendo de novo esses cargos para seu controle e arbítrio, com o aval do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Como se comportou Aracaju nessa questão?”

Você sabe... uma causa dessa divide a sociedade, mas a mim não me importou isso e muito menos ao Pe. Arnóbio. O Pe. Arnóbio dizia: olhe não dê bolas às críticas e ponderações que você ouvir por aí; as contrariedades que lhes proporcionem! Toda vez que o senhor tiver dificuldade em discutir a matéria, o senhor agende aqui no meu gabinete, só para efeito de colocar em ação o projeto! E assim nós fizemos! Andamos Aracaju toda! Fomos aos bairros. E eu encontrei uma grande figura: o Jaime Araujo Andrade, foi até (re) inaugurado uma escola com o nome dele agora (...) éramos amigos irmãos e ele era um brilhante profissional, muito brilhante, eu inaugurei a escola... dei o nome dele... e isso serviu de exemplo para outras pessoas que estavam ai, ele veio para linha de frente ao lado do Pe. Arnóbio, liderou de corpo e alma, era matéria que ele tinha domínio total, uma visão e acima de tudo discernimento sobre a questão da educação e as reformas que precisavam ser feitas, para podermos desempenhar melhor o papel naquele momento da vida brasileira. (J.C.M.T.).

Mais uma vez vem à tona a importância dos intelectuais para a sedimentação de uma ideologia. Aqui o entrevistado destaca o advogado Jaime Araújo Andrade, militante histórico do período, sem desconsiderar o papel do Pe. Arnóbio.

Quando tentamos discutir as questões mais recentes vinculadas à suspensão das eleições diretas para diretores, através do Acórdão nº 151/1997, que declarou a inconstitucionalidade dessas eleições, da instalação do Comitê Comunitário (Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997) nas Escolas Municipais, da criação do CONMEA e a Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002, que dispôs sobre a gestão democrática da Rede de Ensino Municipal de Aracaju, com a criação de uma equipe de coordenação envolvendo o Coordenador Geral, o Coordenador Administrativo e o Coordenador Pedagógico, excluindo a função do diretor, com suas influências no modelo de gestão democrática, o entrevistado não mais nos acompanhou insistindo em pontos já mencionados como:

Claro, claro. Tudo que era motivo de discussão, análise e trabalho em prol da educação e à serviço da coletividade era prioridade número um! No meu governo eu coloquei o Pe. Arnóbio com plenos poderes para convidar os professores que quisessem participar e, assim, contribuírem com a causa da educação, inseridos no contexto. A sua contribuição deu certo! Foi a melhor possível! Não houve empecilho algum! Demos todo apoio! Integralmente! Colocamos em ação o projeto! Nada era motivo de dificuldade! Cada administrador vai montando a sua equipe e então nós tivemos altos e baixos nesse processo todo aí, não para impedir porque não tinham força para isso, tava em ação a lei, eu dei todo credenciamento ao Pe. Arnóbio para montar a equipe e colocar em ação o projeto. (J.C.M.T.).

### **3.2.2 A Entrevista por E-mail com a Secretária de Educação de Jackson Barreto de Lima**

De acordo com os objetivos da pesquisa, deveria ser ouvido o prefeito Jackson Barreto de Lima, não por ter sido o sucessor de José Carlos Teixeira (01/1986 a 05/1988), mas pela gestão de 1993 a 1994. Demos ciência ao mesmo da nossa investigação à qual foi receptivo. Pelo fato de estar durante a coleta de dados na função de Governador do Estado em Exercício e agora em dezembro de 2013 como Governador do Estado de Sergipe, ficou inviável o agendamento da entrevista, não obstante insistentes e-mails, telefonemas à Chefia de Gabinete e abordagens diretas. Muitas foram as tentativas, mas os prazos acadêmicos acabaram apontando para a alternativa de ouvirmos a Secretária Municipal de Educação da época, a Profa. Dra. Iara Maria Campelo Lima, que também fora sua Secretária de Educação na gestão de 1986/1988; hoje ela é Diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, que nos foi muito receptiva. Respondeu às questões da entrevista por e-mail e devolveu devidamente assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (escaneado – anexo 05).

A primeira pergunta indaga sobre a inovação trazida pelo Prefeito José Carlos Teixeira, com o provimento de cargos de direção das escolas, instituindo as eleições diretas para diretores: “Esse modelo de eleições possibilitou a construção de uma nova política democrática?”

Foi uma grande inovação do Prefeito José Carlos Teixeira em 1985 e um grande compromisso do Prefeito Jackson Barreto, com a democracia na educação e com a categoria do magistério de Aracaju, quando em 1986 homologa o processo de eleições diretas para diretores das escolas públicas municipais de Aracaju, tendo como Secretário de Educação o Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento. A eleição foi sim o início do processo de uma nova política democrática na rede municipal de educação, mas que só ao longo do processo foi se organizando e se firmando, de fato, a administração colegiada nas escolas da rede. (I.M.C.L.).

Quanto aos avanços desse modelo de gestão democrática nas escolas no âmbito nacional, especialmente quanto à participação das comunidades escolares, perguntamos: “Qual sua visão para que esse processo continue sendo desenvolvido nas escolas municipais de Aracaju?”

Exercendo o cargo de Secretária de Educação do município de Aracaju por dois mandatos com o Prefeito Jackson Barreto, consegui ao longo da história, dar continuidade à coordenação desse processo iniciado com o Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, Secretário de Educação em 1986. Foi um momento histórico muito importante e contávamos com o apoio do Prefeito Jackson Barreto e ao longo do processo, fomos conquistando o apoio da categoria e do Sindicato da Categoria – APEMA. Acredito que o compromisso político com a democracia e a compreensão histórica desse processo são essenciais para que a administração colegiada nas escolas públicas seja consolidada. (I.M.C.L.).

Sua fala remete sempre ao compromisso democrático das elites simbólicas contemplando o sindicato da categoria docente. Quando indagada sobre o registro de Graça (2000), da suspensão em 1997 das eleições diretas para diretores, através do Acórdão nº 151/1997, declarando inconstitucionalidade das eleições, e a instalação do Comitê Comunitário (Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997), inserindo a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de forma representativa. “Essa substituição passou a contribuir no modelo de gestão democrática?”

Acredito que a suspensão das eleições tenha sido o primeiro impacto no processo participativo da comunidade escolar, provocando a desmobilização da administração colegiada. A eleição por si só não constitui a gestão democrática, mas é o componente forte nesse processo, pois faz parte da formação e do exercício da cidadania. (I.M.C.L.).

A quarta questão: “Quando falamos em educação, é inevitável falar de gestão educacional que responde pela viabilização de políticas públicas e de uma qualidade nos serviços ofertados à população. Qual a relação que você estabelece entre escola, cidadania e democracia?” Foi assim respondida:

A gestão escolar colegiada é um exercício de construção da cidadania; ela não só requer a participação nas decisões, mas a construção de um aprender a ser com autonomia. Acredito que uma das grandes dificuldades apresentadas pelas escolas seja a desordem democrática em que se constitui o meio cultural da nossa história. (I.M.C.L.).

Em 06 de dezembro de 1988 a Lei nº 1.430, criou o Conselho Municipal de Educação (CONMEA), com a finalidade de estudar, planejar e orientar as atividades relacionadas com o Sistema Municipal de Educação, só vindo a ser instalado em 1989. Perguntei à Secretária da

Gestão Jackson Barreto de Lima qual a influência do CONMEA no processo da gestão educacional, a sua resposta foi:

Esse foi outro grande passo da gestão municipal. A instalação do CONMEA atenderia ao princípio da gestão democrática. Sua composição democrática e participativa constituiria um órgão colegiado fundamental para dar autonomia ao sistema municipal de educação, exercendo funções consultivas, normativas, deliberativas e propositivas, dentre outras, contribuindo para a definição e consolidação da política municipal de educação. Naquele momento a instalação do CONMEA foi muito importante para a organização e reorganização da rede, através dos processos de autorização, credenciamento das unidades escolares integrantes do sistema municipal, funções que vieram a ser estabelecidas e normatizadas pela LDB de 1996. (I.M.C.L.).

Da Secretaria Municipal de Educação espera-se contribuição para a educação de qualidade social para as diversas camadas sociais na perspectiva da cidadania. Qual projeto político foi executado em seu período, visando uma interação entre escola, alunos e comunidade?

Considero a temporalidade do objeto deste estudo 1993 a 2002 e falando como Secretária de Educação num período de 09 meses, trabalhamos com um projeto articulado à PMA, em defesa de uma política de educação que garantisse o ensino-aprendizagem e participação de todos. De modo que vários espaços democráticos foram fortalecidos. (I.M.C.L.).

A rede municipal de ensino tem sido modificada nos processos de gestão das eleições municipais. A Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002, dispõe sobre a gestão democrática da Rede de Ensino do Município de Aracaju, com a criação de uma equipe de coordenação envolvendo o geral, o administrativo e o pedagógico, excluindo a presença do diretor. Esse modelo de gestão, que exclui necessariamente o diretor ou a coordenação pode assumir a figura do diretor? Qual sua opinião?

Acredito que ao fortalecer o trabalho coletivo, a direção se constitui na perspectiva de uma administração colegiada. (I.M.C.L.).

Em suas respostas encontramos características desenvolvidas na ACD como forma de estruturação de uma ideologia política, tomando como modelo de análise a seguinte afirmação de uma teoria de explicação de modelos sociais: “A negação do racismo é uma das atitudes incluídas na estratégia de apresentação positiva dos membros do grupo (DIJK, 2012, p.157)”; com possibilidades na construção de uma ideologia democrática, como se pode inferir a seguir. É enfatizada a positividade da administrada colegiada, mas não se entra no mérito das ações concretas desenvolvidas no período nesse sentido.

### **3.2.3 Entrevista por E-mail com José de Almeida Lima**

Vencida uma dificuldade inicial de localização do ex-prefeito José Almeida Lima, conseguimos, via e-mail sua participação quanto das respostas às questões da Entrevista, conforme seguem transcritas:

“O município de Aracaju, através do Estatuto do Magistério de 1985, com o Prefeito José Carlos Teixeira, inovou o provimento de cargos de direção das escolas, instituindo as eleições diretas para diretores. Esse modelo de eleições possibilitou a construção de uma nova política democrática?”

Em 1985 o Brasil começava a viver o início do processo de abertura democrática nas capitais dos Estados, já que, até então, não havia eleição direta para prefeito, o que só veio a ocorrer no ano seguinte, em 1986. Vivia-se, ainda, a ditadura militar, mesmo que abrandada. Eleição direta era sinônimo de democracia e o povo, nas ruas, estava a clamar por mudanças. Foi nesse clima e nessas circunstâncias que as eleições diretas para dirigentes das escolas foram instituídas. Modismo da época, pois a decisão não decorreu de uma necessidade pedagógica constatada em debates, em estudos que visassem um ganho de convivência dentro da comunidade escolar e desta com a sociedade, e que viesse representar melhoria de qualidade do ensino. A verdade é que a instituição da eleição direta para dirigentes escolares em 1985 pela Prefeitura de Aracaju não atendeu a nenhum objetivo pedagógico delineado, tanto que dele não se estabeleceu nenhuma avaliação de resultados. Tratou-se, apenas, de um gesto político. (J.A.L.).

Dessa forma confirma-se sua ideologia, já identificada na análise dos documentos legais de sua gestão, que se aproxima, também, daquilo que Dijk (2012) configura como “negação do racismo”. Trata-se de uma retórica que cobra um pragmatismo.

“Percebemos que o modelo de gestão democrática nas escolas tem passado por avanços no âmbito nacional, especialmente quanto à participação das comunidades escolares. Qual sua visão para que esse processo continue sendo desenvolvido nas escolas municipais de Aracaju?”

Desconheço a realidade nacional a que a pergunta se refere. E quanto ao “modelo de gestão democrática nas escolas” independe da existência de eleições diretas para seus dirigentes. Gestão democrática deve ser tida e vista como um direito indiscutível, inquestionável, algo já conquistado e que deve ser praticada com todas as suas nuances, mesmo que a investidura no cargo não se dê por eleição, pois o que vale é a gestão democrática, e a eleição direta não é condição indispensável para que ela aconteça. Superada ou vencida a questão da “gestão democrática” como valor inquestionável e com a partilha das responsabilidades a ela inerentes, importante é se achar o modelo que leve qualidade de ensino. (J.A.L.).

Mais uma vez vê-se a afirmação de postura contrária à gestão democrática na escola sob a afirmação da sua defesa. “Em vez de reconhecer essa imperfeição, é mais vantajosa negar tal inconsistência fundamental. Ou pelo menos explica-la como incidental e individual, culpar as vítimas ou caracterizá-la como um fenômeno temporário de transição” (DIJK, 2012, p.167).

“Durante a gestão de V. Ex<sup>a</sup>. cresceu no país o movimento reacionário às eleições diretas deflagrado por governos conservadores do país em favor da indicação de diretores escolares, sob o pretexto da inconstitucionalidade das Eleições de Diretores, trazendo de novo esses cargos para seu controle e arbítrio, com o aval do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Como se comportou o Prefeito de Aracaju nessa questão? Qual sua base legal? Fez indicações de gestores escolares? Que critérios usou?”

Desconheço a existência no país desse “movimento reacionário às eleições diretas” nas escolas. Quando prefeito de Aracaju recebi todas as escolas com dirigentes escolhidos através de eleições diretas e durante a minha gestão esse foi o procedimento adotado, invariavelmente. Nenhum dirigente escolar durante a minha gestão, foi nomeado sem a prévia eleição direta. (J.A.L.).



Novamente vemos a reafirmação da negativa do racismo. Mais que isto percebemos, com base na análise documental frente a essa sua fala, o abuso do poder, pois o ex-prefeito revela que usava estratégias simbólicas com argumentos construídos de modo a buscar um consenso no poder judiciário quanto à inconstitucionalidade das eleições diretas para diretores escolares. Vemos o quanto é tênue o limite do poder ao abuso do poder pelo discurso, o que contribui para a reprodução da desigualdade da distribuição do poder na sociedade.

“Em 1997 registra-se, conforme Graça (2000), a suspensão das eleições diretas para diretores, através do Acórdão nº 151/1997, que declarou inconstitucionalidade das eleições. Em seguida foi instalado o Comitê Comunitário (Lei nº 2.491, de 20 de maio de 1997), inserindo a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de forma representativa. Essa substituição passou a contribuir no modelo de gestão democrática?”

Desconheço o fato, pois a minha gestão encerrou-se em 31 de dezembro de 1996. (J.A.L.).

“Quando falamos em educação, é inevitável falar de gestão educacional que responde pela viabilização de políticas públicas e de uma qualidade nos serviços ofertados à população. Qual a relação que você estabelece entre escola, cidadania e democracia?”

A escola, vista aqui como educação, é pressuposto imprescindível ao desenvolvimento das qualidades necessárias ao ser humano para o exercício da cidadania que, na nossa visão de cultura ocidental, nos leva a construir relações democráticas, abominando as relações de dominação. Mas, usando uma linguagem política, informo que durante a minha gestão na Prefeitura de Aracaju a educação contou com 37% das receitas, ao invés dos 25% decorrentes da obrigação constitucional. E mais, o período em que fui prefeito foi o único, de José Carlos Teixeira para cá, que não houve greve do magistério, cujos direitos e salários foram pagos. (J.A.L.).

Essa é de fato uma questão contraditória que assinala a gestão José Almeida Lima; o Magistério Municipal, através do seu combativo sindicato, que entrou com ações judiciais nesse período contra o Executivo, não realizou qualquer movimento paredista, o que pode

conduzir à hipótese de que a estratégia de negação da democracia escolar pela ênfase no discurso à positividade do regime democrático universal acaba persuadindo os sujeitos, o que poderia vir a ser objeto de estudos posteriores, haja vista que na gestão em que a democratização escolar deu-se em maior amplitude registraram-se 07 (sete) greves do magistério municipal em Aracaju (1989 – 1992), conforme Bezerra (2007). Nesse sentido, retomamos Dijk (2012) não tratar da dominação, manipulação, doutrinação ou desinformação no que a mídia tem papel importante. Trata-se, talvez, de sintoma de abuso de poder, ou seja, do uso ilegítimo do poder mediante práticas discursivas, e os estudos críticos representam um dos pilares da análise social e política.

“Em 06 de dezembro de 1988 a Lei nº 1.430 criou o Conselho Municipal de Educação (CONMEA) com a finalidade de estudar, planejar e orientar as atividades relacionadas com o Sistema Municipal de Educação, só vindo a ser instalado em 1989. Qual a influência do CONMEA no processo da gestão educacional?”

Essa é uma pergunta mais apropriada para o então Secretário de Educação de minha gestão, Prof. Fernando Lins. Informo, no entanto, que foi em minha gestão que o Conselho passou a ter sede própria em imóvel do município situado na rua de Lagarto esquina com Nossa Senhora do Socorro. (J.A.L.).

“Da Secretaria Municipal de Educação espera-se contribuição para a educação de qualidade social para as diversas camadas sociais na perspectiva da cidadania. Qual a política pública e o respectivo projeto político da PMA executado em seu período, visando uma interação entre escola, alunos e comunidade?”

Vide resposta anterior. (J.A.L.).

“A rede municipal de ensino tem sido modificada nos processos de gestão das eleições municipais. A Lei nº 3.075, de 30 de dezembro de 2002, dispõe sobre a gestão democrática da Rede de Ensino do Município de Aracaju, com a criação de uma equipe de uma coordenação envolvendo o Coordenador Geral, o Coordenador Administrativo e o Coordenador Pedagógico, excluindo a função do diretor. Na sua perspectiva, esse modelo atual de gestão

exclui necessariamente o diretor ou a coordenação pode assumir a figura do diretor? Qual sua opinião?”

Não tenho opinião a respeito. (J.A.L.).

### **3.2.4 Entrevistas por E-mail e ao Vivo com João Augusto Gama da Silva**

Esse ex-prefeito de Aracaju, tão logo contactado, embora em licença médica, disponibilizou-se, de bom grado, para a entrevista, que ocorreu em uma sessão de mais de uma hora, em seu ambiente de trabalho, além das respostas escritas enviadas por e-mail. As questões semiestruturadas foram assim respondidas por e-mail:

“O município de Aracaju, através do Estatuto do Magistério de 1985, com o Prefeito José Carlos Teixeira, inovou o provimento de cargos de direção das escolas, instituindo as eleições diretas para diretores. Esse modelo de eleições possibilitou a construção de uma nova política democrática?”

De fato, quando Prefeito de Aracaju, em 1985, José Carlos Teixeira encaminhou à Câmara Municipal a proposta de um novo Estatuto do Magistério que estabelecia o provimento dos cargos de direção das escolas, através de eleições diretas em cada estabelecimento de ensino. Naquele momento, esta era uma pauta extremamente importante, posto que o Brasil se preparava para a primeira eleição direta para os cargos de Prefeitos das capitais dos Estados, posto que entre as bandeiras que a sociedade brasileira defendia havia uma slogan muito eloquente: “Eleição direta, de diretor de escola a presidente da República”. Durante os 20 anos da ditadura (1964-1984) os brasileiros estiveram proibidos de votar para os cargos de presidente e vice-presidente da República, governador de Estado, prefeito das capitais dos Estados e dos municípios que eram considerados importantes para a segurança nacional (de acordo com os critérios que os dirigentes da ditadura estabeleciam). Tendo estabelecido formalmente o dispositivo da escolha dos diretores e vice-diretores de escolas por eleição direta no Estatuto do Magistério Municipal, todavia, não implementou tal proposta. Coube ao seu sucessor, Jackson Barreto de Lima, e ao seu Secretário da Educação, Jorge Carvalho do Nascimento, em 1986, regulamentar e realizar as primeiras eleições diretas para diretores e vice-diretores de escola, o que para as circunstâncias do momento em que o Brasil rompia com a estrutura opressora montada pela ditadura militar foi um passo muito importante. Eles também foram responsáveis pela implantação dos Conselhos Escolares nas instituições de ensino da rede municipal de Aracaju. (J.A.G.da S.).

Esse sujeito da pesquisa revelou-se atento ao movimento ideológico gerador daquilo que ele chama de slogan: “eleições diretas de diretor de escolas a presidente da República” no contexto histórico de ruptura com a ditadura militar, reconhecendo o mérito do movimento da democracia escolar. Reconhece ter sido esse mérito de gestões anteriores, embora equivoque-se ao atribuir a implantação dos Conselhos Escolares ao ex-prefeito Jackson Barreto Lima, que, de fato implantou os Conselhos de Professores instituídos pelo Estatuto do Magistério e pelo ex-prefeito José Carlos Teixeira. Como já ficou demonstrado na análise documental, esses Conselhos Escolares foram resultados da transformação em 1990 dos Conselhos de Professores através da Lei nº 1.638/1990 de 26/10/1990, do prefeito Wellington da Motta Paixão.

“Percebemos que o modelo de gestão democrática nas escolas tem passado por avanços no âmbito nacional, especialmente quanto à participação das comunidades escolares. Qual sua visão para que esse processo continue sendo desenvolvido nas escolas municipais de Aracaju?”

A sociedade brasileira avançou, após sair da ditadura militar, e o amadurecimento democrático demonstrou que democratização não se resume à escolha de diretores e vice-diretores de escola pelo voto direto da comunidade escolar. Na verdade, mais importante do que a simples eleição direta é a participação da comunidade escolar em entes colegiados que decidam coletivamente os rumos administrativos e pedagógicos da instituição. (J.A.G.da S.).

Nota-se mais uma vez a ênfase aos aspectos positivos da participação da comunidade escolar nos rumos da escola pública, em detrimento do pomo da discórdia que são as eleições diretas, reforçando a tese de “negação do racismo” de que fala Dijk (2012). Sua gestão foi exatamente aquela em que, por força de lei, entrou em vigor o Acórdão nº 151/1997; esse Ex-Prefeito não realizou eleições para as direções de escolas, fazendo portanto as indicações,.

“Em 1997, registra-se, conforme Graça (2000), a suspensão das eleições diretas para diretores, através do Acórdão nº 151/1997, declarando inconstitucionalidade das eleições. Nessa ocasião o Prefeito de Aracaju era V. Exci<sup>a</sup>. Em seguida foi instalado o Comitê Comunitário (Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997), inserindo a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de forma representativa. Essa substituição passou a contribuir no modelo de gestão democrática? Qual foi de fato sua participação nesse processo? No seu período de gestão houve indicação pelo Prefeito dos Gestores Escolares? Quais eram os critérios?”

De fato, nos primeiros dias do ano de 1997, quando se iniciava a minha gestão como prefeito de Aracaju, fui intimado pelo Poder Judiciário a cumprir o acórdão 151/1997, transitado em julgado, declarando a inconstitucionalidade das eleições diretas para diretores e vice-diretores de escola. A decisão judicial foi requerida em 1996 por decisão do então prefeito de Aracaju, José Almeida Lima. Ao assumir o cargo de prefeito não tive mais condições de questionar a decisão, já transitada em julgado. Fui apenas intimado pela Justiça ao seu cumprimento. Discuti com o meu Secretário da Educação, Jorge Carvalho do Nascimento, que exercia o cargo pela segunda vez. Nada podíamos fazer para retornar ao status anterior, pois estávamos obrigados ao cumprimento da decisão judicial. Para restabelecer algum tipo de ordenamento democrático na escola enviamos projeto de lei ao Poder Legislativo criando o Comitê Comunitário em cada instituição escolar, através da Lei nº 2.491, de 20 de maio de 1997. Nele estavam representados professores, técnicos-administrativos, estudantes, pais de alunos e representações organizadas da comunidade na qual funcionava a escola. Em face da decisão judicial à qual estávamos submetidos, passamos a fazer a nomeação de diretores e vice-diretores de escola. Todavia, o fizemos estritamente dentre os professores do quadro permanente da rede municipal, lotados na própria escola, num processo que era sempre negociado com o Comitê Comunitário de cada escola. (J.A.G.da S.).

Aqui se encontra o fulcro da questão. O recurso citado pelo ex-prefeito, como afirmação da positividade do “ordenamento democrático”, também apresenta-se como “negação do racismo”, mantendo intocada a questão central. Sabe-se que o dispositivo federal do PDDE já impunha a implantação dos Comitês Comunitários como entidades jurídicas, requisito básico para implantação do Programa de Dinheiro Direto para as Escolas, o que é revelado inclusive por Graça (2000), chamando a atenção o fato de que o Diretor Geral da Escola, nomeado pelo Prefeito, é integrante nato desse Comitê; as eleições não o alcançam.

“Quando falamos em educação, é inevitável falar de gestão educacional que responde pela viabilização de políticas públicas e de uma qualidade nos serviços ofertados à população. Qual a relação que você estabelece entre escola, cidadania e democracia?”

O discurso da escola é sempre favorável à democracia. Entendo ser fundamental transformar o discurso favorável em exercício efetivo da democracia. A escola deve incentivar e criar condições para a livre organização dos estudantes. Valorizar instituições como os Grêmios Estudantis ou outra forma de organização dos alunos. Deve ouvir e reconhecer esse segmento. Contar com a participação dos alunos e das alunas, dos pais e da comunidade em geral, na construção do seu projeto político-pedagógico. Deve convidar a comunidade para refletir sobre as práticas vivenciadas em relação ao seu planejamento e avaliação. Deve definir coletivamente as regras disciplinares na escola, que devem dizer respeito a todos os seus segmentos. As regras disciplinares devem dizer

respeito não apenas aos direitos e deveres dos alunos, mas também aos direitos e deveres do diretor, dos professores, dos demais servidores. A escola não pode prescindir da democracia, da cidadania. (J.A.G.da S.).

“Em 06 de dezembro de 1988, a Lei nº 1.430 criou o Conselho Municipal de Educação (CONMEA), com a finalidade de estudar, planejar e orientar as atividades relacionadas com o Sistema Municipal de Educação, só vindo a ser instalado em 1989. Qual a influência do CONMEA no processo da gestão educacional?”

O Conselho, como órgão normatizador do sistema exerce um papel fundamental para garantir o exercício da democracia na Escola. (J.A.G.da S.).

“Da Secretaria Municipal de Educação espera-se contribuição para a educação de qualidade social para as diversas camadas sociais na perspectiva da cidadania. Qual a política pública e o respectivo projeto político da PMA executado em seu período, visando uma interação entre escola, alunos e comunidade?”

A implantação dos Comitês Comunitários teve como foco exatamente a democratização e a participação cidadã na escola, no contexto de um governo que cuidou de criar condições para a qualificação dos professores, que investiu no aperfeiçoamento dos edifícios escolares e na expansão da rede de ensino, mas que, fundamentalmente, buscou oferecer escola de qualidade para as crianças e jovens da cidade de Aracaju. (J.A.G.da S.).

“A rede municipal de ensino tem sido modificada nos processos de gestão das eleições municipais. A Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002, dispõe sobre a gestão democrática da Rede de Ensino do Município de Aracaju, com a criação de uma equipe de coordenação envolvendo o Coordenador Geral, o Coordenador Administrativo e o Coordenador Pedagógico, excluindo a função do diretor. Na sua perspectiva, esse modelo atual de gestão exclui necessariamente o diretor ou a coordenação pode assumir a figura do diretor? Qual sua opinião?”

Todas essas inovações buscam o aperfeiçoamento democrático da rede escolar do município de Aracaju. (J.A.G.da S.).

Desse modo o entrevistado fecha sua entrevista com a reafirmação da positividade do processo democrático, o que deixa entre parênteses a questão central da forma de escolha dos diretores escolares.

Pela importância do seu papel o que lhe coube fazer nomeações de diretores e vice-diretores escolares solicitamos um encontro pessoal de modo a tentar identificar os critérios adotados e o discurso de sustentação dos mesmos. A receptividade foi excelente. Assim o sujeito falou livremente sobre a situação encontrada na Prefeitura Municipal de Aracaju, sendo sua fala gravada e transcrita com sua permissão:

Em 01 de janeiro de 1997 não havia a Lei de Responsabilidade Fiscal; essa Lei foi de 2000; uma das coisas que eu mais reputo na administração pública, foi a Lei de Responsabilidade Fiscal de Fernando Henrique Cardoso; criou uma série de obrigações e responsabilidades para o gestor público. Eu recebi a Prefeitura Municipal de Aracaju no caos administrativo. Para você ter uma ideia eu paguei durante meu governo 56 salários, 48 dos meus 04 anos, somando 04 dos décimos terceiros e 04, pela administração anterior. Eu posso lhe dizer com maior tranquilidade, eu encontrei salários atrasados. Em janeiro de 1997, não tinha 15 dias de prefeito, eu tive as contas da prefeitura de Aracaju bloqueadas pelo débito do IPES. Óbvio que esse débito não era meu, era da administração que me antecedeu: foram uns R\$ 2.000.000,00. Era muito dinheiro, hoje seriam como R\$ 10.000.000,00; isso foi bloqueado, sendo um absurdo! A Constituição do Estado de Sergipe, permite poderes ao Estado para fazer o bloqueio das prefeituras inadimplentes com o IPES, o que não é constitucional; tem que ser discutido. Isso tumultuou as finanças do município, você vai ver a situação em que eu encontrei a Prefeitura de Aracaju: IPES R\$ 9.400.000,00; salário R\$ 8.000.000,00; INSS R\$ 3.200.000,00; TORRE R\$ 4.000.000,00; fornecedores R\$ 2.200.000,00. Tinha uma operação diária que hoje não existe mais, que você podia fazer um adiantamento de receita, mas tinha que pagar no seu exercício, não podendo ficar para o próximo governo subsequente. De obras de R\$ 7.000.000,00, com a UFS de salários de professores que estavam à disposição do município, que o município não pagou tinha quase R\$ 400.000,00; da construtora CELI R\$ 9.500.000,00; da construtora NORCON R\$ 11.800.000,00. Eu levei quase dois anos para deixar a situação do servidor em dias. (J.A.G.da S.).

Nesse momento, o sujeito da pesquisa entregou a Revista: **Aracaju no Século XXI**; o entrevistador lhe indagou: “sobre esta revista, foi na realidade uma forma de mostrar como se encontrava a Prefeitura do Município de Aracaju? Ao que ele respondeu:

Sim e o meu trabalho desenvolvido naquele momento, eu prestei contas à sociedade dos meus quatro anos a Aracaju, envolvendo o meu trabalho, educação, saúde, cultura etc. Aqui tem, talvez você não saiba, um bairro São Carlos que antes era uma invasão, foi saneado na minha administração, nós entregamos as escrituras e por influência de um secretário meu, fizemos o

projeto, mandamos para a Câmara, a Secretaria de Ação Social levantou quem estava nessas casas, passamos as escrituras em nome das mulheres, em vez de passar para os homens, foi sugestão de um secretário meu e que funcionou, digamos assim, já que há muita violência nos bairros periféricos, para evitar a própria violência masculina de botar para fora a mulher; a mulher passou a ter autoridade dizendo “a casa é minha” e isso funcionou, nós entregamos 700 escrituras, 500 foram assinadas por mim e 200 entregues na companhia do prefeito Marcelo Déda, que ficaram com as escrituras pendentes. Esse é o meu quadro aqui, você tem em todas as áreas reforma e construções de escolas, creches. (J.A.G.da S.).

Vê-se aqui a preocupação com a questão de gênero, além do compromisso social. Assim, em sua análise identificamos algo ímpar entre os sujeitos abordados, recorrendo à interpretação da ACD de Dijk (2012): sua ideologia contempla a concepção de gênero, que se constitui um vasto campo de investigação crítica de discurso, semelhantemente à afirmação do modelo ideológico:

“Note, contudo, que o que as pessoas dizem e significam no discurso não é somente uma função direta de suas crenças étnicas, mas também uma função do contexto, tal como a situação, o gênero, os falantes/escritores, a audiência, e assim por diante (DIJK, 2012, p.147)”.

“E por falar nas escolas foi no seu período de governo municipal entrou em vigor o Acórdão nº 151/1997 em resposta a uma demanda do ex-prefeito José de Almeida Lima. Fale sobre isto...”

Na verdade aquele Acórdão é de 1997, mas foi de uma ação anterior do município de Aracaju e nós o recebemos; o Acórdão judicial me antecedeu. Exceto a questão da famosa gestão democrática, não acontece só na eleição direta, existem outras formas de participação da comunidade, como foi feita na nossa administração, que funcionou perfeitamente, nós tivemos uma boa convivência com o setor democrático educacional; aqui e acolá uma greve é do próprio processo natural. Ai nós tivemos, me lembro com o apoio de todo o professorado. Iniciamos o bolsa escola, um total de quinhentas bolsas escolas, no município de Aracaju antes de ter sido criado o bolsa escola, com recursos do município de Aracaju, qualquer dúvida com isso que são detalhes administrativos, entre em contato com Marieta Falcão e com o Prof. Jorge Carvalho, os dois foram meus Secretários. Jorge Carvalho foi Secretário de Educação e passou a ser Secretário do governo e Marieta Falcão passou para a educação. Eles poderiam dar informações detalhadas sobre o Bolsa Escola, o qual foi feito com o apoio do BANESE. (J.A.G.da S.).

“Em relação à questão política, quais foram os partidos políticos que fizeram parte de sua história política, você poderia falar um pouco?”



Olhe Luciano, eu sou da geração de 1964, eu tinha 17 anos de idade, ajudei na fundação do MDB, eu Benedito Figueiredo, Abelardo que já faleceu, Mário Jorge Vieira, Wellington Paixão, Wellington Mangueira, todos nós fomos para o interior, foi Chico Varela para fazermos a eleição de 1996, quando havia um temor no Estado de Sergipe. Eu me lembro que um companheiro nosso Chico foi fazer a eleição em uma cidade próxima de Itabaiana e passou o dia e não teve nem onde se alimentar, porque era do MDB e as pessoas tinham medo e tal havia um medo muito grande. Eu fui fundador do MDB e depois na minha vida em 1968 eu fui presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), fui eleito logo depois da criação da UFS em maio de 1968 e em outubro de 1968 fomos presos em Ibiúna num congresso da UNE. Dentro de um tumulto nacional, porque a ditadura tinha calado a oposição com diversos setores como o exílio, pela cassação ou pela morte, violência. Havia uma oposição parlamentar sem muita repercussão no país, porque havia uma censura e a grande oposição ao regime militar estava concentrado nas classes intelectuais. No começo de 1968 teve a morte de Edison Luis no calabouço, era um restaurante estudantil no Rio de Janeiro que hoje não existe mais perto do aeroporto Santos Dumont e depois tivemos toda aquela movimentação com a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro. Depois com o Congresso de Ibiúna, tudo redundou com a edição do Adicional nº 05 em 13 de dezembro de 1968, aí a partir daí, usando a expressão de um jornalista que me foge o nome, nós tivemos a ditadura realmente escancarada, então novamente esses setores de lideranças estudantis, já em Sergipe foram detidas e levada ao 28. Logo no dia seguinte da edição do Adicional nº 05 liberado no final de janeiro de 1969. A interferência do Reitor João Cardoso Nascimento que tinha uma preocupação muito grande, ele era muito *pressionado a nos expulsar da universidade usando o adicional 477 decreto lei que não foi usado em Sergipe* diga-se de passagem. O comportamento do Reitor foi de muita coragem, ele chegou a dizer ao general Abdon Sena comandante do 6º batalhão militar que mandasse por escrito a ordem de expulsão, que ele não expulsaria esses jovens. Dr. João Cardoso ele cria logo em seguida um instrumento, o que ele queria era ganhar tempo e faz um ato administrativo, cassando os nossos mandatos políticos de estudantes. Na verdade a gente mantinha contato diretamente ou por amigos, ou por interpostos pessoais, com o reitor que era difícil, muita apelação, muito medo e o reitor sempre dizia minha preocupação é levar vocês até 1970, para que vocês consigam se formar. Em 1970 nós saímos da faculdade nos formando na Universidade Federal de Sergipe, mas continuamos respondendo processo na 6ª Região de Auditoria Militar, depois somos absolvidos. Continuamos cada um foi cuidar da sua vida, o ambiente era de muita perseguição não tinha como se expor ou você tinha um comportamento normal ou ia cair na clandestinidade que era uma opção errada que a esquerda levava a juventude brasileira, a um massacre inconsequente, que agente não tinha condição de enfrentar as forças armadas no Brasil e a história demonstrou isso. (J.A.G.da S.).

Na sua narrativa oral o ex-prefeito revelou sua trajetória político-partidária também, como o ex-prefeito José Carlos Teixeira calcada no MDB, em uma história de oposição ao regime autoritário, destacando a influência da UFS, em especial do Ex-Reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, fazendo jus a um centro de formação de intelectuais, sedimentador de contra-ideologias, cujo papel foi importante naquele contexto histórico referido.

“A sua vontade política foi desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe ou ela já existia antes de entrar na UFS?”

Luciano; a gente vivia com os amigos, o ambiente.... veja se você pegar o exemplo de 1963 no Brasil, o governo de João Goulart, que é muito pouco estudado, foi um governo que mais editou livros no Brasil, era uma efervescência política cultural muito grande. Por exemplo em Sergipe nós tivemos... houve no Brasil, sob os auspícios do MEC, A Caravana da Cultura, do embaixador e escritor Pascoal Carlos Magno que saía pelo Brasil todo à fora, levando esses espetáculos, mambeando os espetáculos de teatro e cultura, essa coisa toda. A UEES (União Estadual dos Estudantes de Sergipe), nessa época, eu era secundarista em 1963, participei com Alexandre Diniz que hoje é professor aposentado da federal, Zelita Correa que é promotora aposentada, Francisco Varella do CPC (Centro Popular de Cultura). Com a UEES, ainda no Estado não havia UFS, o CPC teve um papel muito importante em Sergipe, tudo isso era debate cultural. Nós chegamos a levar A Derradeira Ceia de Luis Marinho, ensaiada e dirigida por Wilson Maux era um diretor paraibano que chegou a ser assistente de direção de Menino de Engenho. Wilson Maux, veio para Sergipe a convite do governo de Seixas Dórea, através do MCP (Movimento de Cultura Popular), órgão da Secretaria de Educação, criado por iniciativa do secretário Luiz Rabelo Leite e extinto pelo Golpe Militar. Nesse momento a profa. Aglaé era muito jovem seu marido Alencar Filho botaram aqui “Eles não usam Black Taime”, quer dizer havia toda uma existência cultural e você imagine que nós estamos falando de uma cidade pequena, um pouco maior do que Lagarto. Então isso, de uma certa forma criava para a juventude um gosto pelos estudos, pela política, a própria presença da Caravana da Cultura de Pascoal Carlos Magno, aqui na Praça Fausto Cardoso, levando espetáculos de cultura, vendendo livros a preços populares, espetáculos como Três vezes Favelas, isso era um acontecimento e mexia e bulia com a cabeça de toda uma juventude. Inquieto, Pascoal Carlos Magno criou e incentivou os festivais regionais e nacionais de teatro. Os festivais regionais aconteciam no mês de julho dos anos ímpares e o festival nacional, no ano par, no mês de janeiro, no Rio de Janeiro, reunindo os vencedores dos festivais regionais. Aquela foto é de nossa apresentação no Teatro Santa Rosa em julho de 1967 em João Pessoa com a peça “Recital Sem Opus”. Então havia um efervescência cultural Luciano, que fazia com que todos se envolvessem. A peça tinha autoria de João Costa com a participação de orientação e direção de Orlando Vieira, que era artista de cinema, hoje com mais de 80 anos, na época ali em plena vitalidade na foto, tinha 40 anos, naquela foto dois já se foram não sei como vai ser essa regra. A música era de Luiz Antônio Barreto, éramos o Teatro de Cultura Artística de Sergipe com a participação de Orlando Vieira, Antônio Joaquim Filho, Chico Varella, eu e Luiz Antônio Barreto, os músicos eram Edgar Silveira, Paulo Amálcara e Sérgio Boto. No CPC o governador era Seixas Dórea, o Secretário de Educação era o Prof. Luis Rabelo Leite, não sei se por influência da Profa. Aglaé e do Prof. Alencar Filho criaram o Movimento de Cultura Popular do Estado. Havia o método Paulo Freire que em Sergipe começou a recrutar os monitores, que eles não chamavam de professores e iam aplicar no Estado de Sergipe o método Paulo Freire. Eu era muito jovem havia uma produção cultural muito grande. No país e nessa cidade que era muito pequena; Aracaju veio a crescer depois de 1968, a partir da

Petrobrás que é quem faz essa mudança brutal na geografia urbana de Aracaju, que permitiu esses avanços nesses prédios e são essas empresas que vieram acompanhando a Petrobrás. Depois disso Aracaju não se tornou um centro de excelência de ensino, mas sim um grande centro de ensino, hoje Aracaju é uma cidade que é objeto de estudo de todas as cidades do nordeste baiano de Ribeira do Pombal, Cícero Dantas, Paulo Afonso esse povo todo praticamente vive mais aqui, tem comunicação com toda Aracaju do que com a Bahia a própria Salvador. (J.A.G.da S.).

Aqui o entrevistado fala de suas influências ideológicas e culturais sofridas ao longo de toda a sua formação destacando personalidades que lhe marcaram, dentre as quais destacamos o nome do Prof. Luiz Antonio Barreto, também citado pelo ex-prefeito José Carlos Mesquita Teixeira.

### **3.2.5 Entrevista ao Vivo com o Vice-Prefeito de Marcelo Déda Chagas**

A notável habilidade discursiva e cognitiva do Ex-Prefeito Marcelo Déda Chagas parecia-nos material por excelência para ACD, na perspectiva de Dijk (2012), onde encontraríamos a presença do poder político como uma ideologia democrática: “Assim, o processamento de informações políticas é frequentemente uma forma de processamento discursivo, também porque boa parte da ação e da participação política é realizada pelo discurso e pela comunicação (DIJK, 2012, p.197)”.

A coleta de dados empíricos da investigação que fundamenta esta Dissertação de Mestrado concentrou-se durante o ano de 2013, período que coincidiu com a intensificação do tratamento de saúde do então Governador do Estado de Sergipe Marcelo Déda Chagas, ficando inviável o agendamento e a realização de entrevistas. O marco temporal da pesquisa alcança sua gestão como Prefeito de Aracaju de 2001 a 2002, uma vez que a partir de 2003 a literatura nacional já cobre o desenvolvimento da questão da democracia escolar na rede pública municipal de Aracaju, através de Paro (2011b).

Considerando que o seu vice-prefeito eleito Edvaldo Nogueira Filho, foi acessível e disponível diante dos objetivos da pesquisa, procedemos a entrevista com ele, pessoalmente, gravando e transcrevendo-a, com sua autorização.

“Fale da sua trajetória política: você sempre foi do PCdoB ou começou o seu projeto político com outros partidos políticos?”

Não, eu sou do PC do B em toda a minha trajetória política! Eu entrei no PC do B desde 1981, 23 de junho de 1981 e até hoje milito e sou filiado ao PC do B; portanto, são 32 anos de militância que eu tenho nesse Partido. Claro que a minha trajetória política, ela começa na Universidade Federal de Sergipe; eu entrei no curso de Medicina em 1979, participei da equipe de Dr. Teles, eu tinha planejado toda minha carreira... queria ser cirurgião cardíaco, trabalhei durante 03 anos na equipe de Dr. Zé Teles de Mendonça e me deparei obviamente na Universidade com o movimento estudantil! A partir daí passei a fazer reflexões, comecei a participar do movimento estudantil, fui secretário geral do DCE, depois presidente do DCE, gestão 1983 e 1984... Então, a partir do momento de redemocratização, a luta contra a ditadura me absorveu de maneira tão profunda, que eu larguei Medicina no 5º ano e fiquei militante no PCdoB que era um partido clandestino, ilegal, proibido, um partido que não poderia aparecer... O Brasil vivia uma ditadura, Arena, PMDB e PDS eram os partidos permitidos. Eu então iniciei minha militância política em 1981. Formalmente, naquela época, chamava recrutamento, eu me filiei ao PC do B e permaneço até hoje; fui presidente do DCE, depois coordenei junto com outros companheiros a Campanha das Diretas, pois em 1985 com a redemocratização e a 1ª eleição de prefeito da capital, participei ativamente na campanha de Jackson Barreto para prefeitura de Aracaju. Como militante já filiado ao PC do B, dirigente do PC do B, na época, depois fui candidato a vereador; fui eleito vereador em 1988, reeleito em 1988-1992, em 1996 não concorri as eleições fiquei sem mandato de 1996 até 2000, depois fui eleito vice-prefeito de Aracaju, junto com Déda em 2000, em 2004 reeleito assumi a prefeitura com a renúncia de Déda para ser candidato a governo do Estado e me reelegi prefeito em 2008, terminando o meu mandato ano passado na prefeitura de Aracaju. A minha trajetória política foi sempre no mesmo partido desde a minha origem aos 21 anos; estou com 52 anos e são 32 anos (irão completar agora em 23 de junho) de militância no PCdoB. (E.N.F.).

Em seu discurso o ex-vice-prefeito Edvaldo Nogueira revela sua trajetória de vida em que buscava inicialmente pela Universidade, via movimento estudantil e depois pelo partido político, ainda ilegal, a influência simbólica sobre grupos para o enfrentamento do domínio socioeconômico dos mais fracos, avançando rumo ao exercício e manutenção do poder via cargos políticos (vereador, vice-prefeito, depois prefeito).

“O município de Aracaju, através do Estatuto do Magistério de 1985, com o Prefeito José Carlos Teixeira, inovou o provimento de cargos de direção das escolas, instituindo as eleições diretas para diretores. Esse modelo de eleições possibilitou a construção de uma nova política democrática?”

Eu acho que sim. Naquele momento foi importante os 02 aspectos que foram colocados na prefeitura de Aracaju, pelo então prefeito José Carlos Teixeira, que apesar da curta duração do seu mandato, ele foi um mandato tampão, basicamente 09 meses no máximo, ele fez e inovou em alguns aspectos e dentre eles está a gestão democrática, instituindo o cargo de provimento para diretores que até não tinha diretor de escolas, era uma tarefa dos professores.

Ele instituiu o provimento ou um salário, uma remuneração adequada para que o ocupante do cargo pudesse exercer com mais tranquilidade a sua função e instituiu também as eleições que marcou, que até então a marca era a indicação e, muitas vezes indicação de gestão era meramente política, troca de indicação de diretores de escolas por apoio político ou por outros critérios que, na maioria das vezes, não eram os melhores. Primeiro que com a eleição democratiza, coloca a comunidade para participar do processo e em 2º lugar você cria um critério mais justo de participação na gestão escolar. Então eu considero que foi um fato muito importante o início da democratização na gestão escolar e até da melhoria da gestão escolar, obviamente que o processo tem elementos que precisam ser melhorados, mas foi um passo que eu considero muito importante dado pelo prefeito José Carlos em 1985 e depois continuado por Jackson Barreto, na época em que assumiu a prefeitura em janeiro de 1986. (E.N.F.).

Seu reconhecimento do mérito das eleições escolares como capaz de superar vícios instalados como clientelismo e uma administração de arbítrios, é ímpar no universo pesquisado, destacando-se dos demais sujeitos que ficavam na periferia das questões enfatizando a positividade do processo ou do ordenamento democrático de modo abstrato. Ele entrou no pomo da discórdia.

“Percebemos que o modelo de gestão democrática nas escolas tem passado por avanços no âmbito nacional, especialmente quanto à participação das comunidades escolares. Qual sua visão para que esse processo continue sendo desenvolvido nas escolas municipais de Aracaju?”

Eu considero que nós vivemos uma experiência importante, mas essa experiência merece uma reflexão e obviamente, algumas mudanças impõem-se para que ela consiga dar o salto necessário. Então eu considero muito importante, como eu já disse a eleição direta para diretores das escolas, a chamada gestão democrática, onde os alunos, os professores e os pais participam do processo de escolha. Eu acho que nós demos um passo também muito importante quando criamos os Conselhos Escolares que ajudam, que são instrumentos de elaboração da política escolar e também um instrumento de fiscalização da ação, mas eu acho que esse processo merece avanços e aperfeiçoamentos. O 1º avanço que eu considero é que além da eleição direta de diretores de escola que deve continuar, embora que já tenha tido um retrocesso nesse período de 2013, uma mudança que houve já aprovada pela Câmara Municipal de Aracaju, nesse campo, eu acho que foi um retrocesso, mas precisa que a gente também qualifique melhor os diretores... Eu acho que uma política de qualificação merece ser introduzida... Não acho que deve ser eleição pura e simples, deve haver um eleição... mas deve haver critérios para que o professor possa se candidatar, critérios como curso de gestão, participar de experiência em gestão escolar, enfim, acho que merece que seja agregado porque hoje ainda, pelo menos, até quando eu estava na prefeitura, não tinham esses critérios, não eram muitos, qualquer pessoa poderia se candidatar! Eu acho que deve haver uma

melhoria! Nesse sentido ou seja que os candidatos possam já ter uma experiência ou pelos menos uma formação em administração escolar. A 2ª questão que eu considero importante é que deve haver cada vez mais o envolvimento da comunidade escolar e a participação da comunidade escolar cada vez mais livre, tanto dos professores, dos alunos e também dos pais dos alunos. Eu acho que esse conjunto de atores deve ser envolvido diretamente, na gestão escolar. Óbvio que a parte técnica, o desenvolvimento dos currículos, as questões são feitas aos professores, mas a comunidade enfim deve participar como uma espécie de fiscalizador da gestão democrática da escola e considero que essa inovação que nós introduzimos na prefeitura de Aracaju, que são os Conselhos Escolares que hoje no Brasil já existe em muitas cidades. Nas escolas os Conselhos Escolares são fundamentais; nós precisamos dar muitos poderes, autonomia para que esses Conselhos sejam fiscalizadores das escolas. Agora eu chamo a atenção para algo que eu considero muito importante e que nós fizemos esse trabalho na Prefeitura de Aracaju, a partir de 2006 tem que ter um Plano Municipal de Educação! Nós começamos a elaborar os currículos escolares, as diretrizes da escola, o Plano Municipal de Educação que eu acho que devia ser atualizado de 04 em 04 anos, ter um planejamento por 04 anos, a cada mandato que se inicia você tem um planejamento e as escolas devem ser submetidas, porque uma coisa que eu considero que não pode ter, é relativo ao anacronismo, que é a escola, porque tem uma direção eleita, democrática e autônoma, ela não pode fazer diferente do Plano Geral de Educação, então essa relação entre unidade escolar e o planejamento geral da Secretaria deve ser cada vez mais colocado em prática. Eu considero esse elemento muito importante, do ponto de vista da gestão democrática. A gestão democrática significa a possibilidade da participação das escolas na formação dos planos escolares, mas não pode ser uma maneira da escola não cumprir aquilo que está sendo determinado pela direção ou seja aquilo que é a política geral do município, a política central do município, então eu acho que esse equilíbrio merece ser discutido e incorporado no futuro para que as escolas e a gestão democrática possam permanecer e possam dar os resultados que a gente tanto quer. (E.N.F.).

Mais uma vez, o sujeito da pesquisa toca no fulcro da questão e defende a democracia escolar, inclusive as eleições diretas, apresentando sugestões e critérios, sem perder de vista as relações do macro e micro sistemas e discutindo a amplitude da autonomia da gestão escolar. Ora transparece estar equivocado quanto à questão histórica da implantação dos Conselhos Escolares, mas por outro lado pode estar se referindo exatamente à história dos avanços da educação municipal, independentemente dos sujeitos que vêm desempenhando os cargos de poder político.

“Em 1997 registra-se, conforme Graça (2000), a suspensão das eleições diretas para diretores, através do Acórdão nº 151/1997, declarando inconstitucionalidade das eleições. Em seguida foi instalado os Comitês Comunitários (Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997), inserindo a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de forma representativa. Essa substituição passou a contribuir no modelo de gestão democrática?”

Olha, eu acho, eu inclusive na época era vereador, quando houve a suspensão da gestão democrática, eu não concordo, eu acho que foi um ato arbitrário da prefeitura, na época, um ato antidemocrático, porque obviamente eu não considero com essa história de inconstitucionalidade da gestão democrática, eu não concordo com essa tese, ela é constitucional foi uma lei municipal elaborada, não tinha sentido falar em inconstitucionalidade da lei o que houve foi uma política na época da prefeitura de ser contrária, o prefeito que assumiu que colocou e entrou na justiça contra as eleições, ele era contrário à gestão democrática e o que é um fato lamentável, foi muito ruim para a cidade de Aracaju, aquele período. Felizmente, quando nós chegamos à prefeitura de Aracaju no ano de 2000-2001 com Déda nós restituímos a eleição e voltou inclusive a funcionar a gestão democrática, obviamente que tinha ainda algumas distorções, a eleição muitas vezes era carregada de distorções, mas é preciso você não atrapalhar o processo, porque teve um problema aqui e outro ali das questões eleitorais; mas, assim eu acho apesar de ter sido um ato antidemocrático, em acabar com as eleições, o Conselho Comunitário Escolar foi importante. É isso que eu acho também, Luciano, porque ele contribuiu que um novo setor entrasse na gestão democrática que nós incorporamos em 2000, ou seja a eleição passou a ter a participação dos pais de alunos e quando nós instituímos o Conselho Escolar, essa inovação implantada em 1997 foi importante porque a partir daí a comunidade dos pais de alunos passou a ter uma voz maior na gestão das escolas, via Conselho Escolar.(E.N.F).

Aqui já se percebe o compromisso o ex-prefeito com sua proposta, de modo que ideologicamente justifica a omissão da função de Diretor vez que se fala agora de Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico e Coordenador Administrativo, revelando uma fuga simbólica do termo Diretor, reafirma seu equívoco simbólico como criador do Conselho Escolar, já demonstrado que fora criado em 1990, sob a ênfase da positividade da participação do segmento comunitário via pais de alunos.

“Quando falamos em educação, é inevitável falar de gestão educacional que responde pela viabilização políticas públicas e de uma qualidade nos serviços ofertados à população.O Que você destaca no processo educativo, em termos de qualidade educacional, durante a sua gestão?”

Olha, eu considero que nós demos o grande salto na educação, no município de Aracaju nesses 12 anos, porque nós voltamos à gestão democrática e 2º porque nos aperfeiçoamos a gestão democrática, com a introdução dos Conselhos Escolares, 3º porque nós e ai já na minha gestão a partir de 2006, nós conseguimos unificar todos os conteúdos curriculares da prefeitura de Aracaju, que não tinha um currículo unificado. Você tinha as escolas tinha um currículo básico, era muito pequeno e as escolas podiam ao seu bel prazer desenvolver, nós conseguimos a partir da presença da Universidade, discutimos com a Universidade, os professores fizemos um seminário e criamos uma comissão e conseguimos fazer um Plano Educacional do ponto

de vista dos currículos escolares que melhorou a qualidade, damos ao aluno uma uniformidade ou seja o aluno da 1ª série de uma escola A, ele tinha o mesmo conteúdo do aluno da escola B, C, que antes não tinha, variava muito os conteúdos educacionais de escola para escola, então isso deu uma uniformidade você dá uma maneira do aluno ele ter conteúdo de aprender conteúdos. 2ª questão agente criou o programa direito de aprender, que nós fixamos e fizemos muita ação na ideia de que o aluno precisa aprender na escola, a escola precisa ter conteúdos que leve o aluno a avançar do ponto de vista do seu conhecimento, então foi outro elemento muito importante a valorização dos professores, a política salarial que nós desenvolvemos na prefeitura de Aracaju, também valorizando o professor e o servidor da educação e também a melhoria na sala de aula nesses 06 anos que passei na frente da prefeitura, nós reformamos 21 escolas e colocamos o novo modelo de escola inclusive com computador, nós distribuimos 10.000 computadores para os alunos, introduzimos métodos modernos de educação e o próprio material escolar que antes ele era também disperso, nós fizemos um convênio com o Colégio Positivo e o material até o ano passado obviamente quando eu sai da prefeitura era o material do Colégio Positivo, que dava uma unidade de conhecimento na prefeitura de Aracaju, então eu acho que nós conseguimos atacar os 03 pontos: Melhoramos a gestão escolar, melhoramos o salário dos servidores, demos condições as escolas melhorando a estrutura física e os meios de aprendizagem, modernizado com a escola tecnológica, computadores, laboratórios nas escolas e a unificação do currículo e o material do Positivo e também ano passado distribuimos fardamento com os alunos de baixo poder aquisitivo, sendo uma forma de valorizar o aluno. (E.N.F.).

“Em 06 de dezembro de 1988 a Lei nº 1.430, criou o Conselho Municipal de Educação (CONMEA), com a finalidade de estudar, planejar e orientar as atividades relacionadas com o Sistema Municipal de Educação, só vindo a ser instalado em 1989. Qual a influência do CONMEA no processo da gestão educacional?”

Olha uma influência positiva porque o CONMEA ele é um órgão que tem sido muito importante na discussão das políticas educacionais no município de Aracaju, desde a sua instalação estão lá presentes, os gestores escolares do município e personalidades, membros de entidades que são afeitas no processo educacional e que dão a sua colaboração e contribuição da política municipal de educação. (E.N.F.).

“Da Secretaria Municipal de Educação espera-se contribuição para a educação de qualidade social para as diversas camadas sociais na perspectiva da cidadania. Qual projeto político foi executado em seu período, visando uma interação entre escola, alunos e comunidade?”



Olha nós fizemos um projeto que eu acho muito interessante, que foi chamado Escola Aberta. Era a escola que se abria para que a comunidade pudesse participar nos finais de semana, a escola ficava aberta as quadras podiam ser utilizadas, obviamente que agendado com responsabilidade, mas a escola ficava aberta para que as pessoas pudessem participar do dia a dia da escola, então foi um projeto que deu muito certo em muitas escolas. Obviamente não em 100% das escolas, foi possível fazer, mas onde foi feito, houve um resultado muito interessante e que diminuiu a depredação das escolas, a comunidade tomava mais cuidado com a escola e essa Escola Aberta ajudou a participação da comunidade na gestão escolar, mesmo os pais de alunos na gestão escolar, aquilo que eu falei que considero muito importante que foi os Conselhos Escolares, eles são um instrumento muito importante da interação aluno, escola e comunidade. (E.N.F.).

“A rede municipal de ensino tem sido modificada nos processos de gestão das eleições municipais. A Lei nº 3.075 de 30 de dezembro de 2002, dispõe sobre a gestão democrática da Rede de Ensino do Município de Aracaju, com a criação de uma equipe de uma coordenação envolvendo o geral, o administrativo e o pedagógico, excluindo a presença do diretor. Esse modelo de gestão exclui necessariamente o diretor ou a coordenação pode assumir a figura do diretor? Qual sua opinião?”

A minha opinião e a prática dos anos que eu passei na prefeitura de Aracaju como prefeito e vice-prefeito. O Coordenador Geral, ele era o Diretor da escola, ele assumia essa função eu acho que saiu apenas a palavra Diretor, mas o Coordenador Geral, ele assumiu a função do Diretor, o principal responsável pelas ações da escola, inclusive em algumas escolas não tinha os três, isso variava, tem escola que só tem dois porque o tamanho da escola, mas em todas tem o Coordenador Geral que é o principal responsável, o Geral é o Diretor da escola mudou apenas a nomenclatura na minha opinião, mas a ação do Coordenador Geral é a ação do Diretor da escola, inclusive na própria escola o Coordenador Geral era quem comandava a chapa na escola quando tinha eleição para Coordenador Geral e Pedagógico. O Coordenador Geral era quem é votado, era o 1º e ele tinha as funções do Diretor foi uma mudança nesse aspecto de nomenclatura, agora o que as outras coordenações eram importantes, você tinha uma divisão de tarefas, o Diretor era o faz tudo na escola, você criando o Diretor Administrativo, a parte administrativa, gerencial da escola as tarefas são divididas e ele tem mais tempo para o planejamento e para ver a escola de uma maneira global e obviamente, ele cobria as tarefas do Coordenador Administrativo e Pedagógico, tem um avanço, mas não acabou a figura do Diretor, o Diretor Clássico continua sendo o Coordenador Geral. (E.N.F.).

Conforme já comentado, não ficou explicada essa mudança no nível do discurso das palavras Diretor e Vice-Diretor pelas expressões Coordenador Geral, Coordenador Administrativo e Coordenador Pedagógico. No nível da representação simbólica tudo leva a indicar um novo retrocesso em termos de reprodução da fragmentação e da ampliação de

cargos do poder político, são novas funções políticas, representando tanto quanto o Acórdão nº 151/1997, um abuso de poder nesse micronível de organização social.

Esse percurso pelas ideias desenvolvidas entre os sujeitos da pesquisa durante as entrevistas, evidenciou que José Carlos Mesquita Teixeira mostrou de forma mais contundente o compromisso com as eleições diretas para diretores escolares, através da sua inserção no Estatuto do Magistério de 1985 e incentivando a participação dos professores no desenvolvimento ou concretização dessa prática democrática. Posteriormente a Secretária de Educação Iara Maria Campelo Lima, representando a gestão de Jackson Barreto de Lima, enfatizou a importância da gestão colegiada, como um exercício de construção, caracterizando dificuldades nas escolas como uma desordem democrática com a justificativa de ser um processo cultural a ser exercitado.

O próximo gestor, José Almeida Lima, enfocou as eleições escolares como um modismo do período dos anos de 1980, período de abertura democrática, destacando que as eleições diretas para diretores em Aracaju, não atendeu a qualquer objetivo pedagógico no aspecto da educação neste município, razão pela qual não era favorável às eleições diretas de Diretores nas instituições escolares. O seguinte administrador, João Augusto Gama da Silva, que voltou a concretizar a indicação do Diretor Escolar pelo prefeito, por força do Acórdão 151/1997, que impediu a realização das eleições diretas, enfatizou a criação dos Comitês Comunitários que estava direcionado ao PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola para Educação Básica), como uma medida encontrada para a participação comunitária via eleições de um colegiado coadjuvante da gestão escolar.

O último gestor desse período abordado o Vice-Prefeito Edvaldo Nogueira Filho, em nome da gestão de então Prefeito Marcelo Deda Chagas, considerou importante a execução das eleições diretas para diretores de escolas do município de Aracaju, valorizando a gestão democrática com a participação de alunos, professores e pais de alunos na construção desse processo; considerou o Acórdão 151/1997 um ato arbitrário que partiu da tese da prefeitura de Aracaju de inconstitucionalidade das eleições diretas, geradora do retrocesso para a forma do prefeito indicar cargos para a função de diretor, com perspectivas de uma política em que o abuso de poder passa a prevalecer nas instituições escolares do município de Aracaju. Em sua fala, esse mesmo sujeito da pesquisa fala de uma alteração introduzida no modelo de gestão das escolas municipais que incorre no mesmo abuso de poder, pois ignora os cargos consagrados nas escolas não só de Sergipe como do Brasil e do mundo de Direção e introduz

mais uma fragmentação eivada de clientelismo: coordenações geral, administrativa e pedagógica, representando uma “negação do racismo”, na concepção de Dijk (2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta Dissertação de Mestrado em Educação, na linha de pesquisa Educação e Formação Docente, após o desenvolvimento da trajetória teórico-metodológica aqui descrita, passamos a tecer algumas considerações em torno do objeto de estudo (re)construído via investigação qualitativa, de modo a alcançar os objetivos a que nos propusemos e contribuir para o acúmulo da produção acadêmica *stricto sensu* desse PPED (Programa de Pós-Graduação em Educação) da UNIT, em especial sobre formação docente e gestão educacional.

O modelo de gestão da educação municipal de Aracaju, no período de 1993 a 2002, foi o objeto de estudo (re)construído durante a pesquisa que embasa esta Dissertação, por corresponder à significativa lacuna na produção do conhecimento nessa área, considerada a literatura local, regional e nacional, ouvidos os respectivos prefeitos (intenção inicial exclusiva) ou seus representantes (vice-prefeitos ou secretária de educação em contextos circunstanciais específicos). Impôs-se também a consulta ao prefeito de 1985, autor da inclusão do dispositivo da eleição direta para direção de escolas municipais no Estatuto do Magistério da Prefeitura Municipal de Aracaju, assim como a retomada de documentos legais que regularam a democratização da escolha de gestores escolares anteriores ao período delimitado, isto considerando a dialética passado, presente e futuro, de modo a assegurar a efetiva compreensão do objeto de estudo.

Uma das nossas hipóteses, formulada na Introdução, é confirmada na pesquisa empírica no sentido de que a lacuna na produção do conhecimento referente ao período delimitado corresponde a transformações ocorridas na concepção e prática de gestão desde sua implantação na perspectiva democrática, não se configurando necessariamente como avanço, uma vez que se retorna ao modelo de nomeações políticas e, mesmo depois, quando se passa a falar de eleição de uma equipe de coordenadores, como redemocratização da gestão, é visível a fragmentação entre o pedagógico e o administrativo na administração das escolas. A fuga semântica da palavra Direção tem implicações na prática da gestão, pois a direção, como um componente hegemônico, implica mais que o aparato estatal e legal,

alcançando o componente intelectual e moral, não reduzida à função de Diretor, conforme ditames do Estado Neoliberal, a funções de controle e regulação.

Constatamos, através da investigação analítica discursiva (DIJK, 2012), nos discursos escritos e orais dos sujeitos, que pouco se relaciona a qualidade substantiva da educação básica com a formação dos docentes e o exercício da gestão democrática, esta entendida como um movimento que, embora se consolide nos dispositivos legais, encontra barreiras para sua aplicabilidade nos poderes constituídos, nos políticos, gestores e, muitas vezes, nos próprios professores com visão focada em aspectos do poder pelo poder, nos aspectos da dominação em detrimento da efetiva socialização da cultura, função social básica da escola. Constatamos ainda que tem razão Paro (2011a) ao afirmar que dos grupos dominantes não se pode esperar iniciativa de transformação em favor das camadas dominadas, pois o que a Análise Crítica de Discurso nos demonstrou, predominantemente, foi o abuso do poder por parte das autoridades, acompanhada da “negação do racismo”, via textos orais, sem a contrapartida da cobrança da sociedade, sem a pressão por parte dos interessados, inclusive dos próprios professores. Nesse sentido podemos afirmar que se tratou sempre de um movimento de cima para baixo; das elites simbólicas para as massas que constituem as comunidades escolares.

Como o objetivo geral da pesquisa foi contribuir para a superação da ruptura na memória histórica da educação do município de Aracaju, no que se refere à democratização da gestão escolar, esperamos que esta Dissertação, baseada em um estudo de caso, que considerou as relações macro e micro estruturais que represente ponto de partida para novos estudos que possam repercutir em verdadeiros avanços na busca de um modelo de gestão educacional efetivamente democrático para que venha a estar comprometido com a qualidade social da educação básica da maioria da população de Aracaju e discutida na base do sistema municipal de educação, representada pelas escolas. Quanto aos objetivos específicos também consideramos tê-los alcançados quando discorreremos no capítulo 03.

O material fundante das nossas análises e considerações finais reside nas entrevistas semiestruturadas, aprofundadas, com executivos municipais ou seus representantes, tratadas com o maior esmero e ética à luz do marco teórico exposto. Muitas vezes nos perguntamos se devíamos omitir os nomes dos sujeitos, mas por tratarem-se de homens públicos, cujos atos, discursos e decisões ficaram consubstanciados em Leis, Decretos e Resoluções e Acórdão com suas assinaturas, divulgados na mídia local e nacional, não haveria como mantê-los no anonimato. A história é construída por sujeitos concretos em circunstâncias dadas e conforme suas ideologias.

A conjuntura nacional e local, descrita na Introdução, referente ao período 1993 a 2002, foi aquela que se seguiu ao período das Diretas Já, quando se reclamava eleições diretas em todas as instâncias (desde Diretores de escolas até para Presidente da República), e emergiram os partidos políticos. Aqui destacamos na pesquisa o papel do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse período houve de fato um despertar para o potencial da escola, como difusora da cultura, instrumento de democratização, viabilizadora de mudanças sociais.

Assim, também confirmamos nossa outra hipótese de trabalho de que a partir de 1985 desenvolveu-se no município de Aracaju a gestão democrática das escolas municipais como uma ideologia de grupos que assumiram o Executivo Municipal, elites simbólicas na linguagem de Dijk (2012), cuja matriz encontra-se enraizada na história política dos mesmos, diferenciando-se em dados momentos por injunções históricas e suas particulares idiosincrasias.

Os prefeitos do período delimitado na pesquisa conviveram com o Plano Real, com a implantação dos programas de transferência de renda (a exemplo do Bolsa Escola, Vale Gás e Bolsa Alimentação), privatizações em setores como: telecomunicações, distribuição de energia elétrica, mineração e financeiro, a desvalorização do real em 1999, a implementação da Advocacia Geral da União, a Lei de Responsabilidade Fiscal, do Ministério da Defesa e a implantação do PROER - Programa de Restruturação do Sistema Financeiro Brasileiro. Somente em 2001 as caravanas da cidadania são retomadas com a nova candidatura de Lula que foi eleito em 2002, permanecendo no Governo até 2010.

Nesse período foram evidentes os sinais de esgotamento do modelo político-econômico de desenvolvimento fordista e a mudança qualitativa da base técnica do processo produtivo, com seus impactos no conteúdo, na divisão e quantidade de trabalho, bem como na qualificação para este trabalho ou nova realidade, com suas repercussões sobre a formação via educação escolar. A contradição capital-trabalho assumia novas especificidades como por exemplo: o capital partia para reconversão tecnológica, organização empresarial, combinação das forças de trabalho e estruturas financeiras; as empresas abandonavam os espaços em que a classe trabalhadora era mais organizada e historicamente vinha acumulando a conquista de direitos, localizando-se preferencialmente em cidades ou áreas em que ainda era incipiente a organização política dos trabalhadores.

Altos eram os custos sociais e humanos da retomada dos excludentes mecanismos do mercado, ou seja da alternativa neoliberal, tais como: crescimento da miséria absoluta, fome,

violência, doenças endêmicas, desemprego e subemprego estrutural, mais alarmantes na América Latina e Terceiro Mundo. Seus efeitos mais cruéis incidiam brutalmente nos países do Hemisfério Sul, como afirma Frigotto (1995), devido ao fato de que o mercado mundial, com a crise do fordismo, desorganizava-se, acirrando-se a luta intercapitalista, a busca de reordenamento e regionalização do capitalismo para a partilha do mundo. No Brasil, a dívida externa e o correspondente pagamento de juros inviabilizavam as políticas de retomada do desenvolvimento, dilapidando a tal ponto o fundo público que impossibilitava a manutenção dos serviços que são direitos dos cidadãos: saúde, educação, seguro desemprego, etc..

Diante dessa crise, os partidos políticos progressistas apontavam para as teorias da participação democrática dos sujeitos sociais (coletivos) concretos, grupos e movimentos sociais, sem desconsiderar o papel das classes sociais fundamentais, para junção de forças com vistas à positividade engendrada pela própria crise resultante do colapso do modelo de desenvolvimento que serviu de resposta à Grande Depressão do final da década de 20: modelo keynesiano, do Estado de Bem-Estar Social ou Estado-Previdência, modelo fordista. A perspectiva que inspirava as propostas de transformação ainda era o socialismo, cuja forma histórica seria construída pelos homens concretos.

Os novos dilemas colocados particularmente para a Educação, considerado o projeto da burguesia (com sua visão parcial de análise da realidade) e os antagônicos interesses dos trabalhadores (que vêm na escola, instituições e movimentos sociais, espaços de luta hegemônica), tinham gerado uma atitude de perplexidade nos educadores, tanto no que se refere a um projeto alternativo de sociedade, inclusive referente às relações de produção, como a uma proposta político-pedagógica de escola pública e, também, à superação da crônica dualidade estrutural do sistema de ensino: educação geral versus ensino profissionalizante, como demonstra Bezerra (2007).

A passagem do modelo fordista para o novo paradigma de produção, *especialização flexível*, traz consigo a marca fundamental do modo capitalista de produção da existência, qual seja a lógica da exclusão. Elevam-se, portanto, os custos humanos como desemprego estrutural, emprego precário e produção de cidadãos de segunda classe, além de enfraquecer-se o poder sindical. A partir dessa nova base científico-técnica, os empresários começavam a demandar nova contribuição dos sistemas educativos, pois que já têm clareza de que o baixo nível de escolaridade de amplas camadas da população representa obstáculo à reprodução ampliada do capital. Essas posturas político-práticas fundam-se na tese do **Estado mínimo** e na descentralização autoritária. “*Estado mínimo significa o Estado máximo a serviço dos*

*interesses do capital” (FRIGOTTO, 1995, p.163).* Desse modo, o verdadeiro embate centrava-se em torno do controle democrático do fundo público e da nova função social da educação.

O que de fato percebemos é que a gestão democrática sempre esteve na PMA, nas mãos de uma elite simbólica, entendida por Dijk (2012) como escritores, intelectuais, atores políticos e os próprios partidos políticos, como intelectuais coletivos na linguagem gramsciana, e não no seio da comunidade escolar propriamente dita, tanto é que os nomes destacados pelos sujeitos da pesquisa são representantes dessas elites, intelectuais progressistas, e não sequer, do magistério municipal propriamente dito.

Ficou evidente também que no período delimitado o modelo de gestão democrática escolar implantado progressivamente desde 1985, pela elite simbólica aqui abordada através de alguns de seus ícones, começou a sofrer significativas deformações a partir de 1994, por abuso de poder, distanciando-se cada vez mais do modelo e ideologia de origem, assumindo marcas da fragmentação e da regulação do Estado Neoliberal, mantido o discurso da “negação do racismo” de que fala Dijk (2012).

Desse modo, em meio aos avanços e retrocessos advindos das mudanças de administração municipal, foi reintroduzida na gestão escolar a fragmentação ainda influenciada por modelos empresariais de organização do trabalho ditos superados (fordista-taylorista) e por valores neoliberais (individualismo, competição, exclusão, centralização, etc.), agora em nome de um processo coletivo de participação, de eleição, que poderá vir a legitimar o modelo de administração clientelista, patriarcalista e de arbítrio contra o qual vínhamos lutando ao longo dos anos, com a progressiva perda de autonomia dos sujeitos individuais e da instituição escola.

Quanto à metáfora da “negação do racismo” cabe explicitar que se trata de uma estratégia de falantes e escritores que lidam com formas de gerenciamento de imagens, que consiste em alegar que nada disseram de errado intencionalmente a respeito de um tema, embora como esclarece Dijk (2012) sua fala seja claramente tendenciosa, racista, incoerente com os valores gerais de intolerância.

## **REFERÊNCIAS**

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo, pref. Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Pt: Edições 70/LDA, 2007.

BASTOS, João Baptista (org). **Gestão democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A : SEPE, 2002, 144 p.

BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. Trad. Natanael C. Caxeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Gestão democrática da construção de uma proposta curricular no ensino público: a experiência de Aracaju**. Maceió: EDUFAL, 2007. 240 p.

BRAGA, Ryon; MONTEIRO, Carlos A. **Planejamento estratégico sistêmico para instituições de ensino**. São Paulo: Hoper, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Editora do Brasil S/A. 1996.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**. Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos I**. Disponível em: < <http://pt.shvoong.com/books/guidance/1786905-investiga%C3%A7%C3%A3o-qualitativa-em-educa%C3%A7%C3%A3o-uma/> Acesso em 22 de dez.2010.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro. Campus, 2003.

COLOMBO, Sônia Simões. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre. Artemed, 2004.

\_\_\_\_\_, Sônia Simões. Planejamento estratégico. In: COLOMBO, Sônia Simões. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre. Artemed, 2004.

COLOMBO, Paulo Heitor. Gestão da qualidade no sistema institucional de ensino. In: COLOMBO, Sônia Simões. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre. Artemed, 2004.



- CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade.** São Cristóvão: Editora -Ufs/Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. v. 500. 388p.
- DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder.** DIJK, Teun A. van; HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina, (Orgs). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DALBERIO, Maria Célia Borges. **Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade.** São Paulo: Paulus, 2009.
- FORTUNATI, José. **Gestão da educação pública: caminhos e desafios.** Porto Alegre. Artemed, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Prison notebooks.** New York: Longman, 1971.
- GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana. **Catálogo das escolas municipais de Aracaju.** Aracaju, SE: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2000.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LARANJA, Mirza. Discutindo a gestão de ensino básico. In: COLOMBO, Sonia Simões. [et al.]. **Gestão educacional: uma nova visão.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LIMA, Zilma Elma Melo. **Organização do trabalho pedagógico.** Aracaju, SE: Unit, 2007. 88 p.
- LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAIA, Graziela Z. A. As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** v. 24, n. 1, p. 31-50, Porto Alegre, 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. (trad.) de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. – **Administração escolar**: introdução crítica. 10. ed – São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_ **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_ **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001. In; Paro, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_ **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011b.

\_\_\_\_ **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração colegiada na escola**. 2. ed. Campinas – SP. Papyrus 1992.

PILETTI, Claudino; PILETTI Nelson. **História da educação**. 7. ed. São Paulo: Ática. 1997.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Ángeli I. Perez. **Comprender y transformar la enseñanza**. Madrid: Ediciones Morata, 1985

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 8. ed.rev. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SEMED/PMA. **Política da educação municipal** – 1989-1992: documento definido no II Congresso Municipal de Educação. Aracaju: 1989.

SEMED/PMA. **Relatório 1989/1992**: realizações Wellington Paixão. Aracaju: 1992.

SNYDERS, George. **Escola, classe e luta de classes**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

VICENTINI, Almir. **Gestão escolar**: dicas corporativas. Nossas escolas estão prontas para os desafios do mundo corporativo. São Paulo: Phorte, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra – 2. ed. São Paulo: VMF Martins Fontes, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília-DF. Universidade de Brasília, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

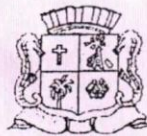
## **ANEXOS**

### **ANEXO: 01**

**ANEXO: 02**

**ANEXO: 03**

**ANEXO: 04**



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

Dispõe sobre a gestão democrática da Rede de Ensino do Município de Aracaju.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º** A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei Orgânica do Município de Aracaju, será exercida na forma desta Lei, sob a observância dos seguintes princípios:

I - Autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica das Unidades Escolares, em consonância com a legislação vigente e com as diretrizes e normas do Sistema Municipal de Ensino, respeitada a política educacional estabelecida pela Administração Municipal e as orientações da Secretaria Municipal de Educação;

II - Participação da Comunidade Escolar nos processos decisórios através de órgãos colegiados respeitada a livre organização dos vários segmentos da comunidade, tais como pais, alunos, membros do magistério e servidores públicos atuantes na rede de ensino.

**Art.2º** A administração das Unidades Escolares será exercida, respeitadas as disposições legais e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, pelos seguintes órgãos:

I - Equipe de Coordenação da Unidade Escolar, composta por:

- a) Coordenador Geral;
- b) Coordenador Administrativo;
- c) Coordenador Pedagógico.

II - Conselho Escolar.

§ 1º - O número de membros da equipe de coordenação de cada Unidade Escolar será definido segundo critérios estabelecidos no Anexo I desta lei.

§ 2º. Na inexistência do Coordenador (a) Administrativo (a) ou o (a) Pedagógico (a), suas atribuições serão exercidas pelo Coordenador (a) Geral.

Palácio "Ignácio Barbosa", Praça Olímpio Campos, 180 - Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-040/Projeto de Lei nº 90/2002

(079) 211-1710



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

§ 3º. Os Conselhos Escolares serão constituídos pela Coordenação Escolar da Unidade Escolar e representantes dos segmentos da comunidade escolar, e exercerão funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras nas questões de ordem pedagógica, administrativas e financeiras.

Art.3º Serão de competência da Equipe de Coordenação da Unidade Escolar às atividades relativas à organização geral da Escola, no âmbito da gestão de pessoal, organização do espaço físico, instalações e patrimônio, e integração dos segmentos da Unidade Escolar e desta com a comunidade, assim como:

- I - Representar a Unidade Escolar e responsabilizar-se pelo seu funcionamento;
- II - Coordenar as atividades administrativas e pedagógicas da Unidade Escolar bem como as atividades com os pais, comunidade e outras instâncias da sociedade civil;
- III - Elaborar, em conjunto com o Conselho Escolar, o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros, para aprovação pela Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Coordenar, em consonância com o Conselho Escolar, a elaboração, execução e avaliação do projeto administrativo, financeiro e pedagógico, através do Plano Anual da Unidade Escolar, observadas as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;
- VI - Submeter ao Conselho Escolar, para exame e parecer, no prazo regulamentar, a prestação de contas dos recursos financeiros movimentados na respectiva Unidade Escolar;
- VII - Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas, técnico-administrativas e financeiras previstas no Plano Anual da Unidade Escolar;
- VII - Apresentar anualmente ao Conselho Escolar relatório de avaliação interna da Unidade Escolar e propostas que visem melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;
- VIII - Dar conhecimento à Comunidade Escolar das normas e diretrizes emanadas dos órgãos do Sistema de Ensino e do Regimento Escolar, assegurando seu cumprimento;
- IX - Garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição e das normas disciplinares, bem como das demais orientações da administração municipal, auxiliando a prevenir irregularidades de qualquer natureza, ou denunciando-as, se constatadas;

✉ Palácio "Ignácio Barbosa", Praça Olímpio Campos, 180 - Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-040/Projeto de Lei nº 90/2002 2

☎ (079) 211-1710





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

X - Responsabilizar-se pela organização da escala de férias e horários de trabalho dos funcionários e pelas providências de controle funcional e disciplinar, assegurando o respeito aos princípios e normas estabelecidos e orientações da Secretaria Municipal de Administração;

XI - Assegurar as condições e meios de manutenção de um ambiente de trabalho favorável e de condições materiais necessárias ao desenvolvimento da Unidade de Ensino, incluindo a responsabilidade pelo patrimônio e sua adequada utilização;

XII - Promover a integração e a articulação entre a Unidade Escolar e a comunidade próxima, através de atividades pedagógicas, científicas, sociais, esportivas e culturais;

§ 1º. Caberá ao Coordenador Geral:

I - Representar a Unidade Escolar e responsabilizar-se pelo seu funcionamento pleno;

II - Coordenar o desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e financeiras, em consonância com as deliberações do Conselho Escolar e de acordo com a legislação vigente e as diretrizes da Administração Municipal;

III - Promover a integração e articulação entre a Unidade Escolar e a comunidade próxima, através de atividades pedagógicas, científicas, sociais, desportivas e culturais.

§ 2º. Caberá ao Coordenador Pedagógico o papel de coordenar as atividades relacionadas aos aspectos de organização do trabalho do professor e dos alunos e viabilizar a elaboração, implementação e avaliação do projeto pedagógico da Unidade Escolar, elaborando diagnóstico da realidade escolar e sugerindo ações de melhoria, inclusive no campo da formação continuada e de desenvolvimento profissional dos professores.

§ 3º. Caberá ao Coordenador Administrativo coordenar as atividades relativas aos serviços gerais da Unidade Escolar, assim entendidos os relacionados ao controle de matrículas, informações acadêmicas e de controle, arquivos e preservação da memória cultural, registro dos servidores, utilização de materiais e equipamentos, inclusive computadores e outros recursos tecnológicos, serviços gerais de conservação, manutenção e limpeza, vigilância, preservação do patrimônio, escrituração das informações e controle financeiro e orçamentário, no que couber, atendidas as orientações da Administração Municipal.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

§ 4º. Caberá à Secretaria de Educação, mediante portaria, dispor sobre as atribuições da Equipe de Coordenação, adequando, atualizando ou detalhando atividades de acordo com as competências gerais fixadas nesta Lei.

Art.4º A escolha dos Coordenadores se dará com a participação da Comunidade Escolar através de eleição por chapas, por voto direto, secreto e facultativo, proibido o voto por representação.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo fixará por Decreto o Regulamento Eleitoral, em até 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei.

Art.5º O período de gestão dos Coordenadores corresponde a mandato de 2 (dois) anos, sendo permitido a cada Coordenador concorrer a apenas uma reeleição.

**Parágrafo único.** A posse dos Coordenadores ocorrerá em período único para todas as Unidades Escolares, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.6º Poderão concorrer à função de Coordenadores todos os membros do Magistério Público Municipal, em exercício na Unidade Escolar, que preencham os seguintes requisitos:

I - Para o cargo de Coordenador Geral e Administrativo, o membro do magistério deverá possuir habilitação específica de grau superior correspondente a Licenciatura Plena, e para Coordenador Pedagógico deverá ser habilitado em curso de nível superior de Pedagogia ou Pós-graduação (*lato ou stricto sensu*) na área de educação;

II - Comprovada disponibilidade para cumprimento de jornada de trabalho de 40 horas semanais;

III - Proposta de Plano de Ação, apresentado e defendido junto à Comunidade Escolar, para implemento das metas da Unidade Escolar de acordo com as diretrizes e normas do Sistema Municipal de Educação e legislação de ensino vigente;

IV - Não tenham sofrido penalidade administrativa;

V - Tenham no mínimo 03 (três) meses de exercício na Unidade Escolar;

VI - Tenham no mínimo 02 (dois) anos de experiência no exercício da docência;

---

✉ Palácio "Ignácio Barbosa", Praça Olímpio Campos, 180 - Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-040/Projeto de Lei n° 90/2002

☎ (079) 3179-3732 Publicada no DOM n.º 1346/30.12.2002 4

Republicada por incorreção

Substituindo o termo "40 horas mensais", por "40 horas semanais" do art. 6º inciso II, da citada Lei, em 17/02/2003



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

VII - Tenham no mínimo 03 (três) anos de efetivo exercício no Magistério Público Municipal;

§ 1º - No caso do profissional do Magistério estar lotado em mais de uma Unidade Escolar, o seu domicílio eleitoral será o do estabelecimento em que prestar maior carga horária.

§ 2º - A propaganda das chapas constituirá em sua participação nos debates públicos, realizados em plenárias dos respectivos segmentos, bem como na divulgação do plano de ação, sendo coibidas, com a cassação da candidatura, práticas que denotem abuso de poder econômico ou antiético.

§ 3º - Inexistindo candidatos, a Administração Municipal indicará a Equipe de Coordenação, que deverá ser composta, por Servidores do Magistério de outras Unidades Escolares ou de Órgãos do Sistema Municipal de Educação.

**Art.7º** Podem exercer o direito de voto:

I - Os alunos regularmente matriculados há pelo menos três meses na Unidade Escolar, com frequência regular e que possuam idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos;

II - Os servidores do magistério e os servidores públicos que possuam pelo menos 03 (três) meses de exercício efetivo na Unidade Escolar no dia da votação;

III - Os pais ou responsáveis legais, perante a Unidade Escolar, do aluno menor de 14 (quatorze) anos de idade.

**Parágrafo único.** Ninguém poderá votar mais de uma vez na mesma Unidade Escolar, ainda que represente segmentos distintos ou que acumule cargos e funções.

**Art.8º** Para coordenar o processo de eleição será constituída uma Comissão Eleitoral Geral, constituída e instalada por iniciativa do Secretário(a) Municipal de Educação, que terá competência para coordenar o processo eleitoral e decidir, em última instância, na forma e prazo regulamentares, sobre os recursos encaminhados pela Comissão Eleitoral da Unidade Escolar, tendo a seguinte composição:

I - 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II - 02 (dois) representantes do magistério público indicados pelo Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

§ 1º - Para dirigir o processo eleitoral na Unidade Escolar, será constituída uma Comissão Eleitoral com representantes indicados pelos respectivos segmentos da comunidade escolar, em plenária, convocada pelo Coordenador Geral.

§ 2º. Somente poderão compor a Comissão Eleitoral da Unidade Escolar, como representantes de seu segmento, alunos regularmente matriculados e possuam idade mínima de 14 (quatorze) anos completos.

§ 3º. Os servidores do Magistério integrante da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos à Coordenação da Unidade Escolar.

Art.9º Na definição do resultado final do processo eleitoral será respeitada a proporcionalidade, para fins de computação dos votos, de 40% (quarenta por cento) dos votos para o segmento dos alunos e pais, 40% (quarenta por cento) para o segmento Magistério e 20% (vinte por cento) para o segmento dos servidores.

Art.10 A vacância da função dos Coordenadores ocorrerá por conclusão da gestão, renúncia, destituição, aposentadoria ou morte.

**Parágrafo único.** Implicará, também, na vacância da função:

I - A decisão final desfavorável aos candidatos, em recurso sobre impugnação de registro de candidaturas das chapas ou do processo eleitoral;

II - O afastamento por período superior a 2 (dois) meses, excetuando-se os casos de afastamento por Licenças de Saúde, própria ou de familiares, inclusive gestação.

Art.11 A destituição dos Coordenadores eleitos poderá ocorrer motivadamente quando:

I - Após processo administrativo, assegurado o direito de defesa, se comprovem fatos que constituam ilícito penal, ou infração funcional prevista na legislação municipal;

**Parágrafo único.** O Secretário Municipal de Educação poderá, através de despacho fundamentado, determinar o afastamento do indiciado da Equipe de Coordenação durante a realização do processo administrativo, se constatar que a permanência no exercício das atividades possa de alguma maneira interferir na instrução do processo ou causar prejuízo à atividade da Unidade Escolar, assegurado o retorno à atividade caso a decisão final seja pela sua inocência.

✉ Palácio "Ignácio Barbosa", Praça Olímpio Campos, 180 – Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-040/Projeto de Lei nº 90/2002

☎ (079) 211-1710

6



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

**Art.12** Ocorrendo a vacância da função dos Coordenadores nos 06 (seis) meses anteriores ao término do período de mandato, completará o mandato, nesta ordem:

I - O Coordenador Administrativo, substituto legal do Coordenador Geral, sendo sua vaga preenchida por eleição no Conselho Escolar;

II - No impedimento do Coordenador Administrativo referido no inciso anterior, o Coordenador Pedagógico;

III - Não havendo Coordenadores ou no impedimento deste(s), o substituto será eleito no Conselho Escola.

**Art.13** Ocorrendo a vacância da função dos Coordenadores, excetuada a hipótese prevista no artigo anterior, iniciar-se-á o processo de nova eleição, conforme os ditames desta Lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias letivos.

**Parágrafo único.** A Equipe de Coordenação eleita nas condições previstas no *caput* deste artigo cumprirá apenas o restante do mandato da função de coordenação vaga.

**Art.14** A autonomia financeira das Unidades se dará pela transferência de recursos financeiros às Unidades Escolares, com base no artigo 300, Inciso VI e VII e artigos 302 e 306 da Lei Orgânica do Município de Aracaju, bem como no artigo 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e regulamentação pertinente emanada para o setor educacional.

**Parágrafo único.** O Prefeito regulamentará por Decreto a transferência de recursos financeiros às Unidades Escolares.

**Art.15** Os recursos orçamentários, próprios e provenientes de Convênios com a União e o Estado, destinados às Unidades Escolares Municipais, serão geridos por meio do Conselho Escolar.

**Parágrafo único.** Cabe ao Coordenador Geral e ao Presidente do Conselho Escolar, mediante competência delegada pelo Secretário Municipal de Educação, a movimentação dos recursos, sendo ordenadores de despesas.

**Art.16** A Gestão Pedagógica das Unidades Escolares garantirá que o ingresso, a permanência do aluno e o acesso ao conhecimento sejam assegurados mediante a definição, no Plano Anual



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

da Unidade Escolar, de proposta pedagógica específica, elaborada pela Comunidade Escolar em consonância com as diretrizes do Sistema de Ensino e da legislação vigente.

**Art.17** O processo de elaboração do Plano Anual da Unidade Escolar, nas áreas administrativa, financeira e pedagógica, deverá estar em consonância com as diretrizes e normas do Sistema Municipal de Educação e com a legislação vigente.

**Parágrafo único.** O Plano Anual da Unidade Escolar deverá ser elaborado com a Comunidade Escolar e submetido à aprovação do Conselho Escolar e da Secretaria Municipal de Educação.

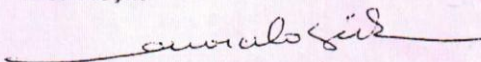
**Art.18** Será assegurado aos atuais membros das equipes diretivas o direito de concorrer às funções da Equipe de Coordenação, desde que preenchidos os demais requisitos previstos nesta lei.

**Art.19** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art.20** Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 2.491, de 20 de maio de 1997.

Palácio **Ignácio Barbosa**, em Aracaju, 30 de dezembro de 2002

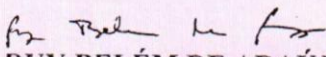
(\*) Republicada por incorreção

  
**MARCELO DÊDA**

*Prefeito Municipal de Aracaju*

  
**PEDRO LOPES**

*Secretário Municipal de Governo*

  
**RUY BELÉM DE ARAÚJO**

*Secretário Municipal de Educação*



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

**ALADIR CARDOZO FILHO**  
*Procurador Geral do Município*



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI N° 3.075 (\*)**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

Anexo I – Coordenação de Unidades Escolares

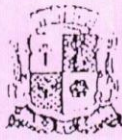
Número de Alunos Matriculados	Tipologia de Unidades Escolares		Composição da Equipe de Coordenação			Total
			Coordenador (a) Geral	Coordenador (a) Administrativo (a)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	
Até 200 alunos	Micro Unidade Escolar	Funcionamento em 02 turnos	01	—	—	01
		Funcionamento em mais de 02 turnos ou Creche	01	—	01	02
De 201 a 500 alunos	Pequena		01	—	01	02
Mais de 501 alunos	Média		01	01	01	03
Mais de 1001 Alunos	Grande		01	01	02	04

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*

*[Handwritten signature]*





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI N.º 3.074**  
**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

*Cria os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino da rede municipal de Aracaju.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU,

Faço saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino do município de Aracaju.

Art. 2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado, constituído nos termos desta Lei pela Coordenação da Unidade Escolar e por representantes dos segmentos da comunidade escolar.

§ 1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, servidores públicos municipais do quadro do magistério e administrativos, em efetivo exercício nas unidades escolares.

§ 2º Entende-se por segmento da comunidade escolar cada uma das seguintes categorias:

- I - alunos regularmente matriculados;
- II - pais ou responsáveis legais pelos alunos;
- III - servidores públicos do magistério, em efetivo exercício na unidade escolar;
- IV - servidores públicos do quadro administrativo, em efetivo exercício na unidade escolar.

Art. 3º Os Conselhos Escolares exercerão funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras nas questões de ordem pedagógica, administrativa e financeira, fixadas nesta Lei, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. Os Conselhos Escolares terão caráter de Unidades Executoras para fins de atendimento às normas do Ministério de Educação no que tange à transferência de recursos, sucedendo os Comitês Comunitários criados pela Lei 2.491, de 29 de maio de 1997.

Palácio "Tenácio Barbosa", Praça Olímpio Campos, 180 - Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-040 de Lei nº 089/2002

(079) 211 1210



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI N.º 3.074  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

§ 2º. Para a finalidade a que se reporta o parágrafo anterior, o Poder Executivo editará Decreto estabelecendo os procedimentos necessários à adequação dos Conselhos Escolares às exigências emanadas do Ministério da Educação.

§ 3º. Caberá ao Presidente do Conselho Escolar e ao Coordenador Geral, mediante competência delegada do Secretário Municipal de Educação, a movimentação dos recursos financeiros como ordenadores de despesas. \*

Art. 4º As atribuições do Conselho Escolar deverão ser definidas pelo regimento de cada Unidade Escolar, devendo entre elas, obrigatoriamente, constar pelo menos as seguintes:

I - Elaborar Estatuto de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;

II - Propor mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar no âmbito das funções dos Conselhos;

III - Aprovar o Plano Anual, elaborado pela Equipe de Coordenação com a participação da Comunidade Escolar, sobre as questões administrativas, financeiras e pedagógicas;

IV - Avaliar, periódica e sistematicamente, as informações referentes ao uso dos recursos financeiros, a qualidade dos serviços prestados na Unidade Escolar e os resultados pedagógicos obtidos;

V - Coordenar a elaboração ou alteração do regimento escolar;

VI - Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, quando couber;

VII - Coordenar o processo participativo de discussões da comunidade escolar e deliberar alterações no currículo, naquilo que for atribuição da Unidade, respeitadas a legislação vigente e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - Definir o calendário escolar, observada a legislação vigente e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;

IX - Aprovar o plano de aplicação e a prestação de contas dos recursos financeiros da Unidade Escolar;

Palácio "Ignácio Barbosa", Praça Olímpio Campos, 180 - Centro, Aracaju/SE, CEP: 49.010-040 P. de Lei n.º 089/2002

(079) 211 1710



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI N.º 3.074  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

X - Recorrer a instâncias superiores nas questões que não se julgar apto a decidir e não previstas no regimento escolar;

XI - zelar pelo cumprimento à Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

XII - Resguardar o cumprimento do ECA, orientando a comunidade escolar na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.5º O número de membros do Conselho Escolar de cada Unidade será definido segundo os critérios estabelecidos no Quadro Anexo.

§ 1º - Cada um dos segmentos da Unidade Escolar terá 01(um) suplente, a quem competirá substituir o titular em caso de impedimentos ou completar o mandato do titular em caso de vacância.

§ 2º - Caso algum segmento da comunidade escolar venha a ter sua representação diminuída, o Conselho providenciará em até 30 (trinta) dias a eleição de novo representante;

§ 3º - O Conselho Escolar elegerá seu presidente entre os membros que o compõem, o qual deverá possuir capacidade plena nos termos da Lei Civil.

Art.6º As Unidades Escolares Municipais deverão contar com um Conselho Escolar no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação desta Lei ou do efetivo início de funcionamento de novas Unidades Escolares.

Art.7º A Coordenação da Unidade Escolar integrará o Conselho Escolar, representada pelo Coordenador Geral, como membro nato, e, em seu impedimento, por seu substituto legal, o Coordenador Administrativo e no impedimento deste pelo Coordenador Pedagógico.

Art.8º Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% para o conjunto dos segmentos dos pais e alunos e 50% para o conjunto dos segmentos do magistério e servidores administrativos.

§ 1º - No impedimento legal de membros do segmento dos alunos para compor a representação estabelecida no caput, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado, respectivamente, por representantes dos pais.

Palácio "Ignácio Barbosa", Praça Olímpio Rodrigues, 180 - Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-040/P. de Lei n.º 089/2002

(079) 211-1710



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI N.º 3.074  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

§ 2º - Na inexistência do segmento de servidores administrativos, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado por representantes dos membros do magistério

Art.9º O Conselho Escolar deverá reunir-se ordinariamente a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, quando for necessário, fazendo sua convocação:

I - Pelo seu presidente;

II - Por solicitação da Coordenação da Unidade Escolar;

III - Por requerimento da metade mais 1 (um) de seus membros.

Art.10 A função de membro do Conselho Escolar não será remunerada.

Art.11 O Conselho Escolar funcionará somente com "quorum" mínimo de metade mais 1 (um) dos seus membros.

Art.12 O mandato de cada membro do Conselho Escolar terá a duração de 2 (dois) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

Parágrafo único - O mandato dos representantes eleitos para o primeiro Conselho Escolar constituído poderá ter duração diferente do previsto no caput deste artigo, a fim de que as eleições subseqüentes respeitem os prazos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.13 A vacância da função de conselheiro dar-se-á por conclusão do mandato, renúncia, aposentadoria, desligamento da Unidade Escolar ou destituição.

Parágrafo único. O não comparecimento injustificado do membro do Conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões extraordinárias alternadas também implicará vacância da função de conselheiro.

Art.14 A eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar que integrarão o Conselho Escolar, bem como a de seus suplentes, realizar-se-á na Unidade Escolar em cada segmento, por votação direta e secreta, na mesma data, observando o disposto nesta lei.

Palácio "Ignácio Barbosa", Praça Olímpio Campos, 180 - Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-040/P. de Lei n° 089/2002  
(079) 211-1710



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI N.º 3.074  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

§ 1º - Podem exercer o direito de votar e ser votados:

- I - Os alunos regularmente matriculados na Unidade Escolar, com frequência regular, que possuem idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos;
- II - Os pais e/ou responsáveis legais pelo aluno;
- III - Os servidores do Magistério;
- IV - demais servidores públicos em efetivo exercício na Unidade Escolar no dia da eleição.

§ 2º - Ninguém poderá votar mais de uma vez na mesma Unidade Escolar, ainda que represente segmentos diversos ou que acumule cargos e funções.

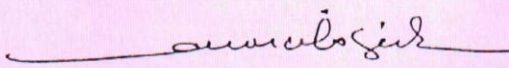
§ 3º - O procedimento eleitoral para a eleição dos membros do Conselho Escolar deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias da edição desta lei.

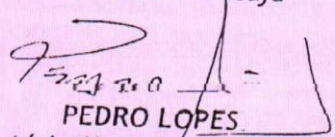
Art. 15 O Prefeito fixará por Decreto as regras para a transição entre os Comitês Comunitários, instituídos pela Lei n. 2.491/97, e a implantação dos Conselhos Escolares.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.491 de 20 de maio de 1997.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Ignácio Barbosa, em Aracaju, 30 de dezembro de 2002


  
MARCELO DÉDA  
Prefeito de Aracaju


  
PEDRO LOPES  
Secretário Municipal de Governo

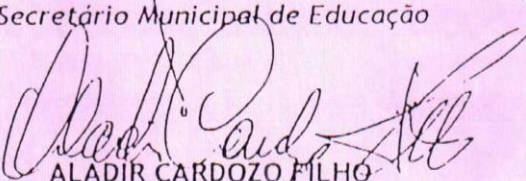


ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

**LEI N.º 3.074  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002**

  
JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR  
Secretário Municipal de Administração

  
RUY BELÉM DE ARAÚJO  
Secretário Municipal de Educação

  
ALADIR CARDOZO FILHO  
Procurador Geral do Município



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
Gabinete do Prefeito

LEI N.º 3.074  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

Quadro Anexo - Conselho Escolar

Números de Alunos Matriculados	Tipologia de Unidades Escolares	Composição dos Membros do Conselho Escolar					Total
		Membro do Magistério	Servidores	Pais ou Responsáveis	Alunos	Coordenadores	
Até 200 alunos	Micro Escola	02	01	02	01	01	07
De 201 a 500 alunos	Pequena	04	03	04	03	01	15
Acima de 500 alunos	Média	06	05	06	05	01	23
Acima de 1000 alunos	Grande	07	06	07	06	01	27

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 01/95.**

**PROCEDÊNCIA:** Comarca de Aracaju.

**REQUERENTE:** O Prefeito Municipal de Aracaju.

**ADVOGADO:** Bel. Luiz Carlos O de Santana.

**REQUERIDO:** Câmara Municipal de Aracaju.

**RELATOR:** Des. Artur Oscar de Oliveira Deda.

**RELATÓRIO:**

A presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida liminar, foi proposta pelo Prefeito Municipal de Aracaju -Se., contra a Câmara de Vereadores do mesmo Município.

A pretensão ajuizada consiste na decretação, em tese, da inconstitucionalidade da Lei nº 1.350, de 20 de janeiro de 1988, que estabeleceu critério eletivo para provimento de cargos de direção da rede escolar, os quais, por força da lei orgânica e da Constituição Federal, são preenchidos por livre nomeação do Prefeito Municipal.

Despacho fundamentado do Relator deferiu a liminar pleiteada (fls. 29 e v.).

Foram requisitadas informações à Câmara Municipal de Aracaju, na pessoa de seu Presidente, e citado o Procurador Geral do Estado. O prazo para a manifestação dos dois transcorreu *in albis*. (Com fundamentação em fls. 29 e v.)

*Texto se manifestado.*

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça é pela procedência da ação.



Em síntese, o relatório.

À revisão.

Aracaju, 04 de março de 1997.

  
**DES. ARTUR OSCAR DE OLIVEIRA DEDA**  
**RELATOR**

43 70

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Faço estes autos conclusos ao Exmo Sr.

Revisor Des. José Barreto Prado

Em 05 de 03 de 1997

*Maurício Araújo*  
Escrivão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

**PELO RECONHECIMENTO DE DIA PARA**

06 III 97

**TERMO DE DATA**

Recébi estes autos

Em 07 de 03 de 1997

*Magno Araújo*  
Escrivão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Faço estes autos conclusos ao Exmo Sr.

Sr. Des. Presidente do TJ/SE.

Em 07 de 03 de 1997

*Magno Araújo*  
Escrivão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Designo para o julgamento, a primeira Sessão desimpedida.

Aracaju, 10 de III 1997

*[Signature]*  
Desembargador Presidente



Sessão Ordinária realizada no dia 19/03/97

TRIBUNAL PLENO

Presidência da Exmo(a). Sr(a).  
Desembargador(a) DES. EPAMINONDAS S. DE ANDRADE LIMA  
Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores :  
DES. ARTUR OSCAR DE OLIVEIRA DEDA  
DES. JOSÉ ANTONIO DE A. GOES  
DES. MANUEL PASCOAL NABUCO D'AVILA  
DES. JOSÉ BARRETO PRADO  
DES. FERNANDO RIBEIRO FRANCO  
DES. JOSÉ NOLASCO DE CARVALHO  
DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA  
DES. GILSON GOIS SOARES

Procurador Geral da Justiça : HELI SOARES H. NASCIMENTO  
Secretário Judiciário : JOÃO BOSCO DANTAS DE ANDRADE LIMA.

Às quatorze (14) horas foi aberta a sessão, sendo aprovada a ata da sessão anterior.

JULGAMENTO

A. 13. AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ESCRIVANIA.....: 2a.  
No. DO FEITO.....: 01/95  
RELATOR.....: DES. ARTUR OSCAR DE OLIVEIRA DEDA  
REVISOR.....: DES. JOSÉ BARRETO PRADO  
AUTOR.....: PREFEITO MUNICIPAL DE ARACAJU  
ADVOGADO(A).....: LUIZ CARLOS O. DE SANTANA - OAB : 985  
REU.....: COLENDIA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

=====**< JULGAMENTO >**=====

"POR UNANIMIDADE, JULGOU-SE PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE".

=====

**VISTO**  
EM. 20.1.03.1997  
  
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

/Lmc



ACÓRDÃO N.º 151/97

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 01/95.**

**PROCEDÊNCIA:** Comarca de Aracaju.

**REQUERENTE:** O Prefeito Municipal de Aracaju.

**ADVOGADO:** Bel. Luiz Carlos O de Santana.

**REQUERIDO:** Câmara Municipal de Aracaju.

**RELATOR:** Des. Artur Oscar de Oliveira Deda.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Critério Eletivo para Provimento de Cargos de Direção da Rede Escolar. Lei Municipal. Inconstitucionalidade.

-- São inconstitucionais, por incompatíveis com o princípio da livre escolha e demissão *ad nutum*, normas da lei municipal que subordinam o provimento de cargos em comissão da rede escolar, a eleição, com participação proporcional de professores, alunos e funcionários da área de educação.

Vistos, relatados e discutidos, etc.

A presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida liminar, foi proposta pelo Prefeito Municipal de Aracaju-Se., contra a Câmara de Vereadores do mesmo Município.

A pretensão ajuizada consiste na decretação, em tese, da inconstitucionalidade da Lei nº 1.350, de 20 de janeiro de 1988, que estabeleceu critério eletivo para provimento de cargos de direção da rede escolar, os quais, por força da lei orgânica e da

*Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 01/95.*

## Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



Constituição Federal, são preenchidos por livre nomeação Prefeito Municipal.

Despacho fundamentado do Relator deferiu a liminar pleiteada (fls. 29 e v.).

Foram requisitadas informações à Câmara Municipal de Aracaju, na pessoa de seu Presidente, e citado o Procurador Geral do Estado. O prazo para a manifestação dos dois transcorreu *in albis*.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça é pela procedência da ação.

Em síntese, o relatório.

### VOTO DO RELATOR:

1. Ao deferir a liminar impetrada, afirmamos a verificação dos pressupostos respectivos:

“O *funus boni juris* reside na seguinte alegação do autor:

“Subtraindo a escolha dos diretores dos estabelecimentos de ensino municipal à competência do Chefe do Poder Executivo, que, no caso, por tratar-se de funções de autênticos cargos de confiança, é discricionária, ofende ele, como se disse, a um tempo a independência e harmonia entre os Poderes”(fls. 08).”

Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 01/95.

“Para verificar a presença deste requisito, não é exigível convencimento seguro, bastando a cognição sumária, como reconhece o parecer.”

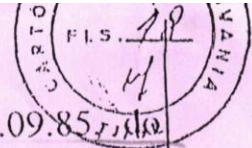
“Sobre o seguinte requisito -- a sua presença é demonstrada no item VI do mencionado parecer, que acatamos -- salvante na parte em que o nobre Procurador afirma: ‘menos pelo critério do *fumus boni juris* e mais pelo *periculum in mora*, depois de, à luz da doutrina -- que cita -- (fl. 26, III), reconhecer a necessidade da presença dos dois antessupostos à concessão da cautelar.”

2. Cumpre-nos, agora, a decisão final da controvérsia. Efetivamente, é prerrogativa do Chefe do Executivo o provimento dos cargos em comissão. Retirar do Prefeito Municipal essa faculdade, ou restringi-la, implica a negativa ao poder de demissão *ad nutum*. Sendo livre a nomeação, livre deve ser a demissão, pois que não poderá livremente demitir quem não puder livremente nomear.

Precedente do STF, transcrito pelo requerente, é ajustável ao caso em exame, como se vê:

“Nomeação para cargo em comissão de diretor de escola pública, mediante eleição pelos professores, alunos e pais de alunos. Sendo o cargo em comissão conformado à confiança do poder nomeante, não se conciliam a livre nomeação com escolha por eleição. A Constituição limita o provimento dos cargos públicos às formas previstas no artigo 97, parágrafos 1º e 2º, não deixando margem a que seja criado processo eletivo para os cargos em comissão. Não tendo as escolas públicas de primeiro grau a autonomia administrativa e financeira conferidas à Universidade, não há que cogitar de investidura em seus cargos de direção por eleição. (Representação julgada procedente e declarada a

Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 01/95.



inconstitucionalidade do art. 1º, da Lei 6.709, de 12.09.85 (Lei do Estatuto de Santa Catarina).”

Ante o exposto, e considerando o que dos autos consta, especialmente as razões do parecer da Procuradoria Geral de Justiça, procedente é a presente ação.

**DECISÃO:**

Acordam, em Sessão Plenária, por unanimidade, declarar inconstitucional o art. 314, e seu parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Aracaju, e do art. 169, parágrafos 4º e 5º do art. 170 e art. 172, da Lei Municipal n.º 1.350, de 20 de janeiro de 1988”.

Aracaju, 19 de março de 1997.

*Epaminondas de Silva de Andrade Lima*  
**Des. Epaminondas Silva de Andrade Lima**  
**PRESIDENTE**

*Artur Oscar de Oliveira Deda*  
**Des. Artur Oscar de Oliveira Deda**  
**RELATOR**

*José Barreto Prado*  
**Des. José Barreto Prado**  
**REVISOR**

### TERMO DE ENTREGA

Em 20 do março de 1997 nesta  
 Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe  
 entregar estes autos para os devidos fins ao Sr. Escrivão  
da 1ª Escrivania o faço este termo  
 Em Paulo Maria Meneghini  
 Secretário Subscrovi.

### TERMO DE RECEBIMENTO

Recebi estes autos X  
 Em 20 do março de 1997  
Paulo Maria Meneghini  
 Escrivão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

### PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Certifico que a conclusão do acordão do 8  
 fls. 45/49 foi publicada no Diário da Justiça  
 em, 26 do 03 do 1997 (quarta-feira) Dou fô.  
 Aracaju, 26 do 03 do 1997  
 Escrivão  
Paulo Maria Meneghini

### TERMO DE VISTA

Foi o presente termo com vista ao 8  
Bel. O. Siqueira 03  
03 03 97  
Paulo Maria Meneghini  
 Escrivão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe  
 PROCESSO DE RECURSO Nº 03  
 RECORRIDO Nº 51 PETIÇÃO Nº 04  
 Em 03 do 04 de 1997  
Paulo Maria Meneghini  
 Escrivão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Luciano Matos Nobre, abaixo assinado, autorizo a Universidade Tiradentes, por intermédio do aluno, **Luciano Matos Nobre**, devidamente assistido pela sua orientadora **Prof<sup>a</sup>. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra**, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

**1-Título do Experimento: A GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM ARACAJU NO PERÍODO DE 1992 A 2002.**

**2-Objetivo:** Contribuir na sistematização da memória histórica da evolução do sistema municipal de educação de Aracaju, com ênfase na gestão educacional no período de 1992 a 2002, de modo a suprir lacuna constatada da área.

**3-Descrição de procedimento:** A investigação será realizada tomando por base a modalidade da pesquisa empírico-qualitativa, centrada na escolha de aspectos das relações entre os sujeitos a ser efetivada a partir de estudo de caso realizado. Serão abordados prefeitos da Prefeitura Municipal de Aracaju que colaboraram, na construção de uma nova gestão educacional, sujeitos responsáveis pela educação municipal e no período histórico delimitado, ouvidos em suas representações e memórias, através de entrevistas semi-estruturadas. Ao nível da pesquisa qualitativa os instrumentos de trabalho de campo são: “o roteiro da entrevista, os critérios para observação participante e os itens para discussão de grupos focais” (MINAYO, 2004, p. 2004). O instrumento para orientar uma conversa com finalidade que é a entrevista, ele deve ser facilitador de abertura e de ampliação.

**4-Desconfortos e riscos esperados:** A pesquisa tem uma fundamentação no processo histórico e dialético, possibilitando a consulta a documentos, momento em que tenta retratar a Gestão Educacional do município de Aracaju, no período de 1992 a 2002. As entrevistas semi-estruturadas não têm a proposição de relembrar fatos desagradáveis, sendo que em determinados casos relatar certas situações vividas, pode acontecer, mas será de inteira responsabilidade dos pesquisadores, em contornar a situação com o propósito da pesquisa científica e do compromisso com o campo ético inclusive preservando o anonimato como solicitado. Fui devidamente

informado dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não possível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

**5-Benefícios esperados:** A Dissertação de Mestrado em Educação não se restringe ao compromisso de finalizar um curso de mestrado, mas sim de socializar os estudos desenvolvidos prévia e posteriormente aos sujeitos, contribuindo para a memória da Educação Pública Municipal de Aracaju, enfocando o tempo de 1992 a 2002 em Sergipe. A gestão educacional uma expressão enfatizada no discurso neoliberal ou administração escolar como é tradicionalmente estabelecida é relativamente uma preocupação nova para a educação a partir das contribuições da administração geral. O gestor escolar passou a ser requisitado no contexto institucional, traduzindo a expectativa de dinamismo e atualização que se precisava incorporar, nas instituições de ensino sem prejuízo das suas especificidades. A gestão educacional implica necessidades de mudanças e formas de sobreviver em um novo contexto social e econômico, forçando o surgimento de novos caminhos para convivência em um mercado recente. Ao falarmos de gestão educacional, recorreremos a Paro (2011) quando ressalta que existe pouca probabilidade do Estado, direcionar esforços para democratização do saber sem que isso seja compelido pela sociedade civil. A atualização das potencialidades e a superação dos obstáculos, da participação da população, na gestão da escola pública representam demandas sociais que se confrontam dentro e fora da escola. O propósito dessa pesquisa retrata aspectos históricos e tenta viabilizar a importância da democratização da gestão escolar, condição necessária para luta de objetivos, visando um ensino de boa qualidade, enfatizando a relação professor-aluno e o desenvolvimento de um projeto político-pedagógico, concretizando uma gestão com fins educacionais e democráticos.

**6-Informações:** Os participantes têm a garantia de que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

**7-Retirada do consentimento:** O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

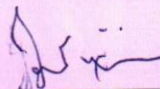
**8-Aspecto Legal:** Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

**9-Confabilidade:** Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) dos participantes não será divulgados, salvo por seu explícito consentimento. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações, nas condições aqui explicitadas.

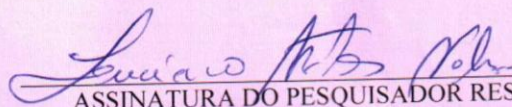
**10-Quanto à indenização:** Não há danos previsíveis decorrentes da pesquisa, mesmo assim fica prevista indenização, caso se faça necessário.

**ATENÇÃO:** A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes. Av. Mutilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE, 79-32182206.

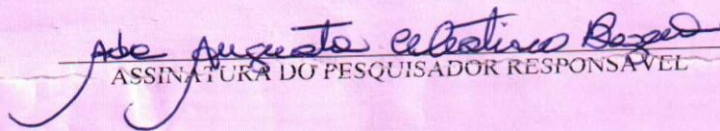
Aracaju, 02 de Setembro de 2013



ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO



ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL



ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Iara Maria Campelo Lima, abaixo assinado, Secretária de Educação do Município de Aracaju no período de 1993, na gestão do então Prefeito de Aracaju Jackson Barreto Lima, autorizo a Universidade Tiradentes, por intermédio do aluno, **Luciano Matos Nobre**, devidamente assistido por sua orientadora **Prof. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra**, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

**1-Título: MODELO DE GESTÃO ESCOLAR IMPLEMENTADO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ARACAJU NO PERÍODO DE 1993 A 2002**

**2-Objetivo:** Contribuir na sistematização da memória histórica do sistema municipal de educação de Aracaju, com ênfase na gestão educacional no período de 1993 a 2002, de modo a suprir lacunas da produção do conhecimento acadêmico, a partir das representações dos respectivos prefeitos.

**3-Descrição de procedimentos:** Trata-se de investigação empírico-qualitativa, centrada nas representações dos sujeitos, com inspiração no estudo de caso. Serão abordados 4 ex-prefeitos que responderam pelo Executivo Municipal em Aracaju no período histórico delimitado, com ênfase às suas representações sobre o modelo de gestão escolar implementado na rede de educação municipal, via entrevistas semiestruturadas.

**4-Desconfortos e riscos esperados:** A investigação não se propõe a causar qualquer desconforto e fui devidamente informado de que, qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa, será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

**5-Benefícios esperados:** Dissertação de Mestrado a ser socializada prévia e posteriormente aos sujeitos.

**6-Informações:** Os participantes têm a garantia de que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

**7-Retirada do consentimento:** O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não lhe sendo acarretado qualquer dano.

**8-Aspecto Legal:** Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos, atendendo à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília - DF

**9-Confabilidade:** O voluntário tem direito à privacidade naquilo que lhe convir. A identidade (nome e sobrenome) do participante só será divulgada mediante seu consentimento livre e esclarecido. O compromisso do voluntário com a pesquisa limita-se ao consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações, portanto, exclusivamente para fins acadêmicos.

**10- Quanto à indenização:** Embora não hajam danos previsíveis decorrentes da pesquisa, fica prevista indenização, caso se faça necessária.

**ATENÇÃO:** A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes. Av. Murilo Dantas, 300 - Farolândia - CEP 49032-490, Aracaju-SE, 79-2182100, ramal 2593.

Aracaju, 2 de outubro de 2013.

Lara Maria Campos Lima

ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

Luís Roberto da Silva

Ado Augusto Celestino Bez

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, José Almeida Lima, abaixo assinado, Prefeito de Aracaju no período de 1994 a 1996, autorizo a Universidade Tiradentes, por intermédio do aluno, **Luciano Matos Nobre**, devidamente assistido por sua orientadora **Prof. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra**, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

**1-Título: MODELO DE GESTÃO ESCOLAR IMPLEMENTADO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ARACAJU NO PERÍODO DE 1993 A 2002**

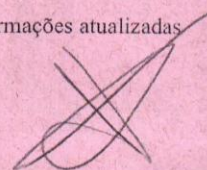
**2-Objetivo:** Contribuir na sistematização da memória histórica do sistema municipal de educação de Aracaju, com ênfase na gestão educacional no período de 1993 a 2002, de modo a suprir lacunas da produção do conhecimento acadêmico, a partir das representações dos respectivos prefeitos.

**3-Descrição de procedimentos:** Trata-se de investigação empírico-qualitativa, centrada nas representações dos sujeitos, com inspiração no estudo de caso. Serão abordados 4 ex-prefeitos que responderam pelo Executivo Municipal em Aracaju no período histórico delimitado, com ênfase às suas representações sobre o modelo de gestão escolar implementado na rede de educação municipal, via entrevistas semiestruturadas.

**4-Desconfortos e riscos esperados:** A investigação não se propõe a causar qualquer desconforto e fui devidamente informado de que, qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa, será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

**5-Benefícios esperados:** Dissertação de Mestrado a ser socializada prévia e posteriormente aos sujeitos.

**6-Informações:** Os participantes têm a garantia de que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.



**7-Retirada do consentimento:** O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não lhe sendo acarretado qualquer dano.

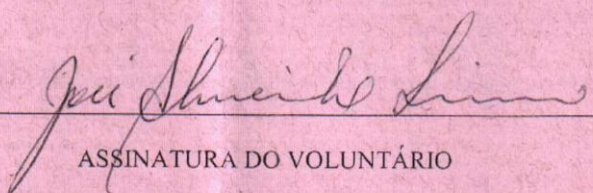
**8-Aspecto Legal:** Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos, atendendo à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF

**9-Confabilidade:** O voluntário tem direito à privacidade naquilo que lhe convir. A identidade (nome e sobrenome) do participante só será divulgada mediante seu consentimento livre e esclarecido. O compromisso do voluntário com a pesquisa limita-se ao consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações, portanto, exclusivamente para fins acadêmicos.

**10- Quanto à indenização:** Embora não hajam danos previsíveis decorrentes da pesquisa, fica prevista indenização, caso se faça necessária.

**ATENÇÃO:** A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes, Av. Murilo Dantas, 300 – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE, 79-2182100, ramal 2593.

Aracaju, 19 de fevereiro de 2014.

  
ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA, abaixo assinado, Prefeito de Aracaju no período de 1997/2000, autorizo a Universidade Tiradentes, por intermédio do aluno, **Luciano Matos Nobre**, devidamente assistido por sua orientadora **Prof. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra**, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

**1-Título: MODELO DE GESTÃO ESCOLAR IMPLEMENTADO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE ARACAJU NO PERÍODO DE 1993 A 2002**

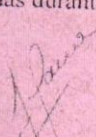
**2-Objetivo:** Contribuir na sistematização da memória histórica do sistema municipal de educação de Aracaju, com ênfase na gestão educacional no período de 1993 a 2002, de modo a suprir lacunas da produção do conhecimento acadêmico, a partir das representações dos respectivos prefeitos.

**3-Descrição de procedimentos:** Trata-se de investigação empírico-qualitativa, centrada nas representações dos sujeitos, com inspiração no estudo de caso. Serão abordados 4 ex-prefeitos que responderam pelo Executivo Municipal em Aracaju no período histórico delimitado, com ênfase às suas representações sobre o modelo de gestão escolar implementado na rede de educação municipal, via entrevistas semiestruturadas.

**4-Desconfortos e riscos esperados:** A investigação não se propõe a causar qualquer desconforto e fui devidamente informado de que, qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa, será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

**5-Benefícios esperados:** Dissertação de Mestrado a ser socializada prévia e posteriormente aos sujeitos.

**6-Informações:** Os participantes têm a garantia de que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.





**7-Retirada do consentimento:** O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não lhe sendo acarretado qualquer dano.

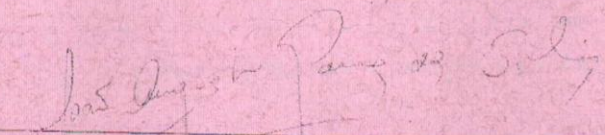
**8-Aspecto Legal:** Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos, atendendo à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

**9-Confabilidade:** O voluntário tem direito à privacidade naquilo que lhe convir. A identidade (nome e sobrenome) do participante só será divulgada mediante seu consentimento livre e esclarecido. O compromisso do voluntário com a pesquisa limita-se ao consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações, portanto, exclusivamente para fins acadêmicos.

**10- Quanto à indenização:** Embora não hajam danos previsíveis decorrentes da pesquisa, fica prevista indenização, caso se faça necessária.

**ATENÇÃO:** A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes. Av. Murilo Dantas, 300 – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE. 79-2182100, ramal 2593.

Aracaju, \_01 de \_JULHO de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, EDVALDO NOGUEIRA FILHO, abaixo assinado, autorizo a Universidade Tiradentes, por intermédio do aluno, **Luciano Matos Nobre**, devidamente assistido pela sua orientadora **Profª. Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra**, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

**1-Título do Experimento: A GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM ARACAJU NO PERÍODO DE 1992 A 2002.**

**2-Objetivo:** Contribuir na sistematização da memória histórica da evolução do sistema municipal de educação de Aracaju, com ênfase na gestão educacional no período de 1992 a 2002, de modo a suprir lacuna constatada da área.

**3-Descrição de procedimento:** A investigação será realizada tomando por base a modalidade da pesquisa empírico-qualitativa, centrada na escolha de aspectos das relações entre os sujeitos a ser efetivada a partir de estudo de caso realizado. Serão abordados prefeitos da Prefeitura Municipal de Aracaju que colaboraram, na construção de uma nova gestão educacional, sujeitos responsáveis pela educação municipal e no período histórico delimitado, ouvidos em suas representações e memórias, através de entrevistas semi-estruturadas. Ao nível da pesquisa qualitativa os instrumentos de trabalho de campo são: “o roteiro da entrevista, os critérios para observação participante e os itens para discussão de grupos focais” (MINAYO, 2004, p. 2004). O instrumento para orientar uma conversa com finalidade que é a entrevista, ele deve ser facilitador de abertura e de ampliação.

**4-Desconfortos e riscos esperados:** A pesquisa tem uma fundamentação no processo histórico e dialético, possibilitando a consulta a documentos, momento em que tenta retratar a Gestão Educacional do município de Aracaju, no período de 1992 a 2002. As entrevistas semi-estruturadas não têm a proposição de lembrar fatos desagradáveis, sendo que em determinados casos relatar certas situações vividas, pode acontecer, mas será de inteira responsabilidade dos pesquisadores, em contornar a situação com o propósito da pesquisa científica e do compromisso com o campo ético inclusive preservando o anonimato como solicitado. Fui devidamente

*Edvaldo*

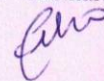
informado dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não possível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

Nacional de Saúde do Ministério da Saúde - Brasília - DF.

**5-Benefícios esperados:** A Dissertação de Mestrado em Educação não se restringe ao compromisso de finalizar um curso de mestrado, mas sim de socializar os estudos desenvolvidos prévia e posteriormente aos sujeitos, contribuindo para a memória da Educação Pública Municipal de Aracaju, enfocando o tempo de 1992 a 2002 em Sergipe. A gestão educacional uma expressão enfatizada no discurso neoliberal ou administração escolar como é tradicionalmente estabelecida é relativamente uma preocupação nova para a educação a partir das contribuições da administração geral. O gestor escolar passou a ser requisitado no contexto institucional, traduzindo a expectativa de dinamismo e atualização que se precisava incorporar, nas instituições de ensino sem prejuízo das suas especificidades. A gestão educacional implica necessidades de mudanças e formas de sobreviver em um novo contexto social e econômico, forçando o surgimento de novos caminhos para convivência em um mercado recente. Ao falarmos de gestão educacional, recorremos a Paro (2011) quando ressalta que existe pouca probabilidade do Estado, direcionar esforços para democratização do saber sem que isso seja compelido pela sociedade civil. A atualização das potencialidades e a superação dos obstáculos, da participação da população, na gestão da escola pública representam demandas sociais que se confrontam dentro e fora da escola. O propósito dessa pesquisa retrata aspectos históricos e tenta viabilizar a importância da democratização da gestão escolar, condição necessária para luta de objetivos, visando um ensino de boa qualidade, enfatizando a relação professor-aluno e o desenvolvimento de um projeto político-pedagógico, concretizando uma gestão com fins educacionais e democráticos.

**6-Informações:** Os participantes têm a garantia de que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

**7-Retirada do consentimento:** O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.



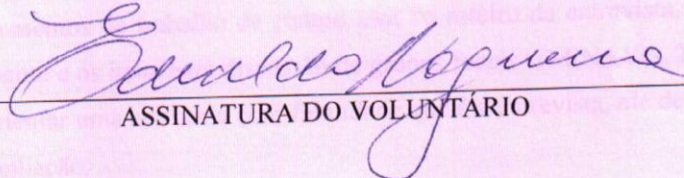
**8-Aspecto Legal:** Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília - DF.

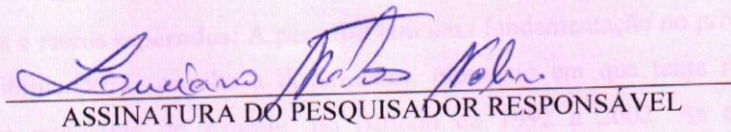
**9-Confabilidade:** Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) dos participantes não será divulgados, salvo por seu explícito consentimento. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações, nas condições aqui explicitadas.

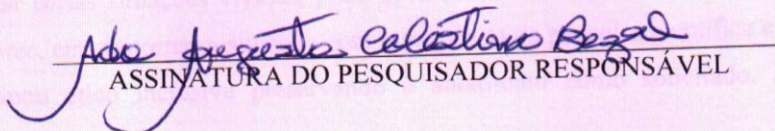
**10-Quanto à indenização:** Não há danos previsíveis decorrentes da pesquisa, mesmo assim fica prevista indenização, caso se faça necessário.

**ATENÇÃO:** A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes. Av. Mutilo Dantas, 300 bloco F - Farolândia - CEP 49032-490, Aracaju-SE, 79-32182206.

Aracaju, 03 de setembro de 2013

  
ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

  
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

  
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

## Parecer Consubstanciado de Projeto de Pesquisa

**Título do Projeto: A GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM ARACAJU NO PERÍODO DE 1992 A 2002**

**Pesquisador Responsável LUCIANO MATOS NOBRE**

**Data da Versão 27/12/2012**

**Cadastro 190613**

**Data do Parecer 27/06/2013**

**Grupo e Área Temática III - Projeto fora das áreas temáticas especiais**

### Objetivos do Projeto

O objetivo geral é contribuir na sistematização da memória histórica da evolução do sistema municipal de educação de Aracaju, com ênfase na gestão educacional no período de 1992 a 2002, de modo a suprir lacuna constatada na literatura da área.

Os objetivos específicos: caracterizar a gestão do sistema educacional durante os anos de 1992 a 2002, a partir das representações dos prefeitos da época, que vivenciaram e conduziram a prática educativa na rede municipal nesse período; identificar as concepções sobre a relação escola, cidadania e democracia nesse período, por parte dos prefeitos, com destaque às demandas apontadas no sistema municipal de ensino; e analisar possíveis contribuições e limites das políticas públicas e dos modelos de gestão exercitados no período em estudo, a partir das representações dos sujeitos.

### Sumário do Projeto


Trabalho de dissertação de Mestrado em Educação, da linha de pesquisa Educação e Formação Docente, tem como objeto de estudo a gestão da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju, no período de 1992 a 2002, que corresponde a uma lacuna na produção do conhecimento nessa área, tanto no âmbito da literatura local quanto nacional. Estudos referentes ao período anterior, a exemplo de Bezerra (2007), acentuam avanços do sistema municipal de educação de Aracaju em relação ao movimento docente, ao contato com a comunidade, com o exercício da democracia, desenvolvendo etapas progressivas que se configuram como democratização, inclusive no sentido da instalação e funcionamento dos Conselhos Escolares e das Eleições Diretas para a direção das escolas da rede. Estudos subsequentes ao período delimitado no nosso objeto de estudo apontam para transformações ocorridas nessa concepção e prática de gestão, não se configurando necessariamente como avanço, uma vez que se passa a falar de eleição de uma equipe de coordenadores, sendo visível a fragmentação entre o pedagógico e o administrativo na gestão das escolas, como se pode observar em Paro (2011). Paro (2011) ao falar em democracia enfatiza que é envolver o papel do cidadão, como agente transformador e fiscalizador de todos os processos sociais que o envolvem. Esses processos visam proporcionar o equilíbrio entre as forças geradoras, embora "plurais", das condições teóricas e muitas vezes utópicas dos discursos falidos, daqueles que procuram manter o autoritarismo social. É bem verdade que a prática efetiva do exposto se dá quando o cidadão busca exemplos práticos ou seja a aplicação dos discursos hegemônicos.

Itens Metodológicos e Éticos	Situação
Título	Adequado
Autores	Adequados
Local de Origem na Instituição	Adequado
Projeto elaborado por patrocinador	Não
Aprovação no país de origem	Não necessita
Local de Realização	Outro (citar no comentário)
Outras instituições envolvidas	Não
Condições para realização	Adequadas

#### Comentários sobre os Itens de Identificação

O estudo será realizado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de estudo de caso, fazendo uso de entrevistas (conforme metodologia do projeto)

Introdução	Adequada
------------	----------

Universidade Tiradentes - UNIT  
  
 Prof.ª Adriana Karla de Lima  
 Comitê de Ética em Pesquisa  
 Coordenadora

Página 1-2

Comentários sobre a Introdução

Objetivos	Adequados
-----------	-----------

Comentários sobre os Objetivos

Pacientes e Métodos	
Delineamento	Ausente
Tamanho de amostra	Total Local
Cálculo do tamanho da amostra	Não necessário (pesquisa qualitativa)
Participantes pertencentes a grupos especiais	Não
Seleção equitativa dos indivíduos participantes	Não se aplica
Critérios de inclusão e exclusão	Ausentes
Relação risco- benefício	Não se aplica
Uso de placebo	Não utiliza
Período de suspensão de uso de drogas (wash out)	Não utiliza
Monitoramento da segurança e dados	Não se aplica
Avaliação dos dados	Ausente
Privacidade e confidencialidade	Adequada
Termo de Consentimento	Adequado
Adequação às Normas e Diretrizes	Sim

Comentários sobre os Itens de Pacientes e Métodos

Cronograma	Ausente
Data de início prevista	
Data de término prevista	1 ano
Orçamento	Adequado
Fonte de financiamento externa	Não

Comentários sobre o Cronograma e o Orçamento

O cronograma de execução deve ser preenchido

Referências Bibliográficas	Adequadas
----------------------------	-----------

Comentários sobre as Referências Bibliográficas

Recomendação

**Aprovar**

Comentários Gerais sobre o Projeto

**O projeto possui uma boa temática, e atende as diretrizes da resolução do CONEP (CNS 196/96).**

Universidade Tiradentes - UN  
 Prof.<sup>a</sup> Adriana Karlu de Lima  
 Comitê de Ética em Pesquisa  
 Coordenadora